



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA
MESTRADO EM ESTUDOS DA MÍDIA
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS DA MÍDIA E PRODUÇÃO DE SENTIDO
ÊMILI ADAMI ROSSETTI

**DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PARA EMPODERAMENTO
INSTITUCIONAL: O DISCURSO DA REVISTA *DARCY* E A
MIDIATIZAÇÃO DA ACADEMIA**

NATAL/RN
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA
MESTRADO EM ESTUDOS DA MÍDIA
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS DA MÍDIA E PRODUÇÃO DE SENTIDO**

ÊMILI ADAMI ROSSETTI

**DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PARA EMPODERAMENTO
INSTITUCIONAL: O DISCURSO DA REVISTA *DARCY* E A
MIDIATIZAÇÃO DA ACADEMIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Mídia, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN na linha de pesquisa Estudos da Mídia e Produção de Sentido.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kenia Beatriz Ferreira Maia

NATAL/RN
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA
MESTRADO EM ESTUDOS DA MÍDIA
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS DA MÍDIA E PRODUÇÃO DE SENTIDO

**DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PARA EMPODERAMENTO
INSTITUCIONAL: O DISCURSO DA REVISTA *DARCY* E A
MIDIATIZAÇÃO DA ACADEMIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Mídia, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN na linha de pesquisa Estudos da Mídia e Produção de Sentido.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kenia Beatriz Ferreira Maia

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kenia Beatriz Ferreira Maia

Examinador Externo: Prof.^a Dr.^a Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Examinador Interno: Prof.^a Dr.^a Josimey Costa da Silva

Presidente da banca: Prof.^a Dr.^a Taciana de Lima Burgos

AGRADECIMENTOS

À minha família, com todo o meu coração, pessoas que talvez não saibam como são presentes neste trabalho. Longe de ordem de importância, quero agradecer ao meu pai, que, quando eu ainda aprendia a ler, presenteou-me com meus primeiros livros infantis: a série Descobrimos, de divulgação científica para crianças, inesquecível, que me influenciou por todos esses dias. À minha mãe, que sempre acreditou em mim e me incentivou a seguir os trilhos da academia, comemorando com alegria cada passo adiante que eu tenha conquistado. Aos dois, em conjunto, por todas as vezes que foram insistentes quanto à dedicação aos estudos. E à minha irmã pela grande companhia que é e pelos constantes incentivos e aconselhamentos experientes que me auxiliaram por este caminho.

À professora Kenia Maia, pelo acolhimento como sua orientanda, pela autonomia concedida e pelas orientações, em todos os sentidos, oferecidas no decorrer desta pesquisa.

Aos meus amigos, pela paciência e o incentivo, em especial ao João Victor, por tudo o que me ensinou e por me levar a ver mais longe.

Às professoras Carla Cabral, uma pessoa dedicada a ensinar sobre ciência, mas, também, sobre conhecimento, e Cellina Muniz, a quem estimo por ter compartilhado ensinamentos que me impelem a seguir o caminho dos estudos.

Ao Clovis, por estar literalmente ao meu lado em boa parte desse processo.

“Os que têm o raciocínio mais forte e digerem melhor seus pensamentos, a fim de torná-los claros e inteligíveis, podem sempre persuadir melhor o que propõem, ainda que falem baixo bretão e nunca tenham estudado retórica. E os que fazem as invenções mais agradáveis, e sabem exprimi-las com mais ornamento e doçura, não deixariam de ser os melhores poetas, ainda que a arte poética lhes fosse desconhecida.”

(RENÉ DESCARTES)

RESUMO

A ciência tem se mantido em posição hegemônica entre as diversas formas de conhecimento que possibilitam perceber nosso entorno. Após um movimento de introversão do campo científico, que oportunizou o empoderamento da academia, é crescente a discussão, na atualidade, sobre a necessidade de se divulgar o conhecimento da área para a sociedade. Nosso estudo se propõe a observar o discurso de divulgação científica institucional, levando em consideração as condições históricas que possibilitaram a emergência da ciência como legítima observação da natureza e do homem, bem como a outorga de credibilidade à mídia. Para tanto, temos como objeto de estudo os textos de editoriais da revista *Darcy*, de divulgação científica e cultural da Universidade de Brasília. Voltamo-nos para a observação do discurso de compartilhamento de saber pela mídia, abordando, para tal, os conceitos de campo, de Bourdieu, e de “profanação”, de Agamben, em consonância com noções da área de comunicação organizacional. Além deles, os conceitos de dispositivo, discurso e saber-poder empregados têm como base os estudos da escola francesa que os associam à necessidade de se pensar o poder como relação entre o discursivo e o não-discursivo, tendo Michel Foucault como importante expoente deste pensamento. A pesquisa, apoiada da Análise do Discurso de escola francesa, leva-nos a perceber um processo de mútua validação dos discursos científico e jornalístico, que se associam ao fortalecimento da própria instituição e do próprio campo científico, em textos que têm como pano de fundo o fortalecimento da imagem e da reputação institucionais.

Palavras-chave: saber-poder; imagem; mídia; comunicação organizacional.

ABSTRACT

Science has remained in hegemonic position among the various forms of knowledge that enable us perceive our surroundings. After a growing movement of introversion of the scientific field, which enabled the empowerment of the academy, it is growing today the discussion about the need to spread knowledge of this area to society. Our study aims to observe the discourse of institutional science communication, taking into account the historical conditions that made possible the emergence of science as legitimate observation of nature and of man and also the credibility granted to the media. Therefore, we have as our study object the editorials of the *Darcy* magazine, for scientific and cultural journalism of the University of Brasilia. We focused on observing the discourse of knowledge sharing by the media, using the concepts of field, from Bourdieu's work, and Agamben's "profanation" together with notions from the organizational communication area. Also, the concepts of *dispositive*, discourse and knowledge-power used are based on the studies from the French school which associate them to the need of thinking power as a relation between what is and what is not said, having Michel Foucault as an important exponent of this area. The research, which uses as a method the Discourse Analysis, shows us a process of mutual validation of the scientific and journalistic discourses, which contribute to the strengthening of the institution itself as well as the scientific field, in texts which have as a backdrop the institutional image and reputation.

Key words: knowledge-power; image; media; organizational communication.

Sumário

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - OS DISPOSITIVOS DA CIÊNCIA E DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	15
1.1 - O campo científico.....	15
1.2 - A ciência e seus dispositivos	18
1.3 - O dispositivo discurso: difusão, disseminação e divulgação científica	22
1.4 - O dispositivo mídia: formas da expressão de verdade	30
1.4.1 - O veículo “revista”	37
1.5 - O uso da mídia para a disposição do discurso editorial	39
CAPÍTULO 2 - O PERCURSO HISTÓRICO DA VERDADE CIENTÍFICA	43
2.1 - A vontade de verdade e a ascensão à elite	44
2.2 - A diferenciação e os caminhos que transformaram o saber científico.....	54
Capítulo 3 - MÍDIA E CIÊNCIA, PROFANAÇÃO E PODER	69
3.1 - A construção da imagem institucional	77
3.2 - Uma imagem a ser zelada: o contexto de início da <i>Darcy</i>	82
CAPÍTULO 4 - UMA APROXIMAÇÃO: A DC DA DARCY	84
ENTENDIMENTOS E DESFECHO	131
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

A história do conhecimento pode ser vista de diferentes formas. Uma delas implica na crença de que o conhecimento se acumula progressivamente e a razão levará a um progresso das técnicas e instrumentos até que se conheça toda a realidade. “A ignorância seria vencida aos poucos, em parte pelo gênio dos cientistas, em parte pela organização da pesquisa” (POSSENTI, 2005, p. 355). A outra forma é a da ruptura. Sob essa perspectiva, o conhecimento se produz por saltos e mudanças na direção das etapas consecutivas na história do conhecimento. “As novas teorias não são vistas como desenvolvimento e sofisticação das anteriores, mas como efeito, em boa medida, de seu abandono, seja por estarem ‘esgotadas’, seja porque novas problemáticas, novas vontades de verdade tomam seu lugar, tanto teórica quanto politicamente” (p. 355). Há uma competição por espaços teóricos, financiamentos e pelo poder que deriva do conhecimento. É com essa segunda ideia em mente que seguimos os estudos presentes nesta dissertação.

A posição hegemônica dos discursos é resultado do encontro de condições históricas ideais para sua ascensão, e compreendê-las mostra-nos motivos pelos quais as universidades brasileiras precisam trabalhar discursos que mantenham esse *status* adquirido ao longo do tempo, uma vez que é necessário para garantir aceitação popular. O presente estudo explora a história da construção e afirmação do conhecimento científico e da afirmação da mídia, que levar-nos-á a compreender os conceitos de saber-poder, vontade de verdade e hegemonia, bem como a relação destes com os dispositivos aos quais estão relacionados, incluindo a universidade. Procuramos perceber como o discurso de divulgação científica (DC) foi formulado e como, ainda que voltado à sociedade, serve à comunicação organizacional e seus objetivos.

Para a análise do interdiscurso que é a divulgação científica e a compreensão dos sentidos que dela emanam, tendo em mente o veículo pelo qual é transmitida, são abordadas mudanças sociais e políticas em processos históricos, tanto com relação à mídia quanto ao campo científico, pois “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, porquanto os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode

estar desvinculado de suas condições de produção” (BRANDÃO, 2012, p. 11).

As noções de dispositivo são acessadas para o reconhecimento dos discursos, das instituições e dos meios de comunicação de massa como tais e as características dos textos editoriais são trazidas à tona para a compreensão de sua influência sobre a sociedade. Também são abordados conceitos da área da comunicação organizacional, como de imagem e reputação, que elucidam como a assessoria de imprensa produz sentido por meio de textos sobre pesquisas acadêmicas, uma vez que, na qualidade de representantes do discurso institucional, são as agências de comunicação universitárias as responsáveis pela produção de material que reforça a imagem organizacional — atividade que busca manter a posição pretensamente superior da academia quanto ao saber. A eles são somados conceitos de elite, prestígio e saber-poder.

Realiza-se um apanhado histórico para se conhecer as condições que possibilitaram a validação das ideias que defendem a ciência como explicação para a natureza e autorizaram a mídia para a difusão de informações em caráter de verdade. Procuramos constatar também em qual conjuntura o discurso científico da revista *Darcy* funcionou para posicionar a Universidade de Brasília entre instituições reconhecidas como produtoras de conhecimento. “Não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global” (FOUCAULT, 2012c, p. 39). Nesse percurso, vemos um movimento que transforma o discurso científico em esotérico e, posteriormente, a necessidade de, ao contrário, exteriorizar esse conhecimento para a sociedade, como manobras que lhe garantem validação e um consequente posicionamento dominante.

A primeira edição da revista *Darcy* foi lançada em setembro de 2009 e sua última na condição de produto da Secom, em janeiro de 2013. Ainda que de proposta bimestral, lacunas de tempo maiores que o anunciado (a cada dois meses) resultaram em apenas 13 edições (no espaço de tempo em que a revista existiu, 21 edições deveriam ter sido lançadas), sendo que a última se descaracteriza das anteriores inclusive no seu título, que foi alterado para *Oscar* com exclusividade para a respectiva, e é voltada para homenagear o arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, que projetou os prédios públicos da cidade de Brasília. A revista voltou a circular em

setembro de 2013, mas desta vez como produto de um trabalho do curso de comunicação social da universidade, por isso nosso recorte estará cingido na primeira fase de publicação descrita.

Nossa pesquisa explora a DC como ferramenta utilizada para a manutenção da posição elitista em que se encontra a ciência na qualidade de conhecimento dominante e, concomitantemente, da universidade como instituição que a resguarda. A popularização de pesquisas é tratada aqui como propagadora de um discurso capaz de produzir sentido conveniente para salvaguardar a academia de desconfianças populares e preservá-la na elite de saber. Nesse sentido de exteriorizar o saber científico modificando seu discurso original para que alcance a sociedade com o discurso jornalístico, o conceito de “profanação” entra em cena e a DC pode ser vista como profanadora da própria academia.

A análise sobre doze editoriais da revista *Darcy*, elaborada pela Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Secom-UnB) e autodefinida como “de jornalismo científico e cultural”, dar-nos-á luz sobre uma verdade científica pretensa e o poder institucional que age sobre as palavras de um profissional da comunicação social, tendo em mente as influências que possui o tipo de mídia que exploramos: a revista. Trata-se de um veículo que chegou a uma tiragem de 25 mil exemplares bimestrais, com impressão de qualidade, distribuído principalmente na cidade de Brasília. A importância dessa publicação não se dá apenas pelo número de exemplares impressos, mas também pela proeminência que possui a instituição sobre a qual trata. Os assuntos mais recorrentes são as pesquisas acadêmicas, tanto na área das ciências naturais como humanas, e os personagens são professores, alunos e personalidades ligadas à UnB que desenvolveram estudos na organização.

Trata-se de uma revista publicada por uma instituição de destaque devido ao seu reconhecimento como instituição de ensino superior de qualidade¹, bem como pela sua localização geográfica: é a universidade federal que tem sede na capital nacional. Nela,

¹ Em 2010, ano de lançamento da revista, a UnB foi a 12ª instituição com melhor nota atribuída pelo Ministério da Educação (MEC) entre 218 instituições de ensino superior avaliadas. Em 2013 (última pesquisa publicada até fevereiro de 2014), alcançou a 10ª posição entre 228 universidades e faculdades (<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/indice-geral-de-cursos-igc>). Em 2014, o Ranking Universitário Folha (da Folha de São Paulo, importante formador de opinião pública) colocou a UnB em 8ª posição entre 192 instituições de ensino classificadas (<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdeuniversidades/>).

procuramos respostas para saber que influências seu discurso sofre, quais sentidos dele emanam, uma vez que é construído da seleção de formações discursivas incluídas e eliminadas quando da escrita pelo editor, e qual a imagem que o discurso de divulgação científica pode inculcar nos leitores, pois, como aponta Roger Silverstone (2011), a mídia é “algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar significados” (p. 13).

A metodologia a ser aplicada para que possamos analisar o recorte escolhido para a formação do *corpus* desta investigação foi pensada de modo que nos permitisse aprofundar nosso olhar sobre o veículo com o intuito de auferir da pesquisa resultados qualitativos, já que pertence aos estudos das ciências humanas e sociais, “com vista à obtenção de um conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objectivo, explicativo e nomotético” (SANTOS, 2005, p. 38-39).

Dessa forma é possível perceber como a comunicação está inserida nos processos não só referentes ao seu campo, mas também que resultam da interação entre dispositivos da rede da qual é elementos constitutivos, pois

faz-se necessário ver a comunicação inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social (KUNSCH, 2009, p. 54).

A investigação tem como alicerce ensinamentos da Análise de Discurso (AD), que tratam dos discursos como acontecimentos aflorados de condições de possibilidade — permitindo-nos perceber o poder como fruto do encontro de forças — e que, por sua vez, negam tantos outros para se validarem — um poder “em relação”, já que

em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 2012c, p. 279)

Tal método permite reconhecer na revista qual o lugar do sujeito, seu *status*, o intercalamento dos discursos que marcam os textos de *Darcy*, perceber de que maneira esse

discurso resultante se faz validar e como ele procura fazer validar, também, a imagem da instituição. Além disso, a AD permite a compreensão da constituição da academia como organização válida para a produção do conhecimento e quais sistemas de exclusão presentes no seu discurso lhe permitiram posicionar-se entre tantos vigentes ao longo da história — ou em lugar dos que não conseguiram vigorar por força dessas interdições. Sabemos que não há verdade resultante de tal análise, visto que se trata de um lugar de leitura e que é, por isso, subjetiva, mas que podemos nos aproximar do sentido que a prática de divulgação científica construiu tendo a atualidade e suas peculiaridades como pano de fundo. Dessa forma tenta-se “encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas” (FOUCAULT, 2012a, p. 33 - 34).

Em nosso trabalho, procuramos saber sobre quais discursos validados a comunicação organizacional se apoia: “Trata-se de reconstruir um ou outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma”. (FOUCAULT, 2012a, p. 33), ou seja, como ela se apropria de discursos que já assumem, por questões históricas, posições de confiabilidade creditadas pela sociedade.

Também é nosso objetivo pesquisar o contexto em que se inseria a instituição no momento de criação da publicação, no que encontramos um escândalo que incluiu corrupção envolvendo a Universidade de Brasília e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Após análises ainda menos instrumentadas, partimos da hipótese de que a divulgação científica foi ferramenta para a manipulação da opinião popular a respeito da instituição, baseando seu discurso na evidência da produção de conhecimento.

É mister apontar que não se coloca em cheque a importância das universidades para a produção de conhecimento, nem se diminui a relevância da ciência como forma de conhecer o mundo, mas nesta pesquisa lança-se luz sobre a questão da emergência das instituições formais de ensino, do conhecimento científico como dominante sobre, entre outros, o senso comum e a religião. Também não se objetiva demonstrar nulidade por parte da instituição quanto à vontade

de informar a sociedade e de ver avanços sociais provenientes do aumento de seu conhecimento sobre ciência, tecnologia e pesquisas, mas se intenciona observar como a assessoria de comunicação se utiliza do discurso de divulgação científica, e este, por sua vez, apropria-se de características do discurso científico e do jornalístico, todos inevitavelmente atravessados por forças provenientes de diferentes vontades de exprimir o que se presume como verdade.

Nosso objetivo é apresentar uma pesquisa sobre o interdiscurso que é a DC midiaticizada em revista, procurando perceber sua construção envolvendo história, contexto e apropriações além do olhar sobre sua superficialidade, bem como constatar quais mecanismos internos e externos de exclusão e organização do discurso entram em cena para a elaboração dos editoriais da Revista *Darcy*, a fim de compreender sentidos que se geram com a divulgação de ciência em um periódico que busca dialogar com grupos não especializados da sociedade.

Justificamos a pesquisa que se apresenta como estímulo para a reflexão sobre o trabalho dos órgãos de comunicação das universidades, grandes produtoras de ciência no Brasil, trazendo o que, ao nosso olhar, parece ser um viés menos popular na literatura sobre DC — o de empoderamento institucional — em consonância com a demanda de que nos fala Bueno (2009): “urge ampliar o conjunto de preocupações para incorporar, especialmente, o debate sobre a relação entre divulgação científica e poder, contemplando, por exemplo, os procedimentos em curso para aumentar o controle e o sigilo da informação científica” (p. 122), sendo que, aqui, contraditoriamente, refletimos sobre essa relação, mas com vistas à abertura dessa informação para o público não especializado. Acreditamos que nossos estudos serão de valia também para o enriquecimento das discussões no âmbito da comunicação organizacional, que são ainda relativamente recentes no Brasil e carecem de aprofundamento acadêmico, uma vez que suas primeiras bases epistemológicas no país estão em processo recente de construção e seus conceitos até então estão atrelados aos estudos americanos (KUNSCH, 2009).

CAPÍTULO 1 - OS DISPOSITIVOS DA CIÊNCIA E DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A história da ciência é uma história de discursos, mais precisamente da disputa de poder pela conquista da verdade e, destarte, da hegemonia entre as formas de conhecer a realidade. É uma disputa pelo posicionamento de um campo, o científico, em um ponto alto na hierarquia dos saberes. Para nossa pesquisa, é imprescindível explorando os conceitos de campo, mais especificamente de campo científico, bem como de dispositivo, para que possamos compreender como se entrelaçam e realizam essa concorrência pela posição superior. Uma vez tidas essas noções, será possível adentrar a questão da mídia como produtora de discurso e de sentido.

1.1 - O campo científico

Um campo é “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Por isso Aronowitz aponta que “o termo ‘comunidade científica’ tornou-se idêntico a ‘contexto social’” (1988, p. 7). Como outros campos, o científico é resultante de tensões que delineiam o poder de discursar de cada membro que o compõe, estes variando entre instituições e indivíduos, a depender do problema com os quais se relaciona cada um, mas há também entre eles uma “uma forma específica de interesse”, de forma que suas práticas não pareçam “desinteressadas” umas com relação às outras (BOURDIEU, 1983, p. 123). Os campos disputam entre si, mas também apresentam conflitos internos.

Há, em primeiro plano, uma disputa pela substituição de vontades de verdade entre campos diversos, a exemplo da supressão do saber religioso e do senso comum pela verdade científica, evento sobre o qual versaremos mais detalhadamente adiante. Por ora basta apontar que trata-se da ciência na disputa pelo poder de ser considerada produtora de verdade frente aos demais discursos existentes que concorrem pelo mesmo objetivo — e *status* —, o de explicar a

realidade.

E há, ainda, uma disputa numa região mais íntima do campo, aquela entre indivíduos, laboratórios ou empresas (públicas ou privadas), também baseada no poder de discursar, uma vez que “a posição legítima cientistas que possuem maior capital científico a expressarem suas opiniões, enquanto submete ao silêncio cientistas com menor capital científico” (FLORES; GOMES, 2013, p. 202). É uma disputa interna ao próprio campo científico pelo estabelecimento de uma definição de ciência e de uma metodologia própria, uma necessidade constante de consolidação dos métodos propostos para se alcançar o conhecimento do universo em nosso entorno. Essa é uma contenda corrente desde os primórdios do que hoje é o pensamento científico, de modo que a própria definição de ciência é constantemente alterada com o passar dos anos. O prestígio e a força de influência do discurso buscados no ambiente intrínseco ao campo estão ligados à qualificação de seus membros de acordo com o capital científico acumulado (BOURDIEU, 2004). Dessa forma, cientistas e instituições de pesquisa tomam decisões baseados na posição que ocupam dentro dessa estrutura

Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. (BOURDIEU, 2004, p. 24)

Os laboratórios, assim, constituem-se em modelos de poder social, além de produtores não somente de verdades, mas também de *commodities* no século XX. A ciência tornou-se uma forma crucial de capital, tendo o laboratório como centro de produção (ARONOWITZ, 1988).

Os interesses por uma atividade científica são, então, orientados para a aquisição de autoridade científica individual de cada pesquisador ou equipe para a obtenção de prestígio. Destarte, as estratégias que tendem a assegurar os interesses de cada grupo dentro do campo são indissociáveis de esquemas ligados à política.

Por exemplo, a luta pela obtenção de créditos e de instrumentos de pesquisa que hoje opõe os especialistas não se reduz jamais a uma simples luta pelo poder propriamente “político”. Aqueles que estão à frente das grandes burocracias científicas só poderão impor sua vitória como sendo

uma vitória da ciência se forem capazes de impor uma definição de ciência que suponha que a boa maneira de fazer ciência implica a utilização de serviços de uma grande burocracia científica, provida de créditos, de equipamentos técnicos poderosos, de uma mão-de-obra abundante. (BOURDIEU, 1983, p. 124)

Assim, as verdades são relativas ao lugar de fala, tanto dos membros integrantes do campo, como do campo científico frente a outras formas de saber.

Neste caso, é importante apontar para os estudos de Bourdieu (2004) sobre o campo no que concerne à sua relação com a política: além dos mencionados interesses comuns e divergências internos e externos, é característica dos campos uma relativa autonomia e a subordinação a leis internas próprias. “Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada” (BOURDIEU, 2004, p. 21). Para o estudioso, a autonomia de um campo é medida por seu poder de refração, significando que, quanto mais “politizada” é uma disciplina, a exemplo das ciências sociais, conforme citado por ele, menos autônoma ela é, o que permite a intervenção de pessoas pouco competentes sem que sejam desqualificadas, em nome de uma heterogeneidade. Nesse sentido, as ciências naturais permitem menos intervenções, uma vez que estabeleceram uma verdade menos heterogênea, o que lhes garante poder e prestígio.

No entanto, ainda que haja certa autonomia, mais forte ou mais fraca dependendo da disciplina ou do campo em questão, temos que também o campo científico tange outras esferas, formando uma rede de dispositivos que possuem interesses e ideias compartilhados, pois “cada um dos campos sociais coexiste com uma multiplicidade de outros campos, compondo entre si (...) as funções expressivas e pragmáticas e as formas simbólicas de representatividade” (RODRIGUES, 1990, p. 149 *apud* BRAGA, 2012, p. 42).

Ainda é resistente o pensamento de que a ciência e o meio acadêmico são independentes de influências externas (ARONOWITZ, 1988), apesar de os progressivos estudos na área da sociologia da ciência, especialmente a partir de meados do século XX, crescentemente associarem o discurso científico a condições históricas e sociais, como fazemos neste trabalho mais adiante. Há uma ilusão produzida pelo campo científico de que o interesse científico é “um

interesse que com relação às formas de interesse correntes na existência cotidiana (e em particular no campo econômico) aparece como desinteressada, gratuita” (BOURDIEU, 2004, p. 31).

Nas discussões acerca da indissociação entre ciência e tecnologia, que marcam este tipo de saber como dependente de interesses econômicos, militares e estatais (uma vez que essas esferas incentivam a produção tecnológica e o conseqüente financiamento da ciência), ainda há correntes que insistem em uma ciência independente do poder e de ideologias, insinuando, inclusive, uma separação entre ciência e tecnologia a fim de proteger o campo de deliberações econômicas e políticas.

É ainda verdade, no entanto, que a maioria dos estudantes de ciência, ainda que reconheçam a influência do que é comumente rotulado como “fatores sociais” no processo de aquisição de conhecimento, insistem que questões econômicas, políticas e ideológicas devem ser rigorosamente destacadas de considerações relevantes sobre o conteúdo do conhecimento científico. (...) De fato, os recentes desenvolvimentos nos estudos sociais da ciência limitaram este contexto para o laboratório, deixando outras influências “externas” de lado. (ARONOWITZ, 1988, p. 7. Tradução nossa²)

Nossos estudos, em contradição, vêm demonstrar que o campo científico não é independente e que está entrelaçado com outros campos, como, além dos já citados, as instituições privadas, o público não especializado nessa área do saber e, inclusive, a comunicação social, todos se retroalimentando em benefício da fortificação da ideologia que sustenta essa rede de dispositivos.

1.2 - A ciência e seus dispositivos

Dispositivos, segundo a escola francesa de Análise do Discurso, que nos serve como base para a aquisição deste conceito, são elementos que produzem sentido ao relacionar o

²Algumas citações presentes nesta dissertação são traduções nossas de textos originalmente em inglês ou espanhol, cuja redação original será inserida em notas de rodapé. A passagem em questão, originalmente em inglês, é: “It is still true, however, that most students of science, while acknowledging the influence of what is often labeled ‘cultural factors’ on the process of knowledge acquisition, insist that economic, political, and ideological questions must be strictly demarcated from considerations bearing on the content of scientific knowledge. (...) Indeed, recent developments in the social study of science have narrowed this context to the laboratory, leaving other ‘external’ influences aside.”

discursivo e o não discursivo, sendo eles o suporte do poder emanado. Perguntado sobre o sentido e a função metodológica do termo “dispositivo”, Foucault (2012c) diz tratar-se de

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (p. 364)

Agamben (2009) explica que o termo serve para nomear “aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito” (p. 38). Nesta pesquisa, a noção de subjetivação adotada é a de que esta é o resultado da relação entre seres vivos e os dispositivos (AGAMBEN, 2009).

Os dispositivos são criados para responderem a urgências que se dão ao longo da história e, por isso, têm função estratégica. Eles são, ao mesmo tempo, um conjunto de elementos heterogêneos, mas também a gênese de discursos que lhes cabe formular e/ou reforçar. Foucault (2012c) explica que os dispositivos, uma vez que passam a existir, são atravessados por dois processos: um deles é a *sobredeterminação funcional*, o que significa que cada um de seus efeitos reforça ou refuta outros dispositivos existentes de forma que reajusta seus elementos constantemente para que possa englobar outros elementos heterogêneos que passam a fazer parte do conjunto, e o outro é o de *preenchimento estratégico*, que é “a recaptura daquilo que é colocado em suspenso na batalha agônica entre dominação e os movimentos de resistência” (SILVA, 2014, p. 27), ou seja, a transformação daquilo que torna-se negativo e marginal, como fruto das mudanças históricas, em algo positivo e institucional.

Interessa-nos também conhecer que os dispositivos são, ao mesmo tempo, o produtor e o resultado do cruzamento de relações de poder e de saber (AGAMBEN, 2009). Segundo Foucault (2012c):

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (p. 367).

Por isso, apesar de ainda haver correntes que defendem uma ciência independente de influências de outros campos, como citamos anteriormente, acreditamos que não é possível seguir essa linha de pensamento, uma vez que o conhecimento científico é amparado por dispositivos — tais como discursos, instituições e veículos para alcançar públicos diversos — e estes, por sua vez, também não são autônomos. Para Aronowitz (1988), nas pesquisas sobre as descobertas científicas, importa mais descobrir as influências da rede em que se inserem as pesquisas do que a finalidade de cada uma de fato:

Os argumentos criados por aqueles que tentam descobrir, tanto pela pesquisa empírica quanto pela inferência, um *telos*³ comercial ou industrial no processo da descoberta está certamente indo na direção errada. A questão é, em vez disso, examinar a tendência da ideologia científica, aquilo de que as descobertas são feitas, ou seja, situar a ciência como um discurso inserido em um sistema ainda maior de relações sociais no qual as influências econômica e política não aparecem diretamente no laboratório. (Aronowitz, 1988, p. 20. Tradução nossa⁴.)

Um exemplo de dispositivo intimamente ligado à ciência na rede da qual é elemento é a universidade. Constituída para cumprir objetivos determinados por relações externas com outros subsistemas, com sistemas e dispositivos próximos e pertencentes ao mesmo campo e com o sistema global (KUNSCH, 1992), esse tipo de instituição necessita modificar-se, moldar-se.

A cultura organizacional assume novas características frente às exigências atuais. As organizações voltam suas preocupações para o meio ambiente, a produção de qualidade e a identificação institucional perante a opinião pública. (...) Assim, muitas mudanças ocorrem não porque as organizações as desejam, mas sim porque a sociedade as provoca. (KUNSCH, 1992, p. 25)

Essas mudanças são sinais da sobredeterminação funcional que age sobre a instituição e do conseqüente preenchimento estratégico pelo qual passa.

³ Palavra grega que significa finalidade, propósito. O *telos* é amplamente discutido por Aristóteles em suas obras (Cf. *Metafísica*, Livro I, Capítulo 3 e *Física*, Livro II, Capítulo 3).

⁴ “The arguments made by those who try to discover, both by empirical research and by inference, a commercial or industrial *telos* in processes of discovery are certainly misdirected. The point is, rather, to examine the tendency of scientific ideology, the stuff of which discovery is made, that is, to situate science as a discourse within a larger system of social relations in which economic and political influences do not necessarily appear directly in the laboratory.”

Quanto às funções do dispositivo Universidade, Gadotti (1985) aponta duas: uma aparente, que consta nos seus estatutos e define sua importância para fins “humanísticos, democráticos com realce para a autonomia e a liberdade” (p. 112), e uma real, que seria a de funcionar como subsistema político que divide, reproduz e conspira: “Fazendo parte de um subsistema do sistema social e político ela é (conforme o caso), mais ou menos submissa, mais ou menos obediente ao sistema político” (p. 112). Para o autor, a universidade é um aparelho ideológico, um dispositivo produtor de sentido da classe dominante.

No entanto, não somente instituições são consideradas dispositivos. Em seus estudos, Agamben (2009) indica que o conceito não serve apenas para aquilo que claramente está ligado a um poder superior, mas para tudo o que seja capaz de “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (p. 40). Assim:

também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e — por que não — a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata — provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam — teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2009, p. 41)

Ao pensarmos a rede de elementos relacionados ao campo científico, encontramos que são também dispositivos de que ele se vale os discursos que o validam e que por ele são validados, sua gramática, os eventos de difusão desse saber, tanto entre pares como para o público não especializado, inserindo-se, aí, o discurso de divulgação científica (DC) midiaticizada, bem como os veículos que se propõem a divulgar este saber em detrimento de outros. Nesse sentido, a mídia também é dispositivo, pois é a arena ou o campo social que viabiliza a batalha pela opinião pública favorável que permita ao campo ter valor de verdade. É (também) pela mídia, usada como instrumento, que os discursos institucionais se reforçam em meio à sociedade, criando sentidos e imagens. Também são dispositivos, destarte, as assessorias de comunicação institucional, em razão de serem responsáveis pela elaboração de textos desse tipo, incluindo os de divulgação científica, no caso da revista *Darcy*, que são também, por sua vez, dispositivos, porquanto são discurso e prática que produzem sentido.

1.3 - O dispositivo discurso: difusão, disseminação e divulgação científica

Os dispositivos e os campos a que estão relacionados são entremeados por discursos diversos que lhe servem na construção de seu suporte ideológico. Como vimos, os discursos são, eles mesmos, dispositivos, e se utilizam da linguagem para interação, enxergando-a como modo de produção social. Eles são os articuladores entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos: “discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações” (BRANDÃO, 2012, p. 42). Sob essa ótica, a língua “não é neutra, inocente e nem natural”, mas um “lugar privilegiado da manifestação da ideologia” (p. 11).

Para Foucault (2012a, p. 30), “todo discurso manifesto repousaria sobre um já-dito” que “não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro”. Segundo o filósofo da linguagem, discursos são formados por elementos que não se ligam por princípios próprios de unidade, ou seja, são dispersão. É pela análise desses discursos dispersos que se encontram formações que estabelecem regras capazes de agrupá-los em formações discursivas (FD), ou seja, um sistema de relação — ou a regularidade — entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas e teorias.

Destarte, os gêneros do discurso são enunciados que possuem formações discursivas capazes de agrupá-los como pertencentes a um mesmo campo⁵, a uma mesma “família de enunciados pertencentes a uma formação discursiva” (BRANDÃO, 2012, p. 33). Analisá-las, por sua vez, é avaliar seu valor conforme seu lugar de enunciação, a capacidade de circulação, de troca e de transformação (FOUCAULT, 2012a).

Próximo a este pensamento está o de Bakhtin, ainda que não pertença à mesma escola de estudos da linguagem. O estudioso explica que os discursos, excluindo-se os elementos não-

⁵ Foucault não utiliza o conceito de campo conforme Bourdieu em seus estudos, ainda que trate do “campo dos acontecimentos discursivos” (2012a, p. 33) como sendo “um conjunto sempre finito e efetivamente limitado” das sequências linguísticas possíveis. Neste trabalho, mediante estudo prévio sobre o assunto, achamos a associação pertinente.

discursivos que os constituem, são compostos por enunciados que possuem características comuns e poucas variações no que concerne à formação de sua estrutura. Tais enunciado passam a caracterizar os diferentes gêneros do discurso que relacionam-se ao campo. “Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.” (BAKHTIN, 2011, p. 262. Grifos do autor). As características de cada tipo dependem da gramática a que segue, o vocabulário, a organização dos enunciados conforme tipos de veículos, o emissor e o receptor pretendido. Assim, entre os diferentes gêneros discursivos podemos encontrar a comunicação científica (que circula em veículos formais), a divulgação para a vulgarização científica em veículos midiáticos e os textos informativos para a comunicação social, cada um característico de um campo: respectivamente o científico, o midiático e o da comunicação organizacional.

No fundo, os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Um determina função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (BAKHTIN, 2011, p. 266)

Neste momento, é importante assinalar que existem diferentes formas de abordagem da ciência, em discursos diversos que carregam características próprias, resultado da intervenção, por exemplo, de seu emissor, do contexto de publicação e da intenção para com o receptor. Para que fique clara qual forma de comunicar ciência será abordada neste trabalho, faz-se necessário atentar para a diferença entre alguns desses discursos: disseminação, difusão e divulgação científica.

Sobre a matéria, Bueno (1988) traz como definição de difusão científica o processo ou recurso para veiculação de conhecimentos, pesquisas e estudos científicos para diferentes públicos. Assim, a difusão científica pode ser voltada tanto para especialistas quanto para o público não especializado. Não há redação característica específica para a difusão, pois seus textos vão desde os mais formais, que tramitam entre pares, aos mais didáticos e informais. Os

textos desse tipo estão presentes, por exemplo, em periódicos científicos, livros, aulas, cursos para não-especialistas, eventos, histórias em quadrinhos ou veículos midiáticos. Dependendo do público a que se destinamo seus produtos, são classificados em subdivisões que podem ser a disseminação ou a divulgação científica.

A disseminação científica é a publicação de textos de cientistas para cientistas dentro de um código especializado com forma e linguagem padrões de textos escritos para a academia. Segundo Foucault (2012a), “só pertencem a um domínio de cientificidade as proposições que obedecem a certas leis de construção; afirmações que tivessem o mesmo sentido, que dissessem a mesma coisa, que fossem tão verdadeiras quanto elas, mas não se prendessem à mesma sistematicidade, seriam excluídas desse domínio”. Características marcantes desse tipo de fala são a concisão, a objetividade e a formalidade, evidenciadas por um padrão lexical (nominalizações e vocabulário técnico) e o uso de verbos conjugados na 3ª pessoa do singular acrescidos da partícula *se* (índice de indeterminação do sujeito) ou na 1ª pessoa do plural (sujeito universal), intencionando o apagamento do sujeito, a ocultação de índices de subjetividade, para que lhes possa ser atribuído um caráter de neutralidade (LEIBRUDER, 2001) — “caso fosse possível detectar a existência desse sujeito que, mais do que interpretar, pode determinar o curso de seu experimento, toda a prática científica se tornaria questionável” (LEIBRUDER, 2001, p. 231).

São textos de linguagem esotérica e, por isso, exigem conhecimentos de áreas específicas da ciência para sua compreensão. A disseminação científica também é chamada de comunicação de ciência e tecnologia (BUENO, 1984 *apud* ALBAGLI, 1996). Este subconjunto de enunciados tem duas divisões: a disseminação intrapares — para público especializado, com conteúdo específico e código fechado — e a extrapares — ainda objetiva divulgar informação científica e tecnológica e, ainda que o público-alvo seja composto por especialistas, estes são de áreas diferentes do conhecimento em pauta; o texto é escrito em linguagem específica da academia e destinado campos heterogêneos (LOUREIRO, 2003).

(...) Dessa maneira, na medida em que tem por objetivo a busca da essência absoluta das coisas (como se essa pudesse existir), ele se torna uma espécie de porta-voz da verdade, assumindo uma posição de intermediário entre a natureza e os homens. (...) Na medida em que este discurso

camufla a presença do sujeito discursivo, empregando voz às próprias coisas, ele assume um caráter de neutralidade e, portanto, de inquestionabilidade. Dessa forma, todo e qualquer resultado obtido será, *a priori*, uma verdade incontestável. (LEIBRUDER, 2001, p. 230-231)

Esses diferentes tipos de discurso estão relacionados à academia, que, ao tratar de suas atividades-fim — a produção e a educação pelo conhecimento científico —, faz uso da difusão científica. Porém, enquanto textos com a gramática hermética do discurso de disseminação científica, presente nos artigos científicos, dissertações e teses, entre outros documentos produzidos para circulação entre pares, circulam em meio à comunidade acadêmica, dispositivos como a revista *Darcy*, de publicação da Secretaria de Comunicação (Secom) da Universidade de Brasília (UnB), ocupam-se da divulgação científica (DC). Esta, também denominada vulgarização ou popularização da ciência, tem como proposta popularizar o conhecimento científico por meio de “técnicas de recodificação de linguagem da informação científica e tecnológica objetivando atingir o público em geral e utilizando diferentes meios de comunicação de massa” (LOUREIRO, 2003, p. 91). Tem linguagem que adapta o conhecimento acadêmico para a compreensão pelo público não especializado. Sobre essa adaptação, José Reis, em entrevista para a revista *Ciência Hoje* em 1992 (*in*: MASSARANI; MOREIRA; BRITO, 2002) definiu a divulgação científica como a “veiculação em termos simples da ciência como processo, dos princípios nela estabelecidos, das metodologias que emprega”⁶, mais do que dos resultados somente.

Na medida em que a atividade científica se encontra apartada do homem leigo, não-especialista, o discurso que a representa, partindo deste mesmo pressuposto, acaba por tornar-se uma espécie de *código secreto*, compartilhado somente por aqueles que de alguma forma pertencem à comunidade científica. Assim sendo, pode-se dizer que o objetivo da atividade de DC é justamente o de permitir ao grande público adentrar neste universo cujo acesso até então lhe fora impedido pela opacidade de seu discurso. (LEIBRUDER, 2001, p. 234)

Uma diferença marcante entre os textos de divulgação e de disseminação científica está na sua abrangência. Ao tratar da inteligibilidade de cada um, Charaudeau (2012) aponta que “a

⁶ Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu (CPDOC/FGV e UFRJ), publicada na revista **Ciência Hoje**, v. 1, jul./ago. 1982. In MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima (Org.). **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - UFRJ, 2002, p. 73 - 77.

única coisa que se pode adiantar é que sua inteligibilidade [do enunciado] será mais ampla (vulgarização) ou mais restrita (especialização), segundo os tipos de normas psicológicas, sociais ou ideológicas que terão sido contempladas nesse quadro de transação” (p. 43), estando a construção do sentido do discurso condicionada a processos de *transformação* e de *transação*. O primeiro é a estruturação do mundo em categorias que nomeiam e classificam seres, narram as ações descrevendo-as, dando-lhes motivos por meio de argumentação e avaliam seres e suas propriedades, ações e seus motivos modalizando-os. A *transformação* descreve (identifica e qualifica), conta (reporta) e explica (fornece causas) os fatos. No processo de *transação*, é dada uma significação psicossocial para o ato de enunciar. A transação é a atribuição de objetivos para o enunciado em função daquilo que compreende sobre o receptor e seu entorno após o estabelecimento de parâmetros provenientes da transformação, incluindo-se: hipóteses sobre a identidade do outro, no que diz respeito a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc.; o efeito que se pretende produzir para o outro; o tipo de relação que se pretende ter com o outro e a regulação prevista em função dos parâmetros instaurados previamente (CHARAUDEAU, 2012).

O discurso para DC encontrado na revista *Darcy*, da qual recortamos nosso *corpus*, informa, por meio de veículo de comunicação de massa, sobre avanços científicos para público não especializado. Ele é a reformulação de um discurso-fonte (no caso, o discurso científico), pelo uso das estruturas jornalísticas, em um discurso endereçado a receptores diferentes (o público não especializado). Para Hernando (1992), um dos maiores problemas dos divulgadores científicos, sejam profissionais da comunicação ou mesmo pessoas que, por gosto, queiram transmitir mensagens sobre ciência e tecnologia, é a transcodificação das mensagens científicas. Para ele, não é a linguagem que é traduzida, mas a mensagem, uma vez que está disposta sob uma gramática específica.

(...) os bons jornalistas científicos recorrer a uma série de procedimentos de substituição para superar a barreira léxica e conceitual entre cientistas e público. Estes sistemas compreendem um vasto espectro que vai desde a definição, em uma extremidade, para a metáfora na outra, passando pela "aposição explicativa", a sinonímia, o exemplo, a comparação e a analogia. (HERNANDO,

1992, p. 101. Tradução nossa⁷.)

Há então uma trama de elementos que se entrecruzam: a academia e a ciência (extremamente íntimas) fazem parte de uma rede da qual participam também diferentes discursos, a exemplo dos que foram tratados.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2011, p. 262)

Dentro dessa diversidade, cada gênero discursivo é resultado da “extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos)” (BAKHTIN, 2011, p. 262), mas possuem, cada um deles, além de características próprias que os individualizam, objetivos e diretrizes diferentes, sendo cada um dos enunciados um “elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 272), ou seja, parte da rede de dispositivos que reforçam uma verdade que almeja autenticação.

Ao se pronunciarem, enunciadores não desejam uma compreensão passiva; seu objetivo é conseguir do receptor uma concordância ou objeção, uma participação ou até uma execução. O ouvinte ou leitor, ao compreender o discurso (ainda que essa compreensão seja interpelada por sua vivência e conhecimentos prévios), coloca-se em posição ativa, concordando, discordando em totalidade ou parcialmente, completando ou usando o enunciado e o enunciador (BAKHTIN, 2011).

É claro que nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado: a compreensão ativamente responsiva do ouvido (por exemplo, de uma ordem militar) pode realizar-se imediatamente na ação (o cumprimento da ordem ou comandos entendidos e aceitos para execução), pode permanecer de quando em quando como compreensão responsiva silenciosa (alguns gêneros discursivos foram concebidos apenas para tal compreensão, por exemplo, os gêneros líricos), mas isto, por assim dizer, é uma compreensão responsiva de efeito retardado: cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos

⁷ ”(...) los buenos periodistas científicos recurren a un arsenal de procedimientos de sustitución para superar la barrera léxica y conceptual entre el científico y el público. Estos sistemas comprenden un vasto espectro que va desde la definición, en un extremo, hasta la metáfora en el otro, pasando por la ‘aposición explicativa’, la sinonimia, el ejemplo, la comparación y la analogía.

subsequentes ou no comportamento do ouvinte. Os gêneros da complexa comunicação cultural, na maioria dos casos, foram concebidos precisamente para essa compreensão ativamente responsiva de efeito retardado. Tudo o que aqui dissemos refere-se igualmente, *mutatis mutandis*, ao discurso escrito e ao lido. (BAKHTIN, 2011, p. 171 - 172)

O discurso é, nesse sentido, mediador universal, ou seja, um jogo de escolhas de signos com o intuito de significar (FOUCAULT, 2012b) e de construir uma verdade. “O discurso nada mais é do que a reverberação de uma vontade nascendo diante de seus próprios olhos” (p. 46). Sendo fruto do emaranhado interdiscursivo de inúmeros já-ditos, remetem uns aos outros e entram em convergência com instituições e práticas, carregando significações comuns a toda uma época (FOUCAULT, 2012a). Sendo o discurso um grupo de elementos que expressam a totalidade à qual pertencem, mas ultrapassando-a, as coisas ditas são substituídas por “uma espécie de grande texto uniforme, ainda jamais articulado” (FOUCAULT, 2012a, p. 145) que explicita pela primeira vez aquilo que se queria dizer para além das palavras em textos e nos discursos, “mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem” (p. 145). À vista disso, entendemos como os diferentes discursos intencionam produzir sentido para emanar ideologias distintas sobre seus receptores e até sobre aqueles que não têm acesso a eles por não pertencerem, como é o caso, ao hermético campo científico, que produz discurso exclusivo para a compreensão por seus membros.

Para Bourdieu (1983), dissociar da ciência a representação social, o poder marcado por emblemas e signos, e a capacidade técnica seria “cair na armadilha” de acreditar que a competência é resultado puro da capacidade técnica. Sendo que há todo um conjunto de elementos que formam um discurso, dito e não dito, que confere aos cientistas tal *status* de competência.

Na realidade, o “augusto aparelho” que envolve aqueles a quem chamávamos de “capacidades” no século passado e de “competências” hoje – becas rubras e arminho, sotainas e capelos dos magistrados e doutores em outros tempos, títulos escolares e distinções científicas dos pesquisadores de hoje – essa “ostentação tão autêntica”, como dizia Pascal, toda essa ficção social que nada tem de socialmente fictício, modifica a percepção social da capacidade propriamente técnica. Assim, os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas (as Grandes Escolas, na França, ou as universidades, por exemplo, nos Estados Unidos). (BOURDIEU, 1983, p. 123 - 124)

Há, então, uma produção de sentido em cada signo, ainda que não seja de intenção explícita, e a ciência se vale deles para se colocar perante a sociedade, para adquirir o poder do discurso. Ela se vale (e igualmente dela se valem) das instituições e dispositivos a ela associados, a exemplo do discurso científico e da própria mídia de comunicação de massa.

No entanto, ainda que trabalhem juntos na produção de textos, é possível perceber um “desencaixe” entre os campos científico e midiático, uma vez observadas as lógicas que presidem suas operações. A primeira delas seria a diferença entre as temporalidades e contextos que regulam cada um desses campos. A ciência trabalha para alcançar resultados a médio e longo prazo — sendo comum que se desenvolvam projetos por décadas —, e muitas vezes precisa de privacidade em sua operação produtiva para que lhe seja atribuído valor, sendo que a troca fica então dependente da originalidade. “Em setores avançados da ciência e da tecnologia de ponta, o segredo é elemento estratégico do processo industrial. Não pode ocorrer ‘vazamento’ de informação, pois significa a perda do elemento básico para a concorrência” (HEBERLÊ, 2012, p. 129). Por outro lado, o contexto capitalista, que considera a informação como uma mercadoria, confere-lhe valor conforme sua capacidade de apresentar características que permitam a troca. Além disso, a mídia procura trabalhar com a instantaneidade e cada veículo procura ter a ousadia de ser o primeiro a noticiar os fatos, e, quando possível, até mesmo se antecipar a eles (HEBERLÊ, 2012). O imediatismo, por sua vez, não é apenas um valor do jornalismo, mas também da agenda pública, o que o transforma em valor simbólico no mercado da informação. “Ou seja, é um valor agregado (da mercadoria notícia), que funciona como um diferencial oferecido ao receptor (...). E não se pode dizer que as mídias oferecem tal diferencial unilateralmente, sem que nenhum valor tivesse para os receptores” (HEBERLÊ, 2012, p. 131).

A divulgação científica não se aproxima, então, do modelo de construção textual científica — ainda que os órgãos produtores de ciência e os pesquisadores sejam emissores de mensagens para o público não especializado, em se tratando de sua condição de detentores de informação primária (OLIVEIRA, 2002) —, mas do discurso jornalístico ou midiático, para o qual “é necessário que a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número

possível de cidadãos” (CHARAUDEAU, 2012, p. 60), ignorando-se, assim, muitas vezes, a objetividade e a despreocupação com a fluidez características do texto científico.

Segundo Oliveira (2002), uma boa parceria entre os campos da ciência e do jornalismo acontece quando o primeiro, “que busca conhecer a realidade por meio do entendimento da natureza das coisas, encontra no segundo fiel tradutor” (p. 43). Sendo então a mídia, no caso desse estudo, esse “fiel tradutor”, e visto que a DC necessita das particularidades apresentadas, temos que os meios de comunicação de massa se configuram veículos ideais para transmitir mensagens e sentidos para o público não especializado, a exemplo das revistas, como é a *Darcy*.

1.4 - O dispositivo mídia: formas da expressão de verdade

Ainda sem definição consensual, o conceito de mídia varia entre pesquisadores da área da Comunicação Social. O termo nasceu em 1920, refletindo o ingresso do rádio, do cinema falado e do gramofone no campo da comunicação social, que até então tinha como maior e quase exclusivo veículo de comunicação social a mídia impressa (PARRY, 2012). No Brasil, o emprego do termo foi ampliado, principalmente após os anos 90, sendo associado às noções de imprensa, de meios de comunicação de massa e de veículo. “É neste sentido que muitos dos autores brasileiros de Comunicação e Política se referem à mídia quando a utilizam, ainda que a maioria não a defina conceitualmente em seus trabalhos e prefira o subentendimento do significado do senso comum” (GUAZINA, 2007, p. 54 - 55). Nos Estados Unidos do século XX, a Escola de Chicago resgatou estudos trans e multidisciplinares sob a perspectiva da Comunicação Social, da Sociologia, das Ciências Políticas e da Psicologia Social, por exemplo, ao perceber sua influência sobre as relações sociais; no Brasil, as eleições presidenciais de 1990 evidenciaram a importância da comunicação de massa para o processo político nacional (GUAZINA, 2007).

Assim, independente de um conceito definitivo, a mídia é dispositivo, em razão de ter como tarefa primordial a transmissão de mensagens, a difusão de sentidos e, com eles, de ideologias:

as mídias fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes, sua apropriação crítica e criativa, sendo, pois, imprescindível para o exercício da cidadania. Também é preciso ressaltar que as mídias são importantes e sofisticados dispositivos técnicos de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle social (político, ideológico...), mas também gerando novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações. (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1083)

Há séculos os meios de comunicação midiáticos mudam as relações interpessoais e entre pessoas e a informação.

A escrita e os documentos criaram um registro permanente, estendendo a comunicação ao longo do tempo e das distâncias. A prensa tipográfica tornou os livros numerosos e portáteis, multiplicando ainda mais seu impacto. O telégrafo tornou instantâneas as mensagens a longa distância. O rádio e a televisão aumentaram a nossa capacidade de ouvir e ver ao longe, ainda que, a princípio, ambos fossem mídias efêmeras, que aconteciam apenas em tempo real. (PARRY, 2012, p. 6)

Com Parry corrobora Heberlê (2012), que diz: “na medida em que operam os seus discursos, os meios passam a compor ou recompor os elementos significativos da cotidianidade, essencialmente discursiva” (p. 128) e, focando na divulgação científica, afirma que os meios constituem-se, por isso, “num lugar privilegiado para compreender a vida cotidiana, bem como as regulações que envolvem alguns dos principais temas científicos” (p. 128).

A mídia, em sua ubiquidade, permeia as relações humanas de forma que “a sociedade precisa da mídia para se manter em funcionamento. (...) A sociedade é moldada pela mídia, que, por sua vez, foi desenvolvida para servi-la” (PARRY, 2012, p. 20). Ela é parte da tessitura geral das nossas experiências no mundo, é “dimensão social e cultural, mas também política e econômica, do mundo moderno. (...) Algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados” (SILVERSTONE, 2011, p. 13). Seguindo os estudos de Charaudeau (2012) sobre o discurso midiático, percebemos o objetivo que este tem de produzir sentido com a constante afirmação de que é noticiador de fatos que se possa acreditar serem verdadeiros pelo uso de “provas de verdade”, que devem transmitir a ideia de que são “objetivas, independentes da subjetividade do sujeito falante, exteriores a ele e reconhecidas por outros” (CHARAUDEAU, 2012, p. 55). Um desses mecanismos a que

recorrem os profissionais da mídia noticiosa é a *verossimilhança*, ou seja, a reconstrução daquilo que não está presente e/ou de acontecimentos passados. “Daí as sondagens, os testemunhos, as reportagens e todo um trabalho de investigação destinado a restabelecer o acontecimento tal como ele teria ocorrido” (p. 56). Outro é a *explicação*, que busca saber dos protagonistas o porquê dos fatos, sua motivação e finalidade. Este procedimento é muito utilizado pela DC midiática ao confrontar cientistas para trazer uma verdade consensual, ao tentar trazer no discurso uma explicação sobre o mundo aos interlocutores.

No caso mais específico de textos impressos em revista para público não especializado em ciência, nosso objeto, há uma constante consulta a órgãos de produção de pesquisa científica e a cientistas para que seja realizada a divulgação científica. Num comparativo entre o discurso informativo e o científico, Charaudeau (2012) aponta que há em comum entre eles a problemática da prova. No entanto, “enquanto o primeiro se atém essencialmente a uma prova pela designação e pela figuração (a ordem da constatação, do testemunho, do relato de reconstituição dos fatos), o segundo inscreve a prova num programa de demonstração racional” (p. 61). O discurso científico procura aparentar que é atribuído interesse apenas ao assunto de que fala (por isso a elisão de traços de subjetividade de que tratamos anteriormente) e trata o destinatário como se fosse secundário, pois presume que este já possua interesse de antemão pela proposta do cientista ou do especialista e que possua um saber também especializado (CHARAUDEAU, 2012). Já o discurso informativo deve levar em conta as diferenças existentes entre o informador detentor de saber e o destinatário, supostamente ignorante da informação que lhe está sendo oferecida.

Mais especificamente sobre a mídia impressa, que é o veículo para o discurso de DC escolhido para estudo nesta pesquisa, sua importância data de tempos distantes, quando senadores romanos registravam seus pensamentos em rolos para que, guardados em bibliotecas, perdurassem pelo tempo; generais romanos enviavam instruções às tropas distantes para ampliar seu alcance geográfico. A prensa de tipos móveis foi criada em 1438 por Johann Gutenberg, possibilitando uma reprodução mais ampla de informações e saberes: “Seu impacto foi mais na distribuição que na criação. O livre pensamento renascentista tirou os limitados e dispendiosos

livros de dentro das igrejas e levou cópias para as universidades e escolas, acarretando acelerado desenvolvimento das ciências, artes e cultura” (PARRY, 2012, p. 23), e a ascensão de uma classe mercantil, do comércio internacional e do desenvolvimento das sociedades em torno desse novo momento econômico e político levou ao surgimento do primeiro jornal impresso, em 1605, o *Relation*, por Johann Carolus na cidade francesa de Strasbourg (PECQUERIE, 2005; NORMAN, 2014). O veículo foi responsável por difundir ideias que levaram à independência dos Estados Unidos e à Revolução Francesa no século XVIII (PARRY, 2012). “A tipografia gerou uma literatura vernacular e sediciosa, assim como produziu o religioso e o intelectual” (SILVERSTONE, 2011, p. 191). Era nos mosteiros que se encontravam as primeiras bibliotecas e apenas ao clero e aos nobres era dada a educação para a leitura, sendo eles então da classe dos “cultos” (enquanto os não letrados eram os “leigos”, nomenclaturas que até hoje existem, ainda que destacadas do sentido religioso, para determinar aqueles que possuem conhecimento acadêmico e os que não o possuem). Pouco antes do Renascimento surgiram as primeiras bibliotecas universitárias, ainda na Idade Média, que, a princípio, também estavam ligadas às ordens religiosas (MORIGI; SOUTO, 2005).

No século XIX, o papel mais barato e a prensa a vapor possibilitaram o que o mercado, dominado pela indústria de bens de consumo, necessitava: o desenvolvimento da publicidade, que financiou as publicações para o mercado de massa, esta, por sua vez, devido ao aumento dos índices de alfabetização, tinha acesso aos escritos periódicos. A impressão colorida das revistas torna-se interessante para os anunciantes da época, o que permite que o veículo sobreviva ao advento do rádio, ainda que comece a entrar em crise a partir da popularização da televisão. Com formato pioneiro quanto ao uso de fotografias e gráficos, as revistas surgiram no século XVIII para a disseminação de opiniões políticas, tornando-se, no século seguinte, o principal veículo publicitário para as marcas que se desenvolviam (PARRY, 2012).

Paulatinamente, a mídia tornou-se pervasiva e permeou a sociedade de forma que não só passou a reproduzir seus valores, com também reproduz sentidos a ela destinados. “Ela filtra e molda realidades cotidianas por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo

critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2011, p. 20).

A mídia nos deu palavras para dizer, as ideias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos, que dividimos e que sustentamos diariamente por meio de nossa fala diária, de nossas interações diárias. (SILVERSTONE, 2011, p. 21)

Na característica de veículo de informação, os meios de comunicação de massa são produtores de discurso para a comunicação, o que significa que são produtores de discursos que se utilizam da linguagem para a produção de sentidos e a expressão de uma verdade. Ao construírem imagens mentais transpostas em discurso, as representações daquilo de que se fala expressas na mídia “estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real” (CHARAUDEAU, 2012, p. 47). Dessa forma, a verdade passa a figurar no efeito produzido pelo discurso desse dispositivo.

Em sua discussão sobre as relações de poder, Castells (2009) sugere que estas se baseiam em grande parte na capacidade para moldar as mentes com significados provenientes de imagens (visuais ou não), e estas se realizam no âmbito da comunicação socializada. Sendo assim, “na sociedade contemporânea, em todo o mundo, os meios de comunicação são a forma de comunicação decisiva” (p. 261. Tradução nossa⁸), uma vez que são os grandes mediadores da comunicação na sociedade.

As mensagens, as organizações e os líderes que não têm presença midiática não existem para o público. Portanto, somente aqueles que conseguem transmitir suas mensagens aos cidadãos têm a possibilidade de influir em suas decisões de forma que leve a posições de poder no Estado e/ou a manter seu controle nas instituições políticas. (CASTELLS, 2009, p. 262, Tradução nossa⁹.)

⁸ “En la sociedad contemporánea, en todo el mundo, los medios de comunicación son la forma de comunicación decisiva”.

⁹ “Hoy en día el editorial es la carta de presentación y el elemento de identificación ideológica de cualquier medio de comunicación, especialmente de los escritos. (...)

Es el género periodístico que manifiesta el punto de vista del medio sobre un determinado tema de especial relevancia para la actualidad a través de su interpretación y valoración. Es la opinión más autorizada que da el periódico sobre la interpretación de la noticia.”

No Brasil, o período entre o fim dos anos 1970 e o início da década de 1980 é marcado pela consolidação do mercado de consumo e o fim da ditadura militar. Nesse período de ressurgimento da democracia, a proximidade com autoridades políticas já não é suficiente para a consolidação das organizações. O movimento sindical, a liberdade de imprensa e os novos padrões de competitividade levaram as instituições a procurarem a comunicação social para se aproximarem da sociedade. “E a imprensa foi identificada como o grande instrumento, o caminho mais curto para agir sobre a agenda pública, informar e obter uma imagem positiva” (SOUZA, 2007, p. 51).

Uma vez que a mídia trabalha com representações para a produção de ideias, imagens, sentidos, somos levados a pensá-la como dispositivo estruturante na sociedade, que atua de forma a construir um sistema simbólico utilizado pelos meios de comunicação de massa para a transmissão de mensagens, no que os veículos de informação midiáticos passam a atuar como instrumento de conhecimento e construção do mundo (FARIA, 2010). Braga (2012) lembra que a imprensa se desenvolveu como componente estruturante da sociedade desde o século XVII “na medida em que esta buscava organizar, diversificadamente, as potencialidades da escrita a serviço de seus interesses múltiplos e frequentemente contraditórios” (p. 37). Para o pesquisador, a interação midiaticizada estimula os modos pelos quais a sociedade se comunica e tenta se organizar.

Destarte, não se pode ignorar “a atuação dos meios de comunicação na definição da agenda pública e a representação que a mídia faz do interesse público, em nome da autoridade emanada do leitor, do ouvinte, do telespectador” (FARIA, 2010, p. 137). A imprensa, além de processar e sistematizar informações, “confere sentidos particulares a elas e com isso fortalecem um terreno simbólico permeado pela sua própria autoridade e legitimidade” (p. 137).

Como se discutiu anteriormente, a mídia se coloca, desde sua criação, como meio de conhecimento tanto dos entornos quanto dos lugares distantes, da atualidade como do passado, além de possibilitar noções do futuro, o que lhe deu autoridade, desde seu surgimento, para narrar a realidade. Para Benetti (2008), “essa autoridade emerge de um percurso histórico desse

modo de conhecimento, inscrito na trajetória da sociedade moderna, fundado em sua missão pública e em princípios relativamente consensuais na comunidade dos jornalistas” (p. 21 - 22).

Torna-se aqui essencial iniciar uma discussão que permeia o presente trabalho: a de que a possibilidade de discursar significa o gozo de poder, e de que o discurso é, portanto, exercício de poder. À vista disso, ainda que se proponha a comunicar fatos e notícias, o discurso informativo não é apenas ligado ao saber, mas também ao poder:

Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”). Além disso, basta que se saiba que alguém ou uma instância qualquer tenha a posse de um saber para que se crie um dever de saber que nos torna dependentes dessa fonte de informação. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social. (CHARAUDEAU, 2012, p. 63)

Em seus estudos acerca dos tipos de informadores, Charaudeau (2012) conclui que, seja a demanda por informação explícita ou implícita, o solicitante automaticamente atribui um saber e uma competência àquele que tem o potencial de informar. Nas informações concedidas voluntariamente e sem requisição de um solicitante, o informado pode se perguntar quais as intenções do informador. Nesse caso, pode-se conferir a este último um sentido de altruísmo: “o informador procurar avisar o outro sobre uma ameaça que pode atingi-lo, ou dizer simplesmente alguma coisa que poderia ajudá-lo, ser útil para ele”. Nos textos do discurso midiático, o jornalista coloca-se como simples mediador entre os acontecimentos e o público, sendo apenas um divulgador de informações, uma testemunha que realiza seu trabalho da forma mais objetiva possível. É dessa forma que pretende inspirar confiabilidade (CHARAUDEAU, 2012). A “informação é considerada benéfica, mas ao mesmo tempo o informado se torna devedor do informador” (p. 51). Ainda que esse altruísmo seja possível, a falta de crítica com relação à mídia e à prática da comunicação social muitas vezes leva os receptores a acreditarem nele por possuir o que o autor considera uma “ingenuidade”.

Mas outra hipótese pode ser construída: a de que há um interesse pessoal (adicionemos aqui o interesse institucional) do informador. Este pode estar em busca de favores, de tornar o

outro seu devedor ou evitar um mal-entendido, mas o comunicador pode ter o intuito de se proteger ou mesmo de conseguir um aliado, “pois, afinal, porque dar uma informação que ninguém está pedindo? (...) Não seria porque, ao fazer uma revelação ou uma denúncia, o sujeito constrói para si uma imagem de virtude?” (CHARAUDEAU, 2012, p. 51).

Então, uma vez que os veículos de comunicação de massa se configuram como canais agentes na formação de imagens mentais, significados e verdade, conforme discutimos, temos que a utilização desses meios para a comunicação com o público pode ser bastante vantajosa para a promoção de ideias, indivíduos e instituições, a exemplo das universidades. Vemos então uma possível motivação para a Universidade de Brasília ter criado a revista *Darcy*.

No entanto, não é somente pelo uso desses dispositivos (mídia, revista e discursos jornalístico e de divulgação científica) que a UnB produz sentido. Ela também possui como aliada para a construção de sua imagem o fato de produzir ciência, dispositivo (a ciência) ligado à noção de conhecimento e verdade, conforme estipulado historicamente, conforme veremos adiante, que empodera aqueles que a ela estão relacionados.

1.4.1 - O veículo “revista”

O primeiro uso da palavra “*magazine*” (revista, em inglês) para se referir a uma revista data de 1731, quando, em Londres, teve início a circulação da *Gentlemen’s Magazine*. O termo é derivado do árabe *makazin*, que significa “armazém”, e, nesse caso, foi usado como “depósito de informações úteis” (PARRY, 2012, p. 159). Mas a primeira revista publicada no mundo foi a alemã *Erbauliche Monats-Unterredungen* (Discussões Mensais Edificantes), que trazia textos de teologia (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2014; SCALZO, 2004) e circulou de 1663 a 1668. Esse tipo de publicação tem origem nos panfletos, folhetos e almanaques, que, gradualmente, passaram a aparecer em intervalos regulares (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2014), e distingue-se dos jornais principalmente por serem mais ilustradas e luxuosas (PERRY, 2012), além de sua periodicidade:

Revistas têm temporalidade expandida já por sua temporalidade alongada. São semanais, quinzenais, mensais; organizam, a cada edição (ou na série das coleções), um tempo mais dilatado que o do jornal e, com isso, desmontam e remontam os noticiários, as atualidades, as vivências. (VOGEL, 2013, p.17)

Dos livros, diferenciam-se por serem, geralmente, mais breves, ainda que tenham se iniciado com impressões similares, mas, no lugar da encadernação com capas duras, eram distribuídas como um conjunto de poucas folhas dobradas. No fim do século XVIII, passam a ter gravuras, e a fotografia ilustra suas páginas a partir do século XIX (PERRY, 2012).

Segundo Scalzo (2004), “estudando a história das revistas, o que se nota em primeiro lugar não é uma vocação noticiosa do meio, mas sim a afirmação de dois caminhos evidentes: o da educação e do entretenimento” (p. 13):

Enquanto os jornais nascem com a marca explícita da política, do engajamento claramente definido, as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. (SCALZO, 2004, p. 14)

Sobre as funções da revista, Buitoni (2013) diz: “a revista foi se firmando no século XIX como uma abertura para o mundo, a qual trazia ou pretendia trazer ilustração, conhecimento e entretenimento” (p. 108).

Outra característica peculiar é que, desde as primeiras revistas, a coleção de textos que se apresentam nelas publicados é destinada a interesses particulares (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2014). Buitoni (2013), em sua pesquisa sobre segmentação, aponta que, ao contrário dos jornais, que geralmente tinham uma vocação generalista, “isto é, tratavam de muitos assuntos para um público sem caracterizações específicas”, as primeiras revistas, ainda que tratassem de assuntos diversos, aceitavam rótulos definidores com menos resistência que os jornais. “Por isso mesmo, o universo das revistas vai incorporar e exercitar diversos tipos de segmentação” (p. 107). A pesquisadora deduz que o fato de muitas publicações terem começado a circular com intuídos educativos é uma pista para essa característica: “O vínculo com a educação em sentido mais genérico é uma das razões que ajudarão a desencadear o processo de

especialização e, posteriormente, a segmentação” (BUITONI, 2013, p. 111). Um exemplo desse objetivo informativo atrelado à educação é a *Athenian Mercury*, lançada em 1691, que era vendida em Londres duas vezes por semana e trazia perguntas de leitores que eram respondidas pela Athenian Society (o editor da revista e seus amigos). Ainda antes, em 1665, a Royal Society, na Inglaterra, faz circular a *Pilosophical Transactions*: a mais antiga publicação de ciência no mundo e ainda em circulação. Seu intuito era manter seus membros informados dos avanços em discussões promovidas pelo grupo em publicações periódicas, ainda que não possuísse material suficiente para compilá-las em um livro. Nesse período, no entanto — conforme detalharemos adiante —, não havia diferença de gêneros discursivos ligados à comunicação de ciência e do senso comum.

No capítulo a seguir, abordaremos como a ciência toma lugar de verdade pelo exercício de poder, assim como discutimos a mídia como meio de conhecimento, produtora de sentido, detentora de verdade (e, portanto de poder), observações importantes para a análise de nosso *corpus*, uma vez que nele encontramos influências dos saberes científico e midiático. Ainda nos falta, no entanto, apontar que, nos veículos populares de informação, o jornalista não tem o intuito de comunicar-se baseado em estruturas do discurso científico, uma vez que este não satisfaz às condições de captação, pois implica a seleção de um público bastante seletivo e reduzido, “ultraespecializado, que possua os mesmos instrumentos de raciocínio, a mesma terminologia, e compartilhe os mesmos conhecimentos da comunidade científica em questão” (CHARAUDEAU, 2012, p. 76). Dessa forma um público amplo seria excluído. “A palavra que é suscitada, provocada pela instância midiática, é uma palavra necessariamente vulgarizada, isto é, desprovida de tudo que constitui sua especificidade” (p. 77). Nessa descrição, ajustam-se bem o discurso de divulgação científica midiaticizado e o texto de revista, objetos de estudo da nossa pesquisa.

1.5 - O uso da mídia para a disposição do discurso editorial

Neste ponto, pretendemos adentrar o uso da revista como veículo para o discurso de divulgação científica e sua relação com a produção de sentido — e, principalmente, a produção

de um posicionamento da universidade que produz a revista *Darcy* perante a sociedade —, abordando com mais detalhamento os editoriais, que nos interessa como *corpus*.

Esse tipo de texto (editoriais) encontra-se com frequência nas primeiras páginas de veículos da mídia impressa. Eles usualmente tratam de uma matéria específica presente no volume, mas podem também abordar assuntos outros, tais como o trabalho da redação ou curiosidades sobre a montagem do volume ou trazer uma compilação resumida dos assuntos tratados. Importante apontar que, conforme nos diz Espinosa (2003, p. 231):

Hoje em dia o editorial é a carta de apresentação e o elemento de identificação ideológica de qualquer meio de comunicação, especialmente os escritos. (...)

É o gênero jornalístico que manifesta o ponto de vista do meio sobre um determinado tema de especial relevância para a atualidade através de sua interpretação e valoração. É a opinião mais autorizada que o periódico dá sobre a interpretação da notícia. (p. 231. Tradução nossa¹⁰.)

O editorialista Bartolomé Mostaza, citado no trabalho de Orosa, García e Santorum (2013), define os editoriais como “a bússola do periódico e o diagrama orientador da opinião pública” (MOSTAZA *apud* OROSA; GARCÍA; SANTORUM, 2013, p. 487. Tradução nossa¹¹).

Espinosa (2003) coloca que os gêneros jornalísticos são divididos entre opinativos e noticiosos, que são complementares uns aos outros, ainda que raras vezes essa diferença apareça de forma pura, e coloca os editoriais como textos opinativos por excelência. Do mesmo modo, Singh e Singh (2006), em seu artigo sobre como escrever um bom editorial, colocam que o primeiro critério para tanto é ter em mente que o editorial é um formador de opinião, e declaram: “Um editorial não é apenas uma peça literária. Ele deve expressar uma opinião firme e

¹⁰ “Hoy en día el editorial es la carta de presentación y el elemento de identificación ideológica de cualquier medio de comunicación, especialmente de los escritos. (...)

Es el género periodístico que manifiesta el punto de vista del medio sobre un determinado tema de especial relevancia para la actualidad a través de su interpretación y valoración. Es la opinión más autorizada que da el periódico sobre la interpretación de la noticia.”

¹¹ “La brújula del periódico y el diagrama orientador de la opinión pública”

balanceada sobre alguma coisa, uma opinião que esclareça a desordem à qual escritores e pesquisadores comprometidos conduzem os leitores” (p. 15. Tradução nossa¹²).

Bolívar (1997), que também estuda os editoriais, chama a atenção para o fato de que, “por convenção, têm a função de avaliar os acontecimentos e o estado das coisas no mundo” (p. 9. Tradução nossa¹³). Notemos que para se “avaliar” acontecimentos é necessário acessar juízos de valores. Tendo em vista que o editor discursa de uma posição privilegiada, discussão que retomaremos a seguir, emitir o resultado de uma avaliação é, certamente, utilizar-se do poder de discursar e de tirar proveito da posição de onde o faz a fim de sugerir (ou até mesmo tentar persuadir) seus interlocutores.

Em seu estudo sobre a influência dos gêneros persuasivos da mídia impressa, Espinosa (2013) lembra que esse gênero textual define pontos de vista, expõe opiniões para o público, analisa e interpreta uma notícia, relaciona assuntos de sucesso com outros e estabelece juízos de valores com o intuito de criar atitudes na comunidade, e forma o que alguns pesquisadores chamam de gêneros impessoais para o comentário. A pesquisadora também cita Mostaza ao abordar o assunto: “Nas palavras de Bartolomé Mostaza ‘a notícia dá o relatório diário dos acontecimentos; o editorial interpreta o significado desse relatório ou *previne o que está se forjando nas profundezas da coletividade humana e vai eclodir de repente*’” (apud ESPINOSA, 2013, p. 231. Tradução nossa¹⁴. Grifos nossos). A afirmação — em especial a parte grifada — leva-nos a pensar os editoriais como gêneros com intenção de manipulação de sentido, já que, em emitindo opinião e sendo esta de um veículo midiático, ao qual — como para toda a mídia — foi conferido autoridade, autenticidade e valores de verdade, tendem a produzir uma agenda pública e influenciar a opinião social acerca dos fatos sobre os quais preferem chamar a atenção, direcionando, pelo proferimento do discurso, para a aceitação da opinião do veículo. A influência do texto editorial está também no fato de este ser produzido por uma instância maior do veículo,

¹² “An editorial is not only a literary piece. It must also express a firm and balanced opinion on something, an opinion that clarifies the muddle into which committed writers and researchers may lead the reader.”

¹³ No texto original, em espanhol, lê-se: “El texto editorial, por convención, tiene la función social de evaluar los acontecimientos y los estados de cosas en el mundo”

¹⁴ “En palabras de Bartolomé Mostaza ‘la noticia da el parte diario de lo sucedido; el editorial interpreta el sentido de ese parte o previene lo que en las profundidades de la colectividad humana se está fraguando y va a estallar de un momento a otro”

o editor, ou seja, por uma instância com posição de superioridade no ramo midiático noticioso, um jornalista em um posicionamento acima até da equipe da redação jornalística em geral.

À vista disso, é possível inferir que há uma necessidade de qualificação que satisfaça as exigências demandadas por regras determinadas para que se possa ingressar em uma ordem discursiva. Para Campos (2012, p. 19), “a construção do relato jornalístico está ligada, portanto, à questão do acesso aos próprios órgãos midiáticos nos quais apenas os iniciados dominam as técnicas para dizer o que dizem do modo como o dizem”. No caso dos editoriais, o acesso é ainda mais restrito e as exigências são ainda maiores para que se adquira o *status* que concede ao sujeito a permissão para escrevê-lo.

CAPÍTULO 2 - O PERCURSO HISTÓRICO DA VERDADE CIENTÍFICA

Em algum remoto recanto do universo, que se deságua fulguralmente em inumeráveis sistemas solares, havia uma vez um astro, no qual animais astuciosos inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais audacioso e hipócrita da “história universal”: mas, no fim das contas, foi apenas um minuto. Após alguns respiros da natureza, o astro congelou-se, e os astuciosos animais tiveram de morrer. Alguém poderia, desse modo, inventar uma fábula e ainda assim não teria ilustrado suficientemente bem quão lastimável, quão sombrio e efêmero, quão sem rumo e sem motivo se destaca o intelecto humano no interior da natureza; houve eternidades em que ele não estava presente; quando ele tiver passado mais uma vez, nada terá ocorrido. Pois, para aquele intelecto, não há nenhuma missão ulterior que conduzisse para além da vida humana. Ele é, ao contrário, humano, sendo que apenas seu possuidor e gerador o toma de maneira tão patética, como se os eixos do mundo girassem nele. Mas se pudéssemos pôr-nos de acordo com o mosquito, aprenderíamos então que ele também flutua pelo ar com esse *pathos*¹⁵ e sente em si o centro esvoaçante deste mundo. Na natureza, não há nada tão ignóbil e insignificante que, com um pequeno sopro daquela força do conhecimento, não inflasse, de súbito, como um saco; e assim como todo carregador de peso quer ter seu admirador, o mais orgulhoso dos homens, o filósofo, acredita ver por todos os lados os olhos do universo voltados telescopicamente na direção de seu agir e pensar. (NIETZSCHE, 2007, p. 25 - 26)

Sendo que os enunciados pertencentes a cada gênero discursivo são “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2011, p. 268), faz-se necessário compreender o percurso histórico que se deu desde a condição que possibilitou uma ruptura na história do conhecimento para a emergência da ciência como saber, perpassando mudanças que lhe ocorreram desde sua validação até o alcance da hegemonia entre as diversas formas de conhecimento e a utilização do discurso de divulgação científica pelos dispositivos que são as universidades. Assim acreditamos compreender a *sobredeterminação funcional* e o

¹⁵ *Pathos* é relacionado com a afetação de um indivíduo ou público causada pela empatia deste(s) com um discurso. Na retórica e na poética antiga, assim como no teatro grego, por exemplo, *pathos* seria a persuasão dos ouvintes e espectadores pelo despertar de paixões — daí a ideia de “argumentos patéticos”, ou seja, aqueles de natureza emocional. *Pathos* também é raiz para os termos “paixão” e “passividade” e, no seu sentido clássico, remete ao que acontece de novo a alguém, sendo inusitado e excessivo, sem que este possa se apropriar desse acontecimento, a não ser como passivo. Descartes, no início de seu Tratado das paixões conceitua: “Tudo o que se faz ou acontece de novo é geralmente chamado pelos filósofos de paixão (*pathos*) relativamente ao sujeito a quem isso acontece, e de ação relativamente àquele que faz com que aconteça” (LEBRUN, 1987, p. 17).

preenchimento estratégico — sobre os quais falamos anteriormente — desses dispositivos que colocamos sob observação.

2.1 - A vontade de verdade e a ascensão à elite

Da pesquisa histórica apresentada a seguir, podemos observar que o conhecimento científico nem sempre foi considerado válido para explicar a natureza, a sociedade e o indivíduo. Ele sequer nasceu com as instituições que hoje lhe dão suporte, como as universidades e centros de pesquisa. Pelo contrário: é só depois de sua emergência possibilitada por condições históricas que recebe validação e ascende para uma posição de relativa hegemonia entre os diversos saberes, passando então a ser aceito pela sociedade como explicação sobre o nosso entorno e os espaços mais distantes. Kuhn (2013), ao tratar, em seus estudos, da “ciência normal” — as pesquisas firmemente baseadas em realizações científicas passadas — diz: “Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por uma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (p. 71). São essas realizações que hoje estão relatadas em manuais científicos específicos, ainda que tenham alterado sua forma original.

São as mudanças e constâncias nas relações sociais que validam o conhecimento. Estas, por sua vez, são relações culturais e políticas, no sentido de se darem no âmbito de tensões e contradições internas de uma cultura ou entre duas culturas diferentes e de representarem a distribuição desigual de poder. “Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política” (MENESES; SANTOS, 2010, p. 16).

A legitimidade do saber científico se dá em dois cenários: o primeiro é o das disputas e negociações realizadas entre diferentes correntes teóricas, um sinal da heterogeneidade que tece o saber científico. Essas controvérsias, no entanto, têm sido conduzidas internamente, sem que o público externo a esse campo acompanhe as divergências, passando, assim, a muitas vezes aceitar que a ciência tem resultados indiscutíveis, verdades unânimes. Aronowitz (1988), além de

exemplificar com discordâncias constantes na medicina¹⁶ cita outros casos que ilustram inconsonâncias internas ao campo:

Na Biologia, a imagem do mundo mecânico é desafiada; na Física, a imagem da natureza como pura extensão objetiva, sujeita a previsibilidade e controle, é questionada por aqueles cujo trabalho funciona no nível da teoria, ao mesmo tempo em que os pragmáticos insistem que as velhas formas são ainda as melhores. (ARONOWITZ, 1988, p. 14. Tradução nossa¹⁷)

Uma vez compreendido que um campo — tanto o científico quanto os outros diversos campos que se nos apresentam — é consequência de desacordos e consonâncias negociados para a sua construção, seguimos para o entendimento de que, então, a ciência, na sua posição de epistemologia e prática de explicação da natureza (incluindo-se nela o homem), é um discurso que exprime uma vontade de verdade que encontrou possibilidade de emergência e aceitação, um discurso que conseguiu firmar-se devido à conjuntura favorável em que se encontrou ao longo da história; conjuntura esta que inclui fatores de fora do campo científico em si, bem como resultado de disputas internas.

O crescente acatamento da ciência como explicação de todas as coisas é, inclusive, resultado de esforços da sociedade científica e seus seguidores em construir um discurso que possa perdurar em posição de prestígio. Isso porque é pela manutenção de discursos sob a alegação de serem verdadeiros que se torna possível exercer poder: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012b, p. 10). Mudanças na própria ciência podem ser vistas não só como resultado de novas descobertas, mas também como triunfo de novas formas na vontade de verdade (FOUCAULT, 2012b).

Há, sem dúvida, uma vontade de verdade no século XIX que não coincide (...) com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica. Voltemos um pouco atrás: por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo) apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se aos conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis;

¹⁶ Cf. Aronowitz, 1988, p. 15 - 16.

¹⁷ “in biology, the mechanical world picture is challenged; in physics, the image of nature as pure objective extension, subject to prediction and control, is questioned by those whose work functions at the level of theory, at the same time practitioners insist that the old news is still best”. (Aronowitz, 1988, p. 14)

uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, ao invés de ler, verificar, ao invés de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. Tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse a sua própria história, que não é das verdades que constroem: história dos planos de objetos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento. (FOUCAULT, 2012b, p. 15 - 16)

Com base nesse conceito de mutação das verdades conforme as mudanças de poder discursivo, temos que também a ciência é um discurso moldado pelas condições de possibilidade e de rupturas dadas em certas alturas da história, discurso com pretensão de verdade que acontece pelo tanger de discursos outros que a possibilitaram validar. A fábula de Nietzsche que introduz o capítulo ilustra esse posicionamento dado ao conhecimento na busca pela aquisição de verdades, mas que, no entanto, está condicionado ao homem e a seus parâmetros: “ele é, ao contrário, humano”, no sentido de ter o homem como medida e centro da construção da verdade, uma vez que esse *pathos* da verdade é resultado do enquadramento do intelecto humano numa perspectiva antropomorfizada, ainda que com frequência se associe o conhecimento da verdade ao conhecimento de uma realidade externa ao próprio ser humano. Assim, discursos verdadeiros se diferenciam por uma questão de relações sociais que venham a definir o que é válido ou não como reconhecimento da realidade; eles são, portanto, resultado de contratos sociais que existem porque um grupo que passa a assumir a posição hegemônica consegue convencer os demais membros da comunidade sobre a qual exerce influência: “A diferença entre um campo e um jogo (...) é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 29)

No entanto, a associação entre pessoas, em lugar de uma constante guerra em busca de poder, se dá pela necessidade de pertencimento a um grupo. É por isso que se passa a aceitar os discursos alheios, aceitando-os como lei que a todos se venham a aplicar:

Porque o homem quer, ao mesmo tempo, existir socialmente e em rebanho, por necessidade e tédio, ele necessita de um acordo de paz e empenha-se então para que a mais cruel *bellum omnium*

*contra omnes*¹⁸ ao menos desapareça de seu mundo. Esse acordo de paz traz consigo, porém, algo que parece ser o primeiro passo rumo à obtenção daquele misterioso impulso à verdade. Agora, fixa-se aquilo que doravante deve ser “verdade”, quer dizer, descobre-se uma designação uniformemente válida e impositiva das coisas, sendo que a legislação da linguagem fornece também as primeiras leis da verdade: pois aparece, aqui, pela primeira vez, o contraste entre verdade e mentira. (NIETZSCHE, 2007, p. 29)

Os discursos, em seu processo de consolidação e disseminação, e, posteriormente, para sua manutenção, têm base em dispositivos institucionais que lhe garantem suporte para que, da mesma forma que a ciência, afirme-se como verdade

ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2012b, p. 16 e 17)

No caso da revista de divulgação científica *Darcy*, editada e expedida por uma instituição pesquisadora que é a Universidade de Brasília, é possível inferirmos que o discurso de divulgação científica é fruto dessa prática institucional.

Portanto, não se pode ignorar a institucionalidade que constitui a base da ciência quando de uma avaliação histórica dos seus juízos epistemológicos. Universidades, centros de pesquisa, sistemas de peritos e pareceres técnicos são exemplos do aparato institucional que validaram esse conhecimento, além de dificultarem, intencionalmente, o diálogo entre a ciência e outros conhecimentos (MENESES; SANTOS, 2010).

Percebemos então a necessidade de a ciência manifestar-se de forma que os centros produtores de saber a aceitassem como legítima, uma vez que esse tipo de conhecimento nem

¹⁸ “Guerra de todos contra todos”, expressão de Thomas Hobbes em sua obra *Leviatã* para descrever como viveria a humanidade numa condição natural, não social. Para o pensador, contratos sociais informais são realizados para evitar tal condição em busca de uma convivência pacífica, ainda que em detrimento de certas liberdades individuais. “As paixões que levam o homem preferir a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável e a esperança de consegui-las por meio do trabalho. A razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo. (...) Dado que a condição do homem (...) é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado por sua própria razão, não havendo nada de que possa lançar mão, que não possa lhe servir de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se que em tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros.” (HOBBES, 2006, p. 100; 101)

sempre foi sustentado pelas instituições que hoje tradicionalmente são reconhecidas como agentes dessa forma de explicar a natureza, e, então, uma vez que passem a reproduzi-la, tenham a necessidade de legitimá-la perante a sociedade. Para isso, fez-se necessário lançar mão de um discurso que lhe possibilitasse construir significados e justificar suas ações em busca de poder. Aqui, é mister reforçar que, ainda que estejamos tratando de um poder com suporte institucional, como sempre o é, e da instituição que é a Universidade de Brasília, amparamo-nos no conceito de poder na qualidade de fruto de relações humanas que resultam em conduta de aceitação.

Esse tipo de relação definida como “o poder” encontra-se em diferentes situações sociais. Tal constatação não impediu, entretanto, que se reduzisse o poder somente àquelas situações em que o indivíduo logra obter obediência como resultado de um mandato, conquistado pelo voto, pela força, pela crença mítica, pela fé religiosa ou pelo respeito técnico. A obediência assim conquistada consiste em apenas uma das formas de manifestação da relação de poder, pois existem outras formas de obediência mais fluídas, quando o que exerce o poder não manda, mas induz e convence. (BARRETO, 2012, p. 82)

É desse poder pelo convencimento que tratamos aqui. Convencimento, porque não há uso de força física ou bélica, repressão coercitiva, mas de um conjunto de rituais que levaram ao direito privilegiado de alguns para falar sobre o que é “certo” a respeito da realidade. Chegamos ao ponto em que o discurso científico centraliza a verdade, utilizando-se do poder das instituições que o suportam, uma vez que há um constante estímulo por parte da economia e da política para que assim seja. A ciência na posição de verdade é consumida imensamente nos mecanismos de informação e de educação, ferramentas de grande alcance social, e “é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação)” (FOUCAULT, 2012c, p. 52). O saber tornou-se sinônimo de poder na sociedade do conhecimento na qual nos encontramos atualmente. “Vivemos cada vez mais sob o domínio do perito. Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber” (FOUCAULT, 2012c, p. 28).

Ao mesmo tempo em que o poder é a causa pressuposta do saber, ele é também dependente do saber, pois este é o entrelaçamento entre aquilo que se pode perceber pelos

sentidos e aquilo que absorvemos dos enunciados com os quais entramos em contato: habitar o campo do saber implica em vontade de exercer poder, vontade de verdade, ao mesmo tempo em que não se pode ocupar posição nesse campo sem que haja saber prévio. O poder aparece, inclusive, onde os relacionamentos de forças não são evidentes. Destarte, toda verdade remete a um tipo de poder, e não existe saber que não expresse ou acarrete um ato de poder que deseje espaço para ser exercido.

Para o físico espanhol Wagensberg (2009), a vontade de saber procura um “gozo intelectual” — o momento de súbita compreensão de fato sobre uma questão para a qual ainda não se tem resposta — que suprime uma frustração anterior proveniente das inúmeras e incessantes dúvidas que os homens têm com relação ao que os cerca. Diz ele que “os primeiros que compreenderam o mundo com essas leis [da mecânica] (Newton, Galileu...) e qualquer estudante de mecânica, quando o faz, se o faz, experimentam um ataque agudo de alegria. É o gozo intelectual” (WAGENSBERG, 2009, p. 79). É esse prazer em conhecer que leva-nos a querer saber mais, uma vez que nos causaria extremo prazer conceber respostas às nossas dúvidas. O homem sente-se empoderado quando obtém respostas que lhe são convincentes, quando compreende (ou pensa compreender) a realidade, ainda que ela seja constituída por essa verdade construída. Em sua teoria geral do conhecimento, Keller (2009) defende que há uma carência no ser humano que o leva a questionar, dado que seus instintos são menos aguçados que de outros animais. A procura por respostas advém da sua condição de desprovemento de instrução da natureza, habilidades e talentos como de outras espécies, aproveitando-se, assim, da educação que, como em nenhum outro ser, conecta o gênero humano. Ainda nessa linha, Aristóteles (1969) defende que “todos os homens, por natureza, desejam conhecer. Sinal disso é o prazer que nos proporcionam nossos sentidos”, (p. 36). Para o filósofo grego, há mérito em buscar respostas além da observação simples, mas pela sistematização, o uso de ferramentas que auxiliam os sentidos:

É natural, pois, que o primeiro inventor de qualquer arte que fôsse além das sensações comuns da humanidade se tornasse alvo da admiração dos homens, não só pela utilidade que tinham as invenções, mas por ser reputado sábio e superior aos demais. (...)

Na *Ética*¹⁹ apontamos a diferença entre a arte e a ciência, por um lado, e as demais faculdades congêneres pelo outro; mas o objeto da presente discussão é mostrar que todos os homens entendem por Sabedoria a ciência das primeiras causas e dos princípios das coisas; de modo que, como já dissemos, o homem que possui experiência é considerado mais sábio do que os possuidores de qualquer percepção sensorial, o artista mais sábio do que os homens de experiência, e o mestre de ofício mais do que o operário; e julgamos que os conhecimentos teóricos participam mais que os produtivos da natureza da Sabedoria. É evidente, pois, ser este o conhecimento de certos princípios e causas. (ARISTÓTELES, 1969, p. 38)

Aristóteles, como se pode ver pelo excerto citado acima, coloca que os “conhecimentos teóricos” são mais próximos da construção do saber (Sabedoria) que a prática, e advoga pela classificação das faculdades em dois grupos, colocando as artes e a ciência no mesmo conjunto. Isso se explica pela raiz latina da palavra “arte”, *ars*, que, a princípio, era usada para tratar daquilo que não era concebido naturalmente, mas após submissão a regras e à atividade humana. É o contrário do acaso, do espontâneo. A distinção entre *ars* e *scientia* seria mais próxima do que hoje distinguimos entre prática e teoria (BURKE, 2003). Por defesa de tal tese, percebe-se que, ainda em séculos distantes da atualidade²⁰, o conhecimento científico, mesmo que não aos moldes da ciência conforme as regras impostas pela revolução científica e como a conhecemos hoje, era exaltado como superior à prática e à sabedoria, que se pode interpretar hoje como sendo o senso comum. O empirismo aliado ao progresso do conhecimento era de grande valia. A matemática grega do século V a.C., por exemplo, dedicou-se intensamente a demonstrações de teoremas, como o fez Euclides de Alexandria (c. 300 a.C. - ?.) em sua obra “Elementos”, na qual, a partir de definições, opiniões comuns (axiomas, princípios autoevidentes) e postulados (suposições geométricas), compilou e sistematizou estudos de Eudoxo, Teeteto e outros matemáticos, aprimorando suas demonstrações. Outro destaque, deve ser dado para o chamado *Corpo Hipocrático*, uma coleção de mais de 50 livros de medicina escritos por Hipócrates de Cos (425 a.C.), seus colegas e discípulos. Neles, indica-se como reconhecer o médico devidamente preparado de um charlatão pela capacidade de se realizar uma prognose — conjectura a respeito da evolução de doenças. O *Corpo Hipocrático* também ocupava-se de descrever métodos de tratamento como cirurgias, cauterização, sangria, uso de purgantes, dietas

¹⁹ Referência a uma obra anterior do mesmo autor.

²⁰ Aristóteles viveu entre 384 a.C. e 322 a.C.

e exercícios. Já nessas obras, as doenças não eram tratadas como resultados de fenômenos sobrenaturais, mas como fenômenos naturais, ainda que a superstição ainda estivesse presente nos tratados (PESSOA JUNIOR, 2000).

Rubem Alves (1993) também aponta para a avidez humana pelo saber, lembrando que, na antiguidade, já havia astrólogos para a leitura da mensagem dos astros assim como das vísceras de animais e a prática de sacrifício humano em busca de respostas, dando voz também aos loucos, considerados mensageiros de sabedoria. “Nisto a ciência está de mãos dadas com as pessoas do senso comum (...): uma e outras se negam a admitir que a natureza seja um conjunto de fatos brutos, destituídos de sentido. É verdade que suas traduções não coincidem. Mas uma e outras afirmam que uma tradução é possível” (ALVES, 1993, p. 72)

Ou seja, independente de ser o conhecimento produzido conforme as limitações colocadas na atualidade para que seja definido como ciência, é inegável que haja uma busca constante por respostas e perguntas. Voltando à ideia de gozo de Wagensberg:

A ocorrência do gozo intelectual. Este, se é algo, é uma ilusão de esperança. Toda mente pode sonhar com ter um dia uma revelação, uma intuição que a ilumine em uma questão tão fundamental e tão inquietante. A ocorrência então de um gozo intelectual talvez ajude a reconhecer uma ideia como uma grande ideia. O que não está garantido é se, com essa ideia, o cidadão abrirá uma nova disciplina científica, como faria um grande cientista, ou uma nova identificação coletiva religiosa, como faria um grande profeta. (WAGENSBERG, 2009, p. 86 - 87)

Destarte, ainda que restem dúvidas sobre qual conhecimento é o melhor para nos mostrar a verdade a respeito do que queremos, o fato é que é essa verdade que se almeja. Assim, “é preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de ‘ciência/ideologia’, mas em termos de ‘verdade/poder’” (FOUCAULT, 2012c, p. 53). E é na busca por consolidar-se como discurso verdadeiro, em oposição ao senso comum e ao religioso, por exemplo, que a ciência lança mão de estratégias que historicamente se encaixaram com forças postas de maneira que pudesse emergir e se estabilizar em posição epistemológica hegemônica. Nietzsche, em sua *Genealogia da Moral* (2002), dá-nos pista de que os conceitos de bom e mau, bem e mal foram construídos pelo grupo que era considerado nobre quando do surgimento dos conceitos, sendo que seus valores prevaleceriam como os bons contra os valores dos grupos dominados. Sua

dissertação também aponta para um revezamento do grupo hierarquicamente superior, que consegue, com seu triunfo, mudar a forma como os valores passam a ser vistos na posteridade:

Foram os próprios “bons”, os homens distintos, os poderosos, os superiores que julgaram “boas” as suas ações; isto é, “de primeira ordem”, estabelecendo esta nomenclatura por oposição a tudo o que era baixo, mesquinho, vulgar e vilão. Arrogavam-se da sua altura o direito de criar valores e determinativos. (...) a consciência da superioridade e da distância, o sentimento geral, fundamental e constante de uma raça superior e dominadora, em oposição a uma raça inferior e baixa, determinou a origem da antítese entre “bom” e “mau”. (Esse direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem, como um ato de autoridade que emana dos que dominam. Disseram: “Isto é tal coisa”, vincularam a um objeto ou a um fato tal ou qual vocábulo, e assim ficou). (NIETZSCHE, 2002, p. 3)

Essa não permanência de um grupo em superioridade a outro também nos serve para ilustrar o triunfo da ciência e de suas instituições sobre os demais saberes. Tal ascensão à elite entre os saberes possibilitou à ciência a colocação da sua vontade de verdade.

Uma vez posicionado, ao campo científico foi conferida influência tal que a própria tomada de decisões é tão importante quanto a decisão em si, uma vez que se espera sempre que os grupos hegemonicamente superiores se posicionem e deliberem sobre os assuntos que se lhes apresentem: “se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores conseqüências do que as decisões que tomam” (MILLS, 1981, p. 12). Essa posição de juízes é atribuída à elite porque a ela se atribui uma camada de caráter moral mais apurado, tanto por ela mesma quanto pelo grupo que dela não participa (MILLS, 1981). Assim, teria capacidade para discernir o que é certo e bom para a sociedade. No caso das instituições produtoras e detentoras do saber científico, essas estariam também em posição para serem creditadas e fortemente consideradas quando estiverem em questão assuntos relacionados ao conhecimento da realidade. O fato é que, em fazendo parte da elite intelectual, uma opinião proferida por esse grupo legitimado é tomada em alta conta, e torna-se tão influente que é frequentemente aceita prontamente, sem discussões com representantes de outros campos. Relacionado ao poder imanente à elite, concordamos com a observação de Mills (1981) quando evoca Gustave Le Bon:

O prestígio é frequentemente considerado como uma força misteriosa. “Qualquer que tenha sido o poder dominante no mundo”, observou Gustave Le Bon, “sejam homens ou

idéias, impôs sua autoridade principalmente por meio dessa força irresistível denominada ‘prestígio’... Prestígio é na realidade uma espécie de domínio exercido em nosso espírito por um indivíduo, um trabalho, ou uma idéia...” Esse domínio “paralisa nossa faculdade crítica” e nos enche de “pasma e respeito...” (MILLS, 1981, p. 106)

Quanto ao prestígio alcançado pela comunidade científica, Alves (1993) defende que a emergência de uma classe especializada em pensar de maneira “correta” resulta em que os outros indivíduos se eximem desse trabalho, absorvendo sem questionamento as vontades dos cientistas — para o autor, a chegada dos cientistas à posição de “mitos” é uma consequência trágica para a sociedade.

Essa validade conferida à ciência dá-se muito mais por uma questão histórica de dominação cultural que por naturalidade proveniente das características desse saber. “A epistemologia dominante é, de facto, uma epistemologia contextual que assenta numa dupla diferença: a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo” (MENESES; SANTOS, 2010, p. 16). Retomando Foucault (2012b; 2012c), a dominação de um grupo sobre outro, resultado da incessante disputa pelo poder do discurso, determina os que podem falar e os que devem obedecer. Estar na elite é ter autoridade para proferir o discurso dominante, que pressiona todos os outros que dele discordam, para coagir o grupo, assim como a ciência tem tentado se estabelecer contra outros discursos que tratam do conhecimento da realidade.

Vejamos como Ormastroni (2003) fala da curiosidade infantil utilizando dados da UNESCO: “de cada 100 perguntas feitas por uma criança, 84 tinham fundo científico e 76, infelizmente, não eram respondidas” (ORMASTRONI, 2003, p. 97). Há aí um claro convencimento de que curiosidade é sinônimo de interesse “de fundo científico”, e ignora-se o fato de que outros saberes podem responder às perguntas. É uma aplicação automática dos princípios de exclusão de que nos fala Foucault (2012b): um discurso que impossibilita a coexistência de tantos outros que possam substituí-lo na sua função.

Posto então que a verdade buscada é construída social e historicamente, que é, portanto, exterior a cada indivíduo, pode-se inferir que passamos constantemente pelo que Charaudeau (2012) define como a tensão entre valores de verdade e efeitos de verdade. O valor de verdade,

construído por explicações elaboradas por meio de instrumentação científica, alterna-se com o efeito de verdade, que, por sua vez, é a crença de que aquilo que se observou ou que soube que foi observado é verdadeiro. “O efeito de verdade está mais para o ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o ‘ser verdadeiro’” (CHARAUDEAU, 2012, p. 49). Tal crença na ciência é dada *a priori*, ou seja, o fato de ser anunciado como resultado de estudo científico dá à afirmação um *status* de verdade, ainda que não tenham sido observada pelo receptor da mensagem pessoalmente as evidências que levaram o pesquisador a chegar a um resultado, o que possibilita às exposições estruturadas conforme as regras da redação científica ou apresentadas por um veículo noticioso de divulgação científica emanarem sentido de veracidade. “O conhecimento científico é obtido basicamente por observação (...). A maior parte das mensagens que os cientistas enviam uns para os outros é composta de relatórios ‘do que foi visto’ em circunstâncias determinadas” (ZIMAN, 1996, p. 63). O efeito de verdade é o resultado da experimentação sobre aquele que recebe uma informação, aquilo que acreditamos ser verdadeiro porque cabe nas nossas categorias de classificação e explicação do mundo.

O princípio fundamental da observação científica é que todos os seres humanos são intercambiáveis como observadores. Ponha-se *qualquer pessoa* naquele laboratório e ela verá o papel reagente ficar vermelho. Se isso houver de fato acontecido, é então uma extensão lógica modesta afirmar que se trata de uma verdade para *todos*. (ZIMAN, 1996, p. 65. Grifos do autor.)

É dessa aceitação que nasce a credibilidade que dá o “direito à palavra” àqueles que dizem possuir a verdade, no caso em questão, aos cientistas.

2.2 - A diferenciação e os caminhos que transformaram o saber científico

A fim de compreendermos o processo de apartação do conhecimento científico dos demais tipos de conhecimento, é preciso antes apontar que o termo “ciência” foi cunhado da necessidade de diferenciação sentida pelos sujeitos pertencentes ao campo no intuito de se diferenciar, num processo conforme aquele já citado com base nas observações de Nietzsche (2002) sobre as definições e conceituações originadas da elite para sua distinção. Notemos que a

observação e as conclusões provenientes da empiria são as primeiras formas de conhecer e reconhecer a realidade adotada pelos homens. O termo “empíria”, a propósito, deriva do termo tradicional inglês *empiric*, referente aos praticantes da medicina alternativa que não possuíam conhecimento teórico para exercício da profissão. Até a necessidade de se destacar desse tipo primário de saber, ele não teria classificação, ao que podemos concluir que somente após o surgimento de novas epistemologias e a necessidade de destaque é que termos como “senso comum” e “ciência” passam a existir. Essa diferenciação de fato surge no século XVIII, com a constituição e instituição recente, mas crescente, da ciência moderna, quando os filósofos iluministas pretendiam se diferenciar “dos chamados ‘vendedores científicos’, com suas palestras e shows itinerantes” (SILVA, 2006, p. 55). Sobre os problemas encontrados pelos divulgadores científicos quanto à linguagem, Hernando (1992) aponta

a obscuridade na língua que a especialização necessária — e, às vezes, certo desejo de segredo ou mistério — vai criando. Um século atrás, qualquer cientista se explicava em linguagem compreensível para o leigo ou, pelo menos, para o homem educado ou simplesmente instruído. Os termos usados costumava ter significado derivado de sua raiz linguística, grego ou latim . Tudo isso mudou. (p. 92. Tradução nossa²¹.)

Percebemos aí uma tensão que extrapola o campo do conhecimento e passa a ser entre campos diversos. É dessa necessidade de distinguir o campo científico que regras de redação, por exemplo, foram criadas. A matemática foi sustentada como linguagem própria para o campo, e foram estabelecidas nova gramática e forma. As diferentes textualizações, como são o discurso jornalístico, o científico e o de divulgação científica, em destaque nesta pesquisa, são produtos das diferentes memórias e diferentes posições que se pretendem alcançar.

Na medida em que as comunidades científicas foram se constituindo e a atividade científica foi se profissionalizando, alguns de seus textos, envolvidos nesse processo cada vez mais profissional e cada vez mais circunscrito a um número limitado de pessoas, acabaram ganhando, paulatinamente, certa estabilidade em termos de gênero e de estilos de escritura. (SILVA, 2006, p. 56)

²¹ “La oscuridad en el lenguaje, que la necesaria especialización — y también, a veces, un cierto deseo de hermetismo o de misterio — va creando. Hace un siglo, cualquier hombre de ciencia se explicaba en lenguaje inteligible para el profano o, al menos, para el hombre culto o simplemente instruido. Los términos empleados solían tener la significación derivada de su raíz lingüística, el griego o el latín. Todo eso ha cambiado.”

O argumento da comunidade científica é a necessidade de escapar de controvérsias que podem surgir do texto comum, cotidiano, geralmente inconclusivas, evitando expressões ambíguas que não levam a conclusões de fato. Sobre a complexidade e a formalização da linguagem científica, acadêmicos defendem que “na busca da precisão perfeita e da certeza esmagadora, tornam-se declarações formalizadas, em que os termos técnicos, que foram antes definidos com máximo rigor, são unidos em arranjos sintáticos inequívocos que implicam uma completa necessidade lógica” (ZIMAN, 1996, p. 27). Assim, o discurso científico é fundamentado em uma suposta neutralidade discursiva, na tentativa de fazer com que o seu receptor “creia que o que está sendo exposto não é uma interpretação mas sim a própria realidade. (...) É justamente neste sentido, que se pode considerar o discurso da ciência como um fazer persuasivo” (LEIBRUDER, 2001, p. 232).

Para compreendermos os caminhos que levaram a essa diferenciação e à emergência da ciência para a posição de conhecimento dominante, a fim de acompanharmos as rupturas e constâncias que ocasionaram o discurso científico atual e que lhe conferiram poder, remontemo-nos à Idade Média, entre o século XII e o Renascimento — que se inicia por volta do século XIV. As primeiras universidades, centros formais de ensino, foram fruto da divisão do trabalho resultante do surgimento das cidades, quando a alguns passou a ser designado o exercício de estudar. A associação em colégios era necessária para a manutenção do monopólio do conhecimento, a fim de evitar que competidores não oficiais pudessem ter acesso ao saber (BURKE, 2003). Roger Bacon (1215-1294), Guilherme de Ockham (1285/90-1349) e Alberto Magno (1193-1280), que eram frades, o padre Tomás de Aquino (1225-1274) e o bispo e diplomata Jean de Salisbury (1120-1180), por exemplo, já se dedicavam à investigação da natureza e da natureza das coisas, defendendo o conhecimento por meio do estudo da experiência de autoridades, como Aristóteles, aliado ao empirismo (OLIVEIRA, 2007). Percebe-se daí que, embora bastante atreladas à igreja, as universidades dessa época já esboçavam os primeiros passos para o pensamento científico como é na atualidade. Era também nelas que estudiosos leigos²² cultos, em sua maioria médicos e advogados, tornavam-se visíveis fora dos mosteiros.

²² A palavra “leigos” aqui é usada no seu sentido original: pessoa que não faz parte do clero.

Esses, por sua vez, realizavam intercâmbios acadêmicos e viajavam em busca de aprender em diferentes universidades, o que resultava em um sentimento de diferenciação quanto aos demais habitantes das cidades onde passavam a residir, conforme mostram algumas canções latinas (BURKE, 2003).

As universidades gozavam de autonomia e, conforme citado anteriormente, do monopólio da educação superior, e graus de reconhecimento eram conferidos de uma para outra, assim como hoje a importância de trabalhos científicos é conferida pelo próprio campo em avaliações entre pares. Os estudos se voltavam para o direito, a medicina e a teologia, para que fossem supridas as necessidades de treinamento de pessoal para o clero, além de aprimorar os estudos na área da saúde e do direito voltado para funcionários que serviriam aos governos. O ensino era baseado apenas na transmissão de conhecimento dos clássicos e as discussões não eram admitidas. “Pressupunha-se que as opiniões e interpretações dos grandes pensadores e filósofos do passado não podiam ser igualadas ou refutadas pela posteridade, de tal forma que a tarefa dos professores se limitava a expor as posições das autoridades (Aristóteles, Hipócrates, Tomás de Aquino e outros)” (BURKE, 2003, p. 38). É nesse contexto que emergem termos como “Dogmática²³” — que tem o vocábulo “dogma” como raiz —, usado até hoje em cursos de graduação como o de Direito, cunhado na Universidade de Bolonha após a *Littera Boloniensis*: um conjunto de textos escolares considerados inquestionáveis para o estudo do Direito oriundos da dissecação dos *Digestos Justinianeus*, escritos pelos romanos (TOZO; SOLON, 2010). Conquanto, havia, sim, momentos de debate. Tomás de Aquino, por exemplo, foi um “moderno” que se tornou autoridade, ainda que fosse apenas um compilador de elementos tradicionais.

No século XV, com o Renascimento, o homem passa a ser o centro de todas as coisas e os “escolásticos”²⁴ dão lugar aos “humanistas”. É nessa época que as repúblicas urbanas da Itália influenciam os demais principais países da Europa com relação a mudanças econômicas — e suas transformações para um capitalismo comercial —, literárias e artísticas, além da Reforma e da Contrarreforma religiosas. Nessa época, a burguesia teve seu auge com o início do

²³ Termo que mais tarde vem a se confundir com “ciências jurídicas”.

²⁴ Nomenclatura dada pelos humanistas como forma de desdenhar o conhecimento anterior ao novo movimento que se inicia na ciência.

capitalismo comercial e das políticas mercantilistas de acúmulo de capital. Para alimentar a política econômica emergente, a Europa lança-se ao mar à procura de novos continentes, chegando então ao novo mundo, onde, numa perspectiva etnocêntrica, passa a conquistar esses novos povos, dominá-los e impor sua cultura. Nas colônias, exploradas a partir do século XVI, a força das metrópoles suprimiu o saber nativo e impôs o seu em alternativa, numa “relação desigual de saber-poder” (MENESES; SANTOS, 2010, p. 19). Essa intervenção epistemológica nas colônias “descredibilizou e, sempre que necessário, suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia. Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, uma supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (MENESES; SANTOS, 2010, p. 16).

Nas metrópoles, o homem deixa de ser submisso à religião e passa a ser subordinado às leis e ao capitalismo, submetendo-se ao saber científico e à pesquisa para desenvolvimento econômico. Nesse contexto, e, principalmente, a partir da Revolução Industrial, que se inicia no século XVIII, procura-se reforçar ainda mais um discurso que posicione a ciência hegemonicamente. Academias de ciência como a Accademia Secretorum Natural (1560), a Accademia dei Lincei (1603), a Accademia dei Cimento (1657) e a Royal Society (1620), tolhidas de exercer a atividade científica longe da igreja, criaram formas leigas e civis de comunicação dos resultados científicos (ALBAGLI, 1996, p. 399). A realeza teve um papel fundamental no financiamento das grandes navegações e, por conseguinte, dos estudos necessários para realizá-las. Assim, incentivos também eram dados a grupos de humanistas que se opunham a alguns círculos intelectuais. As universidades passaram a rivalizar e as discussões tornaram-se mais frequentes, principalmente em locais como bibliotecas e museus, onde se formavam as primeiras academias.

Ainda que hoje os termos “academia” e “instituição de ensino e pesquisa” sejam sinônimos, historicamente as academias surgiram dos pensadores marginais, que não concordavam com o dogmatismo das universidades. Menos formais que os departamentos universitários, ainda que mais formais do que um círculo, era possível que as discussões acontecessem durante banquetes, com muita comida e bebida: “os humanistas desenvolviam suas

idéias na discussão, mas seus debates tinham lugar fora do ambiente das universidades (...), numa nova espécie de instituição que criaram para si mesmos, a ‘academia’” (BURKE, 2003, p. 40). Com o tempo, formalidades foram adquiridas, tais quais estatutos, horários para reuniões e nomeações de membros fixos.

O que estava em jogo não era apenas a compreensão filosófica de ciência como também um sem-número de interesses políticos. Uma ordem social já estabelecida tende a privilegiar as formas passadas de pensar, pois a novidade é sempre imprevisível, incontrolável, subversiva. Por outro lado, os grupos que não participavam do poder não tinham acesso a este conhecimento e eram forçados a buscar fontes alternativas de saber. Não é de se estranhar, portanto, que os marginais tenham sido os que se voltaram para o conhecimento experimental. (ALVES, 1994, p. 111).

Nas universidades, o currículo dos bacharéis era dividido em *trivium* (gramática, retórica e lógica) e, consideradas disciplinas mais avançadas, *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) e mais três filosofias (ética, metafísica e filosofia natural). Vê-se aí já uma hierarquia quanto às disciplinas. Além disso, a teologia era considerada a disciplina de *status* mais elevado, seguida pelos dois direitos, civil e canônico, e depois pela medicina. As três faculdades “superiores” (teologia, direito e medicina), por sua vez, eram também categorizadas como mais nobres que os demais cursos.

É por volta do século XV também que se dá a crescente ênfase nos números e no conhecimento útil, estendendo-se essa tendência até o século XVIII, quando a linguagem matemática é exaltada, e seguindo até os dias atuais. A matemática de Galileu, astrônomo, físico e matemático do século XVI, dá o pontapé inicial para um novo pensamento sobre o conhecimento. Essa linguagem passa a ser adotada como única a decifrar a natureza de forma a se alcançar uma pretensa verdade, o que mais tarde vem a segregar o conhecimento proveniente do senso comum. Tentava-se, assim, apagar o sentido humano dado ao mundo (ALVES, 1994). Tal defesa da prática, da utilidade e de uma ciência transcrita com a linguagem matemática levou paulatinamente à sobreposição das disciplinas do que hoje se define como ciências sociais pelas ciências naturais. Daí podemos ter uma noção de que os indivíduos que compõem o campo científico não fazem parte de um todo homogêneo. “Há, no campo científico, um sistema de classificação em vigor — nem sempre explícito — que trata determinados domínios, objetos,

métodos e teorias como ‘dignos’ ou ‘indignos’ de receber o interesse e os investimentos dos agentes do campo. E os pesquisadores participam sempre da importância e do valor simbólico que a representação dominante atribui aos seus objetos de trabalho e de pesquisa, aos seus problemas e métodos de investigação” (GARCIA, 1996, p. 68).

Em 1637, Descartes escreve seu *Discurso do Método*. Não tendo frequentado universidade alguma, Descartes (2014) relata que foi da observação, mais que dos livros, que conseguiu extrair “verdades”. Kepler e Copérnico tampouco foram alunos universitários, no que se percebe que as ciências experimentais permaneceram por quase um século longe das instituições de ensino (TRINDADE, 2000). Descartes, filósofo, físico e matemático, propõe uma ciência baseada no racionalismo e na matemática, considerada esta uma linguagem fundamental e, juntamente com as outras disciplinas similares, uma ciência “firme”, diferente de algumas outras nas quais o método matemático não pode ser aplicado (DESCARTES, 2014). “O uso de números ou ‘estatísticas’ estava associado ao novo ideal do conhecimento impessoal ou imparcial, o que mais tarde seria chamado de ‘objetividade’” (BURKE, 2003, p. 103). A matemática, uma linguagem sem traços aparentes de um sujeito, era adotada como forma de abandonar valores que poderiam pousar sobre os estudos. Para pensadores como Ziman (1996), um físico, “a linguagem ideal para a comunicação científica, portanto, encontra-se na matemática”, por ser considerada “inequívoca e universalmente válida” (p. 28). A defesa do uso dessa linguagem ainda hoje para as ciências naturais é consequência desse modelo que gradativamente vai-se montando. Pensadores do século XVIII repudiavam qualquer tipo de expressão humana nos resultados de estudos, como que ignorando que a ciência é uma prática dos homens e que, por isso, não pode se desvencilhar de valores. Kant, por exemplo, “denunciava as paixões como ‘cancros da razão pura’” (ALVES, 1994, p. 15).

Francis Bacon, no entanto, publicou, na sua obra *Novum Organum*, uma crítica à teoria pura, em defesa da observação pelo sujeito pesquisador:

Não obstante, mesmo aqueles, estribados apenas no fluxo natural do intelecto, não empregaram qualquer espécie de regra, tudo abandonando à aspereza da meditação e ao errático e perpétuo revolver da mente.

Nosso método, contudo, é tão fácil de ser apresentado quanto difícil de se aplicar. Consiste no

estabelecer os graus de certeza, determinar o alcance exato dos sentidos e rejeitar, na maior parte dos casos, o labor da mente, calcado muito de perto sobre aqueles, abrindo e promovendo, assim, a nova e certa via da mente, que, de resto, provém das próprias percepções sensíveis. (BACON, 2000, p. 3 e 4)

Descartes, Bacon e Leibniz são também defensores do conhecimento útil em vez do chamado “conhecimento liberal” — ou “filosofia especulativa”, como era chamada nas instituições de ensino. Descartes (2014) argumenta que o método proposto por ele (baseado na linguagem matemática e na observação empírica) lhe possibilitaram chegar a um conhecimento “muito útil à vida” (p. 101). Para ele, o conhecimento de elementos como o fogo, a água, o ar e o espaço sideral pode ser empregado de forma a se conhecer todo o nosso entorno “e assim nos tornarmos como que *mestres e possuidores da natureza*” (DESCARTES, 2014, p. 102. Grifos nossos). Vê-se aí a clara intenção da ciência que se desenvolvia para tornar-se o que é hoje: dominar a natureza e alcançar a verdade.

Entre os séculos XVI e XVIII, cresce o sentimento da necessidade de configurar um conhecimento institucionalizado e exclusivo de uma classe intelectual questionadora. O ensino nas universidades era cada vez mais criticado e a “nova filosofia”, “filosofia natural” ou “filosofia mecânica” opunham-se à visão de mundo aristotélica dos humanistas. À emergência dessas novas ideias que tomaram lugar para definir o que passava a ser ciência deu-se o nome de Revolução Científica. As críticas ao humanismo levaram à criação de “sociedades científicas”, que defendiam a observação do cotidiano para aplicação na ciência: a química foi influenciada pela metalurgia, a botânica pela jardinagem, a farmácia pelos curandeiros populares. Webster, clérigo, cirurgião e alquimista, desdenhava as universidades, publicando, no século XVII, que estas resguardavam a filosofia escolástica, carentes de dedicação ao estudo da natureza, sendo que este seria mais útil e profícuo, defendendo que os estudantes deveriam empregar esforços na prática (BURKE, 2003).

Na imprensa, estudos eram descritos em livros e periódicos de assuntos diversos. As primeiras literaturas especializadas em pesquisa científica surgiram no século XVII com textos não muito diferenciados. A baixa vendagem devia-se mais à falta de público específico do que à estrutura ou à linguagem dos textos, uma vez que a literatura sobre ciência não discriminava

textos para público especializado ou não.

É em meio a esse contexto que, em 1660, periódicos especializados como o *Journal de Savants* (Paris) e as *Philosophical Transactions* (da Royal Society, Londres) dão início a uma literatura voltada à disseminação do conhecimento científico. A publicação *Nouvelles de la Republique de Lettres* passou a circular no fim do século XVII em Amsterdã, juntamente com sua rival *Bibliothèque Universelle et Historique*. A “República das Letras”, que intitula a publicação holandesa, é referência à sociedade de homens cultos e à designação que deram a si mesmos ainda na Idade Média. A autodenominação dava-lhes a sensação de que pertenciam a um grupo além das fronteiras entre países, uma comunidade imaginária com costumes próprios de rituais, intercâmbios, trocas de correspondência e livros. Era comum também haver uma certa cerimônia de denotação de respeito seguida pelos mais jovens para com os mais velhos, o que, a esses últimos, era providencial para alcançarem certo *status* na carreira (BURKE, 2003).

Uma sociedade do discurso (tema que será retomado adiante) surge com a função de conservar o discurso científico em um espaço fechado, distribuído somente segundo regras estritas (FOUCAULT, 2012b). Emerge a divisão entre ciência e senso comum. Em seu *Testamento Político*, o cardeal de Richelieu, primeiro-ministro de Luís XIII e arquiteto do absolutismo francês, aconselhou que as letras não deveriam ser ensinadas a todos, mas, sim, estar em domínio de poucos cultos:

Assim como um corpo que tivesse olhos em todas as suas partes seria monstruoso, da mesma forma um Estado o seria se todos os seus súditos fossem sábios; ver-se-ia aí tão pouca obediência, quanto o orgulho e a presunção seriam comuns.

O comércio das letras baniria absolutamente o das mercadorias que cumula os Estados de riquezas; arruinaria a agricultura, verdadeira mãe dos povos; e faria desertar em pouco tempo as massas de soldados, que surgem antes na rudeza da ignorância do que na polidez da ciência: enfim, encheria, a França de chicanistas, mais próprios a arruinar as famílias particulares e a perturbar o repouso público, do que a conquistar bens para o Estado.

Se as letras fossem profanadas por toda a sorte de espíritos, ver-se-ia mais gente capaz de formular dúvidas do que de resolvê-las e muitos seriam mais próprios a opor-se à verdade que a defendê-la. É nesta consideração que os políticos num Estado bem regulado querem mais mestres em artes mecânicas do que mestres em artes liberais, para ensinar as letras.

(...)

Embora este mal seja de grandes conseqüências, o remédio não é difícil, pois que não é preciso outra coisa senão reduzir todos os colégios das cidades que não são metropolitanas a duas ou três classes suficientes para tirar a juventude de uma ignorância grosseira tão prejudicial àqueles

mesmos que destinam sua vida às armas ou que querem empregá-la no comércio. (RICHELIEU, 2002, p. 148 - 151)

Com o Iluminismo do século XVIII, sob influência do pensamento newtoniano, a ciência toma novas configurações em busca de se estabelecer como conhecimento válido sobre os conhecimentos “especulativos”, dando fim ao humanismo e proporcionando as condições de possibilidade para o que hoje se configura como ciência. Sua incessante busca por introduzir seu saber como verdade, a fim de apoderar instituições e cientistas, é a base para desenhar a ciência conforme aconteceu no século XIX. O Iluminismo vem com ideias de liberdade e tolerância religiosa, valorização da razão e da crítica e é espaço ideal para a eclosão da Revolução Industrial. Pensadores dessa época se empenharam em combater a fé pregada pela igreja como verdade sobre a natureza, ocupando-se, assim, de diminuir o poder de seu discurso, além de se oporem ao absolutismo monárquico e ao mercantilismo.

Disciplinas menos tradicionais, voltadas a ensinar a filosofia moderna, a filosofia natural e a história moderna a homens de negócios, por exemplo, eram ensinadas nas academias, menos formais que as universidades. As universidades e seus sistemas de ensino monopolizadores do conhecimento foram questionadas, dando espaço ao surgimento de institutos de pesquisa, aos profissionais pesquisadores e à própria ideia de pesquisa de fato. Termos como “pesquisa”, “investigação” e “experimento” passam a figurar com mais frequência na literatura, evidência da busca por uma sistematização do conhecimento e da necessidade de profissionalizá-lo e torná-lo útil e cooperativo — uma herança do pensamento de ciência utilitarista dos tempos de Descartes — na tentativa de fazer do conhecimento mais aperfeiçoado e cumulativamente aumentado. No século XVIII, outras organizações de fomento à troca de informações foram criadas, como é o caso das lojas maçônicas, que, além de ilustrar essa tendência, também são exemplos da tradição de manter o conhecimento secreto (BURKE, 2003).

A ciência cartesiana que começa a ser praticada ganha força e as instituições a ela relacionadas passam a ocupar a posição hegemônica entre os produtores de saberes. O século XIX ficou conhecido como “o século das ciências”, devido ao surto tecnológico dado após o rompimento com regras que impediam o desenvolvimento de pesquisas e a ascensão da ciência,

o que lhe autorizou crescer de forma mais livre, ainda que obedecendo a procedimentos e à metodologia impostos para que uma pesquisa se definisse como científica. O utilitarismo vinculou esse conhecimento com a técnica, proporcionando, também, mudanças sociais e econômicas, como a diminuição da quantidade de artesãos, o que dava lugar às máquinas, e do trabalho caseiro pelo trabalho realizado em indústrias. A Europa virou um centro de referência em desenvolvimento nessas áreas (ciência, indústria, economia) e passou a ser modelo para nações de outros continentes, influenciando também por meio da sua expansão comercial e da consignação de créditos, quando seu modelo não era simplesmente imposto pelo colonialismo (ROSA, 2012).

Segundo Meneses e Santos (2010), o colonialismo não foi apenas uma dominação econômica, mas também uma “dominação epistemológica”, no sentido de representar “uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade” (MENESES; SANTOS, 2010, p. 11).

A ciência não só passou a buscar respostas, mas também a interferir na natureza, procurando melhorar a qualidade de vida da sociedade. Em 1859, o inglês filho de pastor anglicano Charles Darwin alterou a compreensão sobre a vida na Terra com sua teoria da evolução em *A Origem das Espécies*, defendendo que uma luta pela sobrevivência no planeta, que há milênios vinha acontecendo, consecutia em uma seleção natural e em consequentes mutações, ideia divergente do criacionismo cristão, que alega que Deus teria criado todo o universo, incluindo seres vivos e brutos, conforme se apresentam na atualidade — um golpe contra a igreja tão bem dado que a teoria é aceita como explicação e ensinada nas escolas até os dias atuais como parte do currículo acadêmico para os jovens de boa parte do mundo.

Advogando pela ideia de que a sociedade também poderia ser analisada por um modelo científico, Augusto Comte defende uma nova disciplina, a Sociologia. Seu modelo positivista aconselhava os governantes a separar a religião do poder civil e a proteger o proletariado. Outro grande pensador do século XIX e revolucionário — ainda que suas ideias só tenham inspirado a adoção de mudanças políticas e sociais no século XX — foi Karl Marx. Para o filósofo e

economista alemão, a revolução industrial europeia influenciaria a população a iniciar lutas sociais, a exemplo dos embates entre classes que sempre teriam existido, sendo que a vitória chegaria para a maioria proletária (contra os donos dos meios de produção). Seus estudos sobre o capitalismo são minuciosos e, em 1867, o sociólogo publica *O Capital*, única obra impressa em vida. Contraditoriamente, é na Rússia e na China, países rurais, que a concepção marxista triunfa.

O início do século XX guarda as reuniões do Círculo de Viena: um grupo de filósofos que se encontrava informalmente na Universidade de Viena entre 1922 e 1936 para discutir sobre o empirismo como método, defendendo o verificacionismo e refutando a metafísica e a religião como verdades. Objetivando a interdição do saber de fora da academia, que se tornou um reforço para o discurso científico, criaram a teoria da ciência unificada, que sugere uma linguagem universal para todas as ciências e se baseia no reducionismo científico²⁵, apostando que, dessa forma, “tudo é acessível ao homem; e o homem é a medida de todas as coisas” (CÍRCULO DE VIENA, 1929, p. 6. Tradução nossa²⁶). Em 1929, o documento “A concepção Científica do mundo: o Círculo de Viena” foi publicado na ocasião do encontro que aconteceu em setembro do mesmo ano, organizado pela Sociedade Ernst Mach e a Sociedade de Filosofia Empírica em Praga, evento que pretendia discutir a epistemologia das ciências exatas e que aconteceu em conjunto com a conferência da Sociedade Alemã de Física e a Associação Alemã de Matemáticos. O documento discute especialmente os fundamentos da aritmética, da física, da geometria, da biologia, da psicologia e das ciências sociais e, no seu último capítulo, traz bibliografia sugerida para guiar outros estudiosos a seguirem os estudos em conformidade com as ideias do Círculo. A necessidade de um círculo de discussão sobre a epistemologia científica baseia-se no temor do crescimento do reconhecimento da metafísica e da religião como saberes, uma vez que essas são consideradas “especulações”, problema que seria sanado pelo “espírito de iluminação” da pesquisa factual antimetafísica:

²⁵ O reducionismo seria a divisão de objetos, fenômenos, teorias e significados complexos em fragmentos que podem ser analisados separadamente, para que, unidos posteriormente e com o uso da lógica, passem a explicar um todo maior e mais complexo.

²⁶ “Everything is accessible to man; and man is the measure of all things”.

Muitos afirmam que o pensamento metafísico e teológico está novamente crescendo hoje, não só na vida, mas também na ciência. Este é um fenômeno geral ou apenas uma mudança restrita a certos círculos? A afirmação em si é facilmente confirmada se olharmos para os assuntos tratados em cursos universitários e para os títulos das publicações filosóficas. Mas, da mesma forma, o espírito oposto de esclarecimento e investigação factual anti-metafísica é cada vez mais forte hoje em dia, na medida em que está se tornando consciente de sua existência e seu dever. Em alguns círculos, o modo de pensamento baseado na experiência e avesso à especulação é mais forte do que nunca, reforçado precisamente pela nova oposição que surge. (CÍRCULO DE VIENA, 1929, p. 2. Tradução nossa²⁷.)

Contrário ao positivismo lógico proposto pelo círculo, Karl Popper, filósofo austríaco naturalizado britânico, sugeria que as repetições empíricas não poderiam originar uma conclusão sobre um fato, pois não é possível testar todas as aparições de um resultado eternamente e, também, porque algumas teorias e leis naturais não podem ser verificadas na prática. Para Popper e seu racionalismo crítico, a observação e a análise lógica são bases para a dedução, mas a solidez de uma verdade dar-se-ia do seu sucesso frente a tentativas de refutação. Vemos aí a construção do pensamento científico a se configurar a partir das contradições e negociações sobre as quais falamos anteriormente e que, conforme temos visto, são constantes na história do posicionamento do discurso científico e da sua vontade de verdade (ALVES, 2013).

Outros dois eventos que marcaram fortemente o século XX foram a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Não entraremos na história detalhada dos conflitos, mas é importante assinalar que os movimentos de segregação social na Alemanha e na Itália foram responsáveis pelo fim de alianças internacionais nesses países.

Na Alemanha de Hitler, a economia, a indústria e a pesquisa militarizaram-se progressivamente, isolando-se do mundo exterior (...) Inicialmente, o regime evitou perseguir os físicos mais renomados, mas as humilhações e as intimidações organizadas pelos militantes nazistas não os pouparam e, entre 1933 e 1939, os principais pesquisadores alemães partiram para o exílio: Albert Einstein, Max Born, Jacob Franck, Fritz Haber, Leo Szilard, Edward Teller, Eugene Wigner, Hans Bethe, John Von Neumann, Stanislaw Ulman, Lise Meitner, Klaus Fuchs, Otto Frisch, Rudolf

²⁷ “Many assert that metaphysical and theologising thought is again on the increase today, not only in life but also in science. Is this a general phenomenon or merely a change restricted to certain circles? The assertion itself is easily confirmed if one looks at the topics of university courses and at the titles of philosophic publications. But likewise the opposite spirit of enlightenment and anti-metaphysical factual research is growing stronger today, in that it is becoming conscious of its existence and task. In some circles the mode of thought grounded in experience and averse to speculation is stronger than ever, being strengthened precisely by the new opposition that has arisen.”

Peierls e muitos outros”. (KERSAUDY, 2008, p. 1)

Após a eclosão da Segunda Guerra na Europa (1938 - 1945), muitos cientistas fugiram principalmente para os Estados Unidos, que, estando inicialmente neutro, aproveitava para desenvolver sua produção agrícola e industrial. Além disso, a fuga do renomado Albert Einstein, em 1933, quando os judeus foram excluídos dos serviços públicos na Alemanha, incentivou os colegas a procurarem o país como refúgio. O abrigo de cientistas em seu território transformou o país em potência bélica e intelectual.

No final de 1930, a Alemanha descobre a fissão nuclear e inicia sua caminhada para a produção de uma bomba atômica. Invenções inovadoras são geradas nas novas instituições criadas e naquelas que então se consolidaram nos Estados Unidos, principalmente, fruto do intercâmbio entre professores e pesquisadores que cruzavam o Atlântico. Em 1942, o governo americano dá início ao Projeto Manhattan (XAVIER, 2007), que teve como suporte a *expertise* de cientistas refugiados nos Estados Unidos, como Enrico Fermi, físico italiano que coordenou o estudo da produção de plutônio, e J. Robert Oppenheimer, físico que chegou a publicar obras sobre ciência para público não especializado, como *Science and the Common Understanding* (OPPENHEIMER, 1954), explicando de forma muito simples os estudos desde Newton até a radioatividade e, inclusive, as diferenças entre o pensamento científico e o senso comum, principalmente no capítulo *Uncommon Sense*.

Devido ao horror frente ao poder de destruição desses novos artefatos, a humanidade passa a questionar a ética e os limites do conhecimento e volta sua atenção para a influência das pesquisas científicas na economia e no cotidiano. A ampliada preocupação sobre as consequências negativas do progresso científico-tecnológico levou a uma crise na ciência devido ao questionamento quanto à qualidade das informações acerca de seus impactos (ALBAGLI, 1996). Os investimentos na área foram colocados em cheque, evidenciando-se a necessidade de se pensar uma forma de refazer a confiança da sociedade.

Nesse período, torna-se politicamente necessário enaltecer a ciência a ponto de torná-la um saber incontestável, considerado fundamental para a sociedade, e as pesquisas na área passam a fazer parte do rol de questões públicas de dentro e de fora dos laboratórios, permeando

as discussões cotidianas. Porém, os interesses no resultado de estudos iam além da guerra: a tecnologia gerava bens mercantis e de interesse econômico, disponibilizados e protegidos pelo mercado. A comunidade científica passa a exercer grande influência e seu trabalho é legitimado pela sociedade (ALBAGLI, 1996), de forma que as políticas públicas são voltadas para o desenvolvimento técnico-científico.

Nos anos 70, a aproximação entre ciência e militarismo e os investimentos iniciados pelo exército na segunda grande guerra proporcionam o crescimento das universidades americanas. “Os acontecimentos tecnológicos, porém, tornaram claro que as nações do mundo estavam começando também uma corrida científica, ao lado da armamentista” (MILLS, 1981, p. 259). Para justificar os investimentos do exército na academia, iniciou-se a propaganda da ciência como saber principal e unicamente verdadeiro e o desenvolvimento virou sinônimo de avanços em C&T, rumando para a construção de uma ideia triunfalista e salvacionista da ciência, por um lado; e da tecnologia como instrumentalista e intelectualista, por outro.

CAPÍTULO 3 - MÍDIA E CIÊNCIA, PROFANAÇÃO E PODER

Após os estudos trazidos à luz nos capítulos anteriores, afirmamos que dominar o saber válido é estar em posição de detentor de verdade e poder, seja este de um indivíduo, um grupo ou uma instituição. “Somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade” (FOUCAULT, 2012c, p. 279). Na atualidade, é crescentemente na ciência e em seus métodos que se busca o empoderamento pela verdade produtora de riquezas.

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (...); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (...); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (FOUCAULT, 2012c, p. 52)

Conforme exploramos no capítulo anterior, a ciência é um discurso que se estabeleceu ao longo dos anos. Sua ascensão, como veremos, deu-se com a utilização do que Foucault (2012b) classificaria como mecanismos de exclusão e controle do discurso. Brandão (2012) evidencia que “a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder” (p. 37). Até agora nos concentramos principalmente na *vontade de verdade*, aquela que “atravessou tantos séculos da nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber” (FOUCAULT, 2012b, p. 14). Constantemente modificada, pode-se dizer que “as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade” (FOUCAULT, 2012b, p. 15). É essa vontade que faz o discurso científico lançar mão de outros mecanismos que procuram evitar a circulação de discursos divergentes, que agem sobre o discurso tanto interna como externamente, tal qual é o *direito privilegiado* (ou exclusivo do sujeito que fala) de discursar dispensado aos cientistas,

fonte constante do discurso de divulgação científica (que possibilitam aos jornalistas inserirem em seus textos a verossimilhança e a explicação para efeitos de verdade). O direito privilegiado é uma interdição que proíbe outros sujeitos de terem suas ideias aceitas quando da busca por respostas a respeito do universo sob o olhar da pesquisa acadêmica.

Em seus estudos sobre o sujeito que fala, Foucault (2012a) coloca que o discurso e seu poder de aceitação e influência dependem do *status* do sujeito que fala — ou seja, do privilégio que possui desde sua posição no discurso; seu valor e os poderes que lhe foram atribuídos não são dissociados do personagem definido por *status* conferido historicamente, que, por sua vez, lhe dão, a exemplo dos pesquisadores da academia quando se trata de ciência, o direito de articular a fala ligada a esse campo. Para ilustrar tal conclusão, tomemos o exemplo:

O status do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito — não sem antes lhe fixar limites — à prática e à experimentação do saber. Compreende, também, um sistema de diferenciação e de relações (divisão das atribuições, subordinação hierárquica, complementaridade funcional, demanda, transmissão e troca de informações) com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu status (...). Compreende, também, um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade (...). Esse status dos médicos é, em geral, bastante singular em todas as formas de sociedade e de civilização: ele não é, quase nunca, um personagem indiferenciado ou intercambiável. (FOUCAULT, 2012a, p. 61 e 62)

Além do direito privilegiado que é concedido a quem tem o poder de discursar, temos que há também uma delimitação dos discursos aceitos como verdadeiros pelo momento e/ou o lugar em que são proferidos. No caso da ciência, pode-se dizer que seu discurso deve, para ser aceito, figurar em meios acadêmicos como os artigos e *papers* em periódicos científicos, dissertações e teses.

A comunidade científica concedeu às revistas indexadas e arbitradas (com *peer review*) o status de canais preferenciais para a certificação do conhecimento científico e para a comunicação autorizada da ciência e deu-lhe, ainda, a atribuição de confirmar a autoria da descoberta científica. As revistas indexadas estão, dessa forma, no centro do sistema tradicional de comunicação científica. (MUELLER, 2006, p. 27)

Essa necessidade se dá primeiro porque o conhecimento científico depende de um aspecto social: não basta se adquirir conhecimento por meio do método científico, a nova

informação tem de ser aceita por parcela significativa da comunidade científica. Essa significância não é apenas em número de acadêmicos, mas na influência que estes possuem no campo — o que, por conseguinte, levará a uma aceitação numérica (VOLPATO, 2004). A legitimidade, então, depende do consenso. Ela seria a conformação do então inaceitável às normas, valores, práticas e procedimentos aceitáveis (MUELLER, 2006). A ideia está de acordo com as observações de Kuhn (2013), que indica que para legitimidade se faz necessário o estudo dos paradigmas da ciência, construídos historicamente e aceitos pela comunidade científica, na qual os iniciantes passarão a atuar e com a qual são preparados a interagir.

Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sobre pontos fundamentais. Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada. (KUHN, 2013, p. 72)

Tais tradições são, como veremos mais adiante, as disciplinas que organizam o discurso científico. Por ora, importa-nos saber que essa aceitação no meio científico só se dá após publicação feita sob as regras estabelecidas pela comunidade científica e, enquanto permanecerem fora do discurso estabelecido, os conhecimentos desenvolvidos não serão úteis à ciência (VOLPATO, 2004, p. 26). Além disso, a publicação em periódicos voltados para pares “é antecedente e imprescindível ao último estágio [da comunicação científica]: a aceitação das conclusões pela comunidade científica” (VOLPATO, 2004, p. 147). Assim, são os editores científicos, como auxílio de seus assessores, que estabelecem “o que poderá e o que não poderá vir a ser conhecimento científico, isto é, determinam o que é e o que não é publicado. (...) Esse poder é real e deve ser considerado” (p. 147).

Temos então que não é apenas o *direito privilegiado* do autor que determina a “veracidade” de um discurso, mas também o que Foucault (2012b) classifica como *ritual da circunstância*, que delimita os discursos “verdadeiros” a condições tais que os qualificam como válidos. Esses mecanismos de interdição do discurso se cruzam e se reforçam simultaneamente,

além de serem modificados constantemente, e revelam suas ligações com o poder (FOUCAULT, 2012b).

A exclusão dos discursos pela simples rejeição também é um mecanismo de supressão das falas que concorrem impedindo a legitimação de um discurso que se pretende hegemônico e direcionando-o para a nulidade, para a desaprovação da sua palavra. Um exemplo é a separação e a rejeição pela ciência das outras formas de saber sobre o universo. Sobre eles, Volpato (2004) considera que “há 5 formas pelas quais o ser humano percebe o universo: Ciência, Filosofia, Religião, Arte e Loucura” (p. 13). Foucault (2012a) diz que “o saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (p. 221). O desmerecimento desses discursos pela ciência têm o intuito de fazê-la prevalecer como saber válido e absoluto.

Proposições são ainda descartadas pela ciência caso não pertençam às divisões do conhecimento estabelecidas pelo campo, ou seja, às *disciplinas*. Estas, tomando como base a conceituação de Foucault (2012c), podem ser definidas por “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (p. 29) ou “conjuntos de enunciados que tomam emprestado de modelos científicos sua organização, que tendem à coerência e à demonstratividade, que são recebidos, institucionalizados, transmitidos e às vezes ensinados como ciências” (FOUCAULT, 2012a, p. 214-215), o que o coloca em consonância com Kuhn (2013), que defende a necessidade do embasamento das observações em uma determinada tradição de pesquisa, alicerçada em paradigmas estabilizados pelo consenso para que proposições sejam parte do campo científico. De acordo com Chervel (1988), em seu estudo sobre a história das disciplinas escolares, a palavra “disciplina” em relação ao contexto da educação até o século XIX se referia à vigilância das instituições na busca pela ordem e à educação dada aos alunos para mantê-las conforme a vontade das instituições possuidoras do poder de educar formalmente. Segundo o autor, “As disciplinas são o preço que a sociedade tem de pagar a sua cultura para conseguir transmiti-la no contexto da escola ou do colégio” (CHERVEL, 1988, p. 119. Tradução nossa).

As disciplinas são, assim, a condição de possibilidade política das ciências (FOUCAULT, 2012c, p. 30), a forma como são organizados o processo de pesquisa e o conhecimento científicos.

As disciplinas têm o seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. São extraordinariamente inventivas no nível dos aparelhos que produzem conhecimento. (...) As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra “natural”, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas; a jurisprudência será a de um saber clínico. (FOUCAULT, 2012c, p. 293)

A elas pertencem apenas proposições que se inscrevem no horizonte teórico vigente da ciência. Assim, aquilo que se pode compreender independentemente das regras de observação impostas pela disciplina — “a teratologia do saber” (FOUCAULT, 2012b, p. 31) —, aquilo que faz parte do universo observável sem o rigor imposto pela ciência moderna, é repellido. Para que um enunciado pertença a uma disciplina, “deve preencher exigências complexas e pesadas (...); antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, ‘no verdadeiro’” (FOUCAULT, 2012b, p. 32) e, assim, pertencer a um horizonte teórico delimitado. Discursos de saber como o senso comum e a religião, então, são impedidos de pertencer a qualquer disciplina. As disciplinas, por sua vez, são o objeto da *educação formal*, que, para o estudioso, “é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (p. 41).

Retomando o que dissemos sobre a aquisição de poder pela atribuição de propriedade sobre o conhecimento e tendo em vista as discussões sobre os mecanismos de exclusão, é possível concluir que essas formas de regulação do discurso são estabelecidas por sujeitos pertencentes a um campo, no caso desta pesquisa, o científico, engajados em conferir valor a seus estudos: um método que define o que pode ser considerado um conhecimento válido e verdadeiro, bem como uma gramática, uma organização dos textos para servir ao conhecimento científico, com o intuito de destacar a ciência dos outros discursos vigentes, que finda por torná-los inteligíveis somente para o grupo seletivo que compõe a comunidade acadêmica. Mecanismos que tornaram esse

saber cada vez menos acessível, cada vez mais hermético, que o transformaram no que poderíamos classificar como pertencente a uma *sociedade do discurso*, segundo a definição foucaultiana (2012b). Trata-se de um grupo que se associa para produzir discursos esotéricos, “cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuído somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição” (p. 37), e mais, “mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de segredo e de não permutabilidade” (p. 38).

Já no caso discurso midiático, que compõe a divulgação científica em periódico noticioso, também detentor de verdade, bem como produtor de mensagens que manipulam as imagens mentais, as ideologias, de forma proposital (com edições realizadas de forma a convencer os receptores de uma ideia) ou não, este possui também mecanismos de controle e procedimentos de exclusão dos discursos para se estabelecer. Tendo como foco deste trabalho a DC midiaticizada em revista — que se apresenta na revista *Darcy* — evidenciamos as estratégias que poderemos encontrar na composição de nosso *corpus*.

Para a constituição dos textos que encontramos na mídia de informação jornalística, percebemos o *direito privilegiado* do jornalista em se expressar nos veículos desse tipo, de falar nesse espaço. Em sendo detentor de verdade, uma vez que lhe foi concedida essa posição historicamente, como vimos, devido ao efeito de verdade, proveniente do uso de mecanismos para a prova, ele tem não só o direito privilegiado de usar o veículo midiático como espaço de fala, como o direito de falar na posição de quem tem como desejo a concessão de informações verdadeiras e de utilidade, ou seja, está na posição de detentor de informação e como pessoa capaz de fornecer conhecimento importante para quem lhe conceda a autoridade de fazê-lo.

A circulação do conhecimento científico em veículos voltados para o público não especializado, além de passar pelo ritual de transformação em discurso científico avaliado entre pares, passa por um novo ritual exigido pela nova circunstância, que o reformula para uma construção que o torne apto a ser difundido em veículos de divulgação científica (*ritual da circunstância*). É também do desejo de se mostrar coerente com o discurso de verdade adotado, que, no caso, é o científico, que a mídia se utiliza da segregação de ideias diversas para se

posicionar, colocando o seu discurso, bem como o científico, em contradição com outros. O discurso científico, no entanto, estaria entre aqueles

que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retornam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além da sua formulação *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de “literários”; em certa medida os textos científicos. (FOUCAULT, 2012b, p. 21. Grifos do autor.)

O texto jornalístico, então, pode ser classificado como um *comentário* (FOUCAULT, 2012b), pois se serve de um discurso original e basilar, transforma-o e dele fala. É um deslocamento que pode vir a tomar o lugar do texto maior, como é previsto dos comentários, mas é importante observar que esse desnível entre o comentário e o texto primeiro permite dois acontecimentos simultâneos: a construção de um novo discurso, visto que “o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar” (FOUCAULT, 2012b, p. 24) e o fato de dizer finalmente o que “estava articulado silenciosamente no texto” (p. 24).

Deve [o comentário], conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (...) O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. (p. 24 e 25).

Esses mecanismos são utilizados pelos dispositivos que produzem os discursos, mas são dispositivos, eles mesmos, por se tratar de modificadores e produtores de discursos.

Ao contrário do campo científico, que sustenta uma sociedade do discurso — ou seja, um grupo intencionalmente segregado por um ritual de elaboração discursiva —, a DC é, fazendo uso do conceito de Agamben (2007 e 2009), dispositivo profanador desse discurso primeiro, já que trabalha no sentido inverso: como elo entre a instituição e seus personagens (a sociedade do discurso científico) e o público externo e não especializado nas diversas áreas da ciência que

abordam as disciplinas acadêmicas. A divulgação científica tange o campo científico, mas se utiliza da mídia para fins de pulverização de conhecimento antes exclusivo de um grupo seletivo, reformulando-o para que possa ser compreendido por pessoas de fora desse círculo.

Sobre a *profanação*, o Agamben define que é a restauração daquilo que tornou-se sagrado e, portanto, separado do mundano, à propriedade dos homens para que desse dispositivo possam passar a se utilizar (AGAMBEN, 2007 e 2009).

E se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens. “Profano” – podia escrever o grande jurista Trebácio – “em sentido próprio denomina-se aquilo que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens” (AGAMBEN, 2007, p. 58)

O conceito de *profanação* entra em cena em consonância com a divulgação científica para tratar do trabalho realizado pela assessoria de imprensa institucional: é nessa elucidação da informação que antes pertencia apenas ao círculo de cientistas, codificada em um discurso esotérico e excludente, que a assessoria de comunicação se volta para a sociedade. Neste sentido, a DC é a profanação do dispositivo que é a universidade, uma vez que é ela o dispositivo portador do excludente discurso científico, e a assessoria de imprensa é dispositivo profanador do próprio dispositivo para o qual trabalha, já que tem por um de seus papéis entregar ao público não especializado parte do conhecimento produzido na sua esfera de atuação. Destarte, proveniente da própria agência de comunicação da organização, a profanação é redundante: da instituição acadêmica sobre a comunidade acadêmica que a compõe. No entanto, essa prática não visaria apenas libertar a sociedade do poder do dispositivo universidade, mas também, concomitante e paradoxalmente, reforçar sua importância. Como vimos, mecanismos de regulação do discurso, incluindo-se o direito privilegiado e o ritual da circunstância, bem como o direito especial concedido aos cientistas tanto para proferir quanto para ter acesso ao discurso científico, levam à segregação. Mas, conforme Agamben (2007), a profanação e a utilização se relacionam especialmente após um ritual: “O que foi separado ritualmente pode ser restituído, mediante o rito, à esfera profana” (p. 58). Seria a execução desse rito (um ritual da circunstância) a função da assessoria de imprensa da Universidade de Brasília, por exemplo, quando divulga as

pesquisas realizadas em seu território. Mas, neste caso, a profanação não teria somente o intuito de levar conhecimento científico a quem não o produz. Quando o órgão de comunicação institucional profana os laboratórios, e assim a universidade se “autoprofana”, há, na verdade, um efeito reverso, não de empoderamento social, mas de empoderamento institucional.

3.1 - A construção da imagem institucional

Além de servir a DC para cumprimento de atribuições da universidade brasileira, no sentido de que a popularização do conhecimento científico produzido é exigido constitucionalmente, a DC também serve para o enaltecimento dessa mesma instituição e a consolidação da imagem pretendida. A divulgação das pesquisas realizadas pelos discentes e docentes da UnB serve, como percebemos por esta pesquisa, também de ferramenta para alcançar como resultado a crença social de que a organização tem sua importância na geração do conhecimento necessário para o progresso científico e tecnológico, fundamental para o que se acredita ser a chave do desenvolvimento.

Como se viu, legitimação é igual a consenso, da mesma forma que é necessário para a validação das pesquisas científicas no campo se fizermos a associação da ideia com a instituição que produz esse saber. Assim, se for de anuência social, a academia passa a ser considerada a guardiã da informação verdadeira.

O primeiro ponto que importa para a presente discussão [sobre legitimação e legitimidade] diz respeito à relação de dependência entre os conceitos de legitimidade e consenso. Esse assunto foi tratado por Zelditch, que enfatiza o consenso como elemento essencial para haver legitimidade. (MUELLER, 2006, p. 28)

Ainda nesse sentido,

Publicizar, tornar públicos acontecimentos considerados relevantes, passou a ser uma das mais importantes estratégias adotadas pelos diversos campos sociais para obter aprovação da sociedade e garantir sua legitimidade. No mundo contemporâneo, o saber fundamentado na autoridade “daquele que fala” passou a ser legitimado por “aquele que ouve”, a opinião pública. (MONTEIRO, 2010, p. 115)

Essas ideias nos levam a pensar a comunicação institucional como estratégica. Após estudos que nos trouxeram até este ponto da pesquisa, podemos perceber vantagens em se utilizar do poder de persuasão pertencente ao gênero midiático, em especial o noticioso: “a comunicação passou a ocupar espaço nobre nas instituições e a notícia passou a ser vista como estratégia negocial para o fortalecimento da imagem dessas instituições perante a opinião pública” (MONTEIRO, 2010, p. 124).

O trabalho sobre a imagem institucional torna-se então fundamental. “Nós (e cada um de nós) somos influenciados pela reputação de uma empresa (entenda-se ‘imagem institucional’) quando escolhemos o que comprar ou decidimos a quem nos associar, e, ainda, eu acrescento, a quem apoiar.” (MONTEIRO, 2010, p. 124). E se a mídia pode influenciar decisões políticas e econômicas, ela pode servir de veículo que demonstra a utilidade do conhecimento acadêmico na construção de um presente cada vez mais ligado a avanços em C&T e fomentar a esperança de um futuro próspero. Nesse sentido, encontramos na comunicação organizacional uma atividade voltada para estreitar os laços com a sociedade, incluindo o público não acadêmico (e talvez principalmente ele), o que tornaria uma revista, a exemplo da *Darcy*, um veículo apropriado para a formação de opinião.

Na busca pela aproximação com o público e a manutenção do *status* institucional, a fim de fortalecer seu prestígio, a comunicação organizacional universitária lança mão de informativos dirigidos ao público externo para propaganda de sua imagem pretendida. Neles, o discurso enaltece a instituição e sua aproximação com o gênero jornalístico lhe confere a confiabilidade dispensada ao jornalismo, pois, como vimos, há uma compreensão social de que este é autorizado a narrar a realidade e a formar opiniões. “Essa autoridade emerge de um percurso histórico desse modo de conhecimento, inscrito na trajetória da sociedade moderna, fundado em sua missão pública e em princípios relativamente consensuais na comunidade dos jornalistas” (BENETTI, 2008, p. 7).

Comunicar-se com mais frequência e com mais eficiência com os alunos, ex-alunos, pais, políticos, governantes, líderes comunitários e com o grande público é uma questão de sobrevivência para as universidades (...) a imagem universitária está sendo reforçada a cada notícia ou reportagem. E esta imagem precisa ser construída a partir da soma das virtudes do mundo do jornalismo e da Academia. (SOUSA, 2007, p. 24)

No caminho para a manutenção da reputação, solidificação dessa imagem institucional que legitima a organização no espaço social, uma “representação coletiva mais cristalizada de ações e resultados da organização por meio da qual se descreve a habilidade dessa organização em proporcionar valores para seus interlocutores” (ALMEIDA; PAULA; BASTOS, 2009, p. 36), é necessário que o discurso de reforço da imagem institucional pretendida seja aceito pela sociedade.

Além disso, “uma elite não pode adquirir prestígio sem poder; não pode conservá-lo sem reputação, de que é possível viver durante algum tempo. Mas não será possível ao poder de uma elite, fundamentado apenas na reputação, manter-se contra a reputação fundamentada no poder” (MILLS, 1981, p. 107) — e a ciência, como vimos, tem, historicamente, buscado alcançar posição de destaque entre os conhecimentos. Então, se na academia encerrar-se grande reputação moral, o prestígio poderá ser mantido ainda que uma crise abale o poder institucional. No entanto, uma má reputação pode resultar no declínio temporário e relativo, como aconteceu há alguns anos com a UnB, quando se viu imersa em um escândalo de desvio de dinheiro público que deveria ser aplicado em pesquisa, fazendo-se necessária uma ação comunicacional. Versaremos sobre o fato mais adiante para que possamos compreender as condições de necessidade da DC para a Universidade de Brasília e as circunstâncias que levaram ao nascimento da revista *Darcy*.

Na elaboração do discurso que pretende propagandear a hegemonia acadêmica, deve-se observar que, numa sociedade que busca a participação popular, é importante manter uma imagem de pouco autoritarismo e baixo poder. Neste sentido, a atmosfera amigável da publicação e a linguagem jornalística, familiar e cotidiana, denotariam similaridade para com o público externo à academia.

As aparências da liderança democrática deverão ser mantidas, mas com o tempo o esnobismo não se tornará oficial e a massa da população, surpresa, não será levada ao seu lugar apropriado? (...) A retórica liberal — como manto para o verdadeiro poder — e a celebridade profissional — como uma distração de *status* — permitem à elite do poder manter-se, convenientemente, fora das luzes da ribalta. Não é certo, de forma alguma, nesta conjuntura histórica, que a elite não esteja satisfeita em não ser célebre. (MILLS, 1981, p. 110)

No Brasil, as universidades estão formalmente vinculadas à produção de ciência como conhecimento por meio da pesquisa acadêmica, sendo esse o trabalho que se espera dessa instituição. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alicerce formal para a construção de metas individuais das universidades no Brasil, essas instituições devem ser voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, a fins de concessão de diploma acadêmico em diversas áreas do conhecimento, cuja missão é “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” e “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (BRASIL, 1996, art. 43), além de formar diplomados para o mercado de trabalho, colaborando com sua formação contínua. Mais especificamente sobre as instituições públicas de ensino dessa natureza, estas devem ainda ser gratuitas e de responsabilidade do Estado, financiadas por recursos provenientes da União (ou seja, recursos destinados por meio de políticas públicas). Tais traços devem servir de base para o trabalho de construção da imagem institucional pelas agências de comunicação. A partir deles, presume-se a importância do enaltecimento da pesquisa, seus resultados e procedimentos pela comunicação organizacional acadêmica. A mesma lei enfatiza como saber válido aquele que se institucionaliza e é sistematizado, colocado sob o ponto de vista da ciência:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do *saber humano, que se caracterizam por:*

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; (...)
(BRASIL, 1996. Grifos nossos.)

São então esses os objetivos da organização, aqueles que servem como norte para a fabricação do sentido a ser produzido. O prestígio das universidades brasileiras devem se basear nessas diretrizes.

Além disso, haja vista que o saber científico possui considerável aceitação como verdade e que as instituições a ele relacionadas são dispositivos que trabalham para a manutenção de sua

posição, torna-se vantajoso associá-las à credibilidade que a ciência possui para que a comunicação organizacional cumpra sua tarefa de manter a imagem institucional em posição de destaque. Tratando da produção de notícias para validação junto à sociedade, Aguiar (2012) aponta ainda que, no campo do saber científico, as instituições que aparentam ter maior produção recebem mais verbas e são vistas como maiores detentoras de competência e autoridade de conhecimento, e conclui que as ações de comunicação da ciência para a sociedade de forma a aproximá-las são "decisivas para legitimar a prática científica na sociedade" (p. 30). Menezes e Santos (2010) evidenciam que ainda hoje a legitimação do conhecimento produzido na academia passa pela aprovação pública e conferem grande responsabilidade à comunicação social.

Destarte, unindo-se a avidez do homem em conhecer e o poder de verdade que a ciência possui, o setor de comunicação das universidades tem aí aliados para trabalhar a produção do sentido desejado e manter essas organizações de ensino na elite das instituições essenciais. É importante ressaltar que, se as universidades públicas federais são sustentadas por investimentos públicos, é vital justificar à sociedade de forma convincente a necessidade de se lhes alocarem verbas públicas, que, em um Estado democrático, dependem de vontade política da comunidade que, uma vez com opinião formada, podem decidir pela manutenção ou até mesmo o incremento de fundos designados a essas organizações, então percebidas como úteis ao progresso e ao seu bem-estar. Se “a universidade não comprovar o seu trabalho com resultados concretos, dificilmente ela encontrará apoio para ser sustentada pela sociedade” (KUNSCH, 1992, p. 126).

No contexto atual de crescentes lutas pela democracia política e da informação é que nasce esse novo discurso ligado à ciência. No entanto, mais do que democratizar informação, ele serve também para salvaguardar a imagem da ciência como um discurso hierarquicamente superior e da universidade como produtora desse saber. O fato é que encontramos aqui uma contradição: a profanação — o ritual que tira o poder daqueles que se segregaram para entregá-lo ao profanador — serve então como empoderador do profanado (a Universidade). Podemos ver um movimento contrário àquele típico da divulgação científica, que se preocupa em melhorar a vida pela propagação de conhecimento: a profanação, ainda que sirva à sociedade em geral, serve então também para a construção da imagem institucional e para a consolidação do seu espaço em

meio às instituições essenciais para a população. Os textos de divulgação científica servem para suprir a crescente necessidade de associar a universidade à produção de benefícios e desenvolvimento para todos, incluindo cientistas e o público que não participa das atividades de pesquisa acadêmica.

3.2 - Uma imagem a ser zelada: o contexto de início da *Darcy*

No caso da Universidade de Brasília, a divulgação científica tornou-se especialmente importante como ferramenta para combater uma crise institucional que antecede em pouco tempo a criação da revista *Darcy*. A UnB é uma universidade de referência no Brasil por ser pública, federal, por estar localizada na capital nacional brasileira e por sua qualificação segundo o Ministério da Educação. No entanto, o ano de 2008 foi conturbado para a instituição. Pouco após acusações de que teria sido a universidade brasileira que mais usou dinheiro do cartão corporativo do governo com gastos fúteis como jantares em restaurantes de luxo, padarias e lojas de festas, ao fim do mês de janeiro de 2008, o Ministério Público denunciou o desvio de verbas da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para a decoração do apartamento do então reitor Timothy Mulholland, totalizando R\$ 470 mil.

Estudantes protestaram em frente à casa do reitor e, em 3 de abril de 2008, com o caso ainda sem resolução, invadem o prédio da reitoria, onde ficam acampados até o dia 17 do mesmo mês. Nesse entremeio, o reitor Timothy Mulholland é exonerado e Roberto Aguiar assume temporariamente a reitoria da UnB entre 13 de abril de 2008 e 20 de novembro do mesmo ano. Em 21 de novembro, José Geraldo de Sousa Junior assume o posto e faz manutenção na equipe de comunicação da instituição, contratando jornalistas que atuavam no mercado para trabalhar como funcionários terceirizados, a somar com a Secretaria de Comunicação (Secom) e seus funcionários do quadro de servidores da universidade.

A edição de 09 de julho de 2011 do Correio Braziliense, ao anunciar que a Finatec e a UnB renovaram a parceria, recorda o escândalo:

Dinheiro para decoração

Criada em 1995, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) tornou-se alvo de escândalos após investigação do Ministério Público do DF e Territórios encontrar irregularidades em cinco entidades então ligadas à Universidade de Brasília (UnB). A apuração, revelada em 2008, apontam que a Finatec teria destinado R\$ 470 mil (R\$ 350 mil, segundo a UnB) à decoração do apartamento do então reitor Timothy Mulholland. O escândalo derrubou Timothy do cargo, o vínculo da UnB com as cinco fundações de apoio acabou cortado e três perderam o credenciamento — Finatec, Fundação Universitária de Brasília (Fubra) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsaude). Entre as ilegalidades atribuídas à Finatec, havia também a remuneração indireta e irregular de professores contratados com dedicação exclusiva, além da subcontratação de empresas para executar serviços que deveriam ser prestados pelas fundações. (TRINDADE; MAIA, 2011²⁸)

Com o intuito de trabalhar a imagem da instituição, o novo plano para a comunicação foi a prática de DC, uma estratégia perspicaz, uma vez que a imagem da relação entre a UnB e a sociedade havia sido estremecida com as últimas notícias. É então criada a Revista Darcy, “de divulgação científica e cultural da Universidade de Brasília” (conforme escrito na sua capa), que tem como personagens pesquisadores discentes e docentes da instituição.

O caso teve tamanha repercussão que passou a figurar diariamente nos jornais de todo o país. As investigações duraram até agosto de 2010 e, em novembro de 2011, Mulholland foi absolvido do caso.

²⁸ Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/07/09/interna_cidadesdf,260405/depois-de-escandalos-finatec-e-recredenciada-a-unb.shtml. Acessado em 09 jan. 2014

CAPÍTULO 4 - UMA APROXIMAÇÃO: A DC DA DARCY

*Les événements sont l'écume des choses.
Mais c'est la mer qui m'intéresse* (VALÉRY, 1960)

Partindo do conhecimento de que o discurso é dispersão, sabemos que é impossível abarcarmos todas as suas nuances e aparições. No entanto, à procura de representatividade e sistematicidade, como aconselham Guilhaumou e Maldidier (2011), delimitamos nossa análise nos doze editoriais da revista *Darcy*, produzida pela Universidade de Brasília, desde o primeiro ao último publicado²⁹ antes que se tornasse projeto da disciplina de divulgação científica do curso de comunicação social — quando passou a ser feita por alunos e professor do curso. Nela, observaremos estratégias discursivas utilizadas para a produção de sentido nos momentos em que estão em cena formações ligadas à divulgação científica.

Iniciamos nossas análises com a observação individual de cada editorial. As análises serão organizadas cronologicamente conforme sua publicação. Depois, faremos observações sobre aspectos que se repetem em todos eles ou em sua maioria. A imagem dos textos será disposta conforme publicados originalmente, com exceção da numeração que se encontra ao lado de cada parágrafo, sendo que esta foi adicionada por nós a título de facilitar a referência a eles ao longo das investigações. Dito isto, observamos que a referência a cada um dos parágrafos será precedida pela expressão “par.” (Ex.: para menção do parágrafo 2 do texto em análise usaremos “par. 2”).

Antes de adentrarmos as análises específicas, é mister apontar que o estudo dos discursos procura compreender a linguagem além do sistema ideologicamente neutro que é a língua em si, fazendo a ponte entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico, ligando os textos a suas condições sócio-históricas. Compreender essas relações é fundamental para entender a constituição do significado dos textos (BRANDÃO, 2012). “A linguagem é lugar de conflito, de

²⁹ O décimo terceiro editorial fez parte da composição da revista Oscar, uma edição especial que homenageia o arquiteto Oscar Niemeyer. O texto não foi incluído no nosso recorte porque destoaria dos demais no sentido de desvirtuar a intenção de analisar os textos que se apresentavam como de edições corriqueiras.

confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção” (BRANDÃO, 2012, p. 11). Para tanto, são realizadas contextualizações históricas ao longo dos estudos, o que é de suma importância para compreendermos essas condições de produção do discurso dos editoriais da revista *Darcy*. A história, para a análise do discurso, é considerada fundamental para a compreensão das transformações da sociedade e das relações entre locutor e interlocutor(es), bem como para a compreensão do discurso como fato que não se repete (ao contrário do enunciado) justamente porque é a condição na qual está inserido que faz dele acontecimento. A descontinuidade, considerada mais que um acidente na história, faz com que o enunciado “surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível - e muito frequentemente minúscula – emergência” (FOUCAULT, 2012a, p. 34). O fato é que

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; (...) finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2012a, p. 34-35).

1 - Editorial de julho e agosto de 2009: A invenção de uma revista

A INVENÇÃO DE UMA REVISTA

ANA BEATRIZ MAGNO E LUIZ GONZAGA MOTTA

Editores - Revista DARCY

Olho



Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, pelas causas que comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que venceram nessas batalhas

DARCY RIBEIRO

Comentários para os editores:

biamagno@unb.br, luizmottaunb@yahoo.com.br

- 1 **D**ARCY quer ser Darcy. A primeira revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília chega aos leitores com a pretensão das causas justas que mobilizavam o antropólogo criador da UnB.
- 2 Darcy Ribeiro inventou uma universidade conectada com a poeira do universo e com a lama do vizinho. Queria uma casa do saber comprometida com a produção de conhecimento de alto nível. O educador mineiro queria mais.
- 3 Sonhava uma universidade engajada nas mudanças sociais necessárias para fazer do Brasil um país do presente, planejava um *campus* insone, alegre, rebelde, inquieto e dedicado a educar os meninos de dentro e, principalmente, os de fora.
- 4 A Revista DARCY recorreu aos planos e projetos do primeiro reitor da UnB para definir o perfil da publicação. Tratará das pesquisas e ideias desenvolvidas na universidade mas, seguindo os passos do mestre, não será uma revista encimesmada.
- 5 Queremos falar de dentro. Para fora. Nossas fontes são os pesquisadores – o sênior e o iniciante, os doutores que trocam a calma de casa pela febre do laboratório, os calouros que participam de programas de iniciação científica.
- 6 Nosso leitor preferencial é o professor do ensino médio, brasileiro que se desdobra para talhar a esperança em adolescentes desencantados com os livros. Dados do censo do IBGE mostram que 6 milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da sala de aula.
- 7 Os professores argumentam que carecem de formação e recursos pedagógicos para cativar a audiência. Paradoxalmente, esses mesmos docentes comandam o processo de seleção nada natural que separa quem entrará no ensino superior de quem será privado da vida universitária.
- 8 Darcy quer interferir nesse *apartheid*. Nossa intenção não é fazer uma revista que funcione como material didático, mas que ajude o professor a encantar seus pupilos com os caminhos da ciência criada na maior universidade do Centro-Oeste.
- 9 A revista será bimestral. Teremos resenhas como as de Allan Poe e reportagens como a assinada pelas repórteres Érica Montenegro, Camila Rabelo e Carolina Vicentin sobre colégios que funcionam sem luz, sem água, sem banheiro, sem biblioteca, sem futuro.
- 10 A cada número, publicaremos um dossiê com abordagens diferentes sobre um mesmo tema. O primeiro é sobre Darwin e suas digitais na ciência contemporânea. O repórter Leonardo Echeverria encontrou heranças darwinistas em estudos realizados na UnB.
- 11 Um dos rastros do naturalista inglês ilustra a capa dessa edição e atende pelo nome de *Kentropyx*, gênero de lagartos que ajuda a explicar a biodiversidade da Amazônia. A história evolutiva dele acaba de ser desvendada por cientistas do Departamento de Zoologia.
- 12 Somos um time pequeno, porém bravo. Há seis meses, onze jornalistas, sete designers e três fotógrafos dormem e acordam com o projeto DARCY. Para finalizar o trabalho, tivemos a arteficialidade do jornalista Luiz Cláudio Cunha, responsável pela cuidadosa edição de textos.
- 13 Outra luz generosa veio dos integrantes do Conselho Editorial, formado por respeitados nomes da academia. Com sabedoria e experiência, eles ajudaram a lapidar a natureza frenética e, às vezes, superficial, de nossas almas de jornalistas.
- 14 Inventar a primeira revista é uma aventura imperfeita e ansiosa como são todas as primeiras vezes. A DARCY no papel é muito diferente da DARCY sonhada. E, para fazer o sonho chegar às páginas, contamos nos próximos números com as sugestões de cada leitor. Boa leitura! ■

O primeiro editorial (de lançamento) da Revista *Darcy* traz como título “A invenção de uma revista”. Já aí encontramos a expressão “invenção” associada ao início da publicação. Sabemos que o veículo “revista” não foi inventado pela redação da Secom e que essa modalidade — revista de divulgação científica — tampouco. No entanto, a utilização do termo “invenção”

nos permite fazer uma associação direta com a ciência e o estigma do cientista: de inventor, de pessoa que *gera* conhecimento e, principalmente, tecnologias. Burke (2003), em seu estudo sobre a história do conhecimento científico, aponta que, na contagem do tempo feita em relação ao conhecimento que adquirimos, “o que costumávamos pensar como tendo sido descoberto é hoje descrito muitas vezes como ‘inventado’ ou ‘construído’” (p. 11). Trata-se do uso de um estereótipo que associa cientistas às invenções. A respeito desse recurso — estereótipos —, Charaudeau e Maingueneau (2004) definem: “denunciam uma cristalização no nível do pensamento ou da expressão” (p. 213). Trata-se de uma imagem pré-concebida abreviada proveniente da influência do meio social sobre o indivíduo; uma construção de leitura que emerge no momento em que aquele que faz uso dele recupera, no discurso, elementos espalhados que são reunidos em função de um modelo cultural preexistente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

No parágrafo “olho” da matéria, destacado em itálico do lado esquerdo da página, temos uma fala de Darcy Ribeiro, escolhido para intitular a revista porque é o idealizador e primeiro reitor da Universidade de Brasília, além de ser personalidade de destaque na instituição, que deu ao campus central o seu nome³⁰. No trecho escolhido pela editoria, o antropólogo, para dar ideia de que trabalhou arduamente para defender suas causas, coloca-se em comparação com os cruzados, homens católicos que empreenderam lutas contra povos que predominantemente viviam sob a influência de outras religiões, principalmente o islã. Durante os séculos em que ocorreram as cruzadas, guerreiros viajaram, lutaram e morreram para defender o cristianismo, que, como vimos, foi constantemente associado ao saber válido. Darcy Ribeiro, no excerto destacado, também faz uso do termo “pregando”, que, igualmente, nos remete às atividades da igreja, pois é associado aos sermões de padres e pastores para divulgar aspectos da fé cristã, principalmente baseados na Bíblia Sagrada. O termo aparece em diversas passagens com o

³⁰ O antropólogo também dá nome à usina de biodiesel da Petrobras e ao campus central da Universidade Estadual de Montes Claros (MG), à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; ao sambódromo (passarela de samba) da Av. Marques de Sapucaí; à Faculdade de Tecnologia em Fortaleza; ao edifício onde funciona a Controladoria-Geral da União, sediada em Brasília, entre outros prédios públicos.

sentido de disseminar o conhecimento que Jesus teria trazido à Terra³¹. No entanto, como vimos, as atividades da igreja são, em vários sentidos, contrárias à atividade científica, principalmente porque, enquanto a igreja se apoia em dogmas (que devem ser aceitos sem questionamento), a ciência é um exercício de questionamento sobre a natureza e, inclusive, sobre a origem da vida.

Na primeira linha do corpo do texto editorial se lê “Darcy quer ser Darcy”. A sentença baseia-se nessa imagem que deixou Darcy Ribeiro, enaltecendo o pesquisador fundador da instituição uma vez que se pretende tê-lo como exemplo. As palavras seguintes reforçam a imagem de justiça a que pretende se associar a publicação em pauta e a própria instituição.

No parágrafo seguinte (par. 2), mais uma vez a ideia de invenção aparece, agora associada à “poeira do universo”, que nos remete aos estudos de astronomia, uma disciplina das ciências naturais³² que procura explicar o universo e sua origem e que no texto é considerada “de alto nível”. A astronomia é uma das ciências mais ancestrais e é conhecida por sua complexidade, estando associada a nomes como o de Nicolau Copérnico, Tycho Brahe, Johannes Kepler, Isaac Newton e Galileu Galilei. Ao mesmo tempo, há uma associação da universidade à “lama do vizinho”, ou seja, a um material que geralmente remete a terra e sujeira, mas que é comumente encontrado, inclusive em áreas vizinhas, próximas, inclusive do leitor, ainda mais quando comparado com as outras galáxias sobre as quais procura saber a astronomia. O próprio contraste já denuncia uma exaltação das disciplinas acadêmicas na qualidade de saberes complexos, como é o caso da astronomia, expressão de um princípio de limitação do discurso que coloca o saber do senso comum (ilustrado pela “lama do vizinho”) como contraditório a essa complexidade. Lembremos que anteriormente apontamos que a disciplina, como mecanismo de interdição do discurso, repele tudo aquilo que é compreendido a despeito das regras de observação impostas pela ciência moderna.

³¹ A título de ilustração, tomemos as passagens: “E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (Marcos 16:15. Grifo nosso); “Daí em diante Jesus começou a pregar: ‘Arrependam-se, pois o Reino dos céus está próximo’” (Mateus 4:17); “Quando acabou de instruir seus doze discípulos, Jesus saiu para ensinar e pregar nas cidades da Galileia” (Mateus 11:1); “Escolheu doze, designando-os apóstolos, para que estivessem com ele, os enviasse a pregar” (Marcos 3:14).

³² Em contraposição às ciências sociais. As ciências naturais incluem os estudos que focam a natureza em seus aspectos físicos, destacada das ações antrópicas e dos aspectos antropogênicos.

A passagem “país do presente” (par. 3) é um confronto com a expressão “Brasil, país do futuro”, cunhada pelo romancista austríaco Stefan Zweig quando tornou-se título de seu livro publicado em 1941. A expressão foi revisitada em inúmeras outras obras, chegando a ser mais conhecida que o próprio livro do qual se originou. Com o tempo, embora ainda usada para expressar a esperança no país, alguns, como Millôr Fernandes, reciclaram a frase com sarcasmo, como em “Brasil, país do futuro. Sempre”, com a qual expressa a desconfiança de que não há perspectivas de avanços para a nação. “País do presente” manifesta a ideia de uma nação que já estaria a caminho do avanço, não mais esperando para iniciar as mudanças necessárias para tanto. Aponta-se que a esperança de Darcy Ribeiro, quando da criação da UnB, era de que a universidade que criou fosse ferramenta para esse avanço do Brasil. Esta, por sua vez, baseada no conhecimento científico, como ficará mais claro nas observações a seguir. O comentário nos remete à ideia de um progresso baseado na ciência, que traz a promessa de uma melhora do futuro, de evolução e desenvolvimento, de aprimoramento da vida e até mesmo de vencer a morte, ilustrações constantes no discurso do campo científico e de dispositivos a ele associados.

A construção histórica de uma vontade de verdade e de uma posição hegemônica da ciência e de seus dispositivos fica bastante clara na descrição dos pesquisadores (par. 5) que serão as fontes e inspiração para as pautas da publicação: eles são caracterizados como pessoas diferentes daqueles que preferem estar “na calmaria de casa”, pois possuiriam uma vida agitada nos laboratórios. Percebe-se aí a intenção de reforço de uma imagem de dinamismo e uma depreciação daqueles que optaram pela vida fora dos laboratórios (representando a vida longe dos estudos científicos), uma provável tentativa de oposição a outra imagem estereotipada do cientista: a de pessoa alheia a eventos “badalados” e de grande interação social, por exemplo. Em pesquisa sobre a influência da mídia para a formação dessa representação do cientista, foi possível perceber que:

Primeiro, a imagem do cientista é geralmente negativa. Cientistas são geralmente retratados como loucos ou tão dedicados a seu trabalho que são completamente insensíveis para com seus colegas e família. Segundo, a imagem da ciência retratada na cultura popular não reflete a forma como a ciência progride de fato. O processo lento e meticuloso pelo qual o saber científico é gradualmente

construído é raramente mostrado. Em vez disso, uma síndrome “*gee whiz*”³³ se faz presente. (JANE; FLEER; GIPPS, 2007, p. 3. Tradução nossa³⁴.)

Esse parágrafo do editorial reforça também a imagem do pesquisador atrelada aos laboratórios, deixando de lado as pesquisas com práticas de análise externas ou que têm pessoas como objeto, construindo seu discurso aí também sobre estereótipo – que desta vez reforça uma ideia: a de profissionais que se utilizam de laboratórios aos quais apenas pessoas especializadas e entendedoras do funcionamento dos diversos aparatos que se pode encontrar neles têm acesso, uma constante preterição das ciências humanas e das pesquisas de gabinete. A respeito da imagem do cientista em animação televisiva, Siqueira (2006) evidencia que “o modelo do cientista apresentado é aquele dos laboratórios, das experiências, tubos de ensaio, pipetas e equipamentos eletrônicos. Não são mostrados sociólogos, antropólogos, psicólogos ou cientistas políticos. No universo do desenho e das animações, esses não parecem ser reconhecidos como profissionais das ciências” (p. 145). Outra evidência de que a associação do cientista com o laboratório é baseada em estereótipos são os resultados do exercício “Draw a scientist” (CHAMBERS, 1983). Elaborado em 1983 e aplicado em turmas de alunos em idade escolar, pede-se-lhes que desenhem um cientista. Em sua maioria, as ilustrações mostram homens usando jaleco e dentro de laboratórios (JANE; FLEER; GIPPS, 2007, p. 8). Nesse caso, a associação reforça a ideia de uma sociedade (titular do discurso científico) com direito de ocupar um lugar no qual apenas pessoas autorizadas podem estar e de onde apenas eles têm o direito privilegiado de falar.

O termo “seleção natural” (par. 7) faz alusão à teoria evolutiva de Charles Darwin, que vem a ser evocado no parágrafo posterior. Essa teoria, que derruba a ideia de um criacionismo divino, postula que os seres vivos evoluíram ao longo do tempo devido a adaptações e

³³ Por falta de uma tradução específica para o termo, mantivemo-lo como no seu original em inglês. “Gee whiz”, por sua vez, é uma interjeição usada para denotar grande excitação, entusiasmo, estar maravilhado com uma nova descoberta.

³⁴ No texto original, em inglês, lê-se: “Firstly the image of the scientist is generally a negative one. Scientists are usually portrayed as mad or so dedicated to their work that they are completely insensitive to their colleagues and families. Secondly, the image of science portrayed in popular culture does not reflect the actual way in which science progresses. The slow and painstaking process in which scientific knowledge is gradually built up is rarely shown. Instead the ‘gee whiz’ syndrome is present”. (JANE; FLEER; GIPPS, 2007, p. 3)

especializações. Essas, por sua vez, resultaram em mudanças genéticas graduais, sendo, então, o ser humano descendente de espécies comuns a outros animais, o que coloca o discurso religioso em cheque. A primeira edição da revista *Darcy* homenageia Darwin com 24 páginas dedicadas a estudos que têm como base a teoria da evolução e da seleção natural em um dossiê (par. 10). O editorial em análise preocupa-se em apresentar uma pesquisa realizada na UnB em associação com as ideias e o nome desse cientista (Darwin) ao mesmo tempo em que enaltece a instituição como “maior universidade do Centro-Oeste” (par. 8). O comentário, ao passo que enaltece a teoria do naturalista britânico, entra em contraste com as ideias fortemente associadas à religião que foram apresentadas nas primeiras linhas (de pregação e de cruzadas cristãs). Vemos um texto que primeiro vincula o trabalho árduo de pesquisa às guerras santas e aos sacrifícios em nome da igreja e que, em seguida, destaca a teoria evolutiva, contrária a um dogma religioso de um deus que teria criado toda a vida na Terra.

Outro artifício de aproximação entre a universidade e esse conhecimento é o apontamento de que a UnB trilha “os caminhos da ciência” e é, portanto, geradora de saber científico passível de ser publicado como homenagem aos 200 anos de Charles Darwin³⁵, corroborando a ideia apresentada em capítulo anterior a respeito da vontade de verdade exprimida pelas instituições relacionadas com o campo científico.

Os par. 12 e 13 apresentam brevemente a equipe que compõe a redação da *Darcy*. Nessa introdução, destaca-se uma característica comumente atribuída ao jornalismo por parte dos pesquisadores: a superficialidade. Os desentendimentos entre jornalistas divulgadores de ciência e os próprios cientistas são frequentes, principalmente porque estes criticam o caráter resumido das informações que são detalhadamente descritas em um trabalho científico e que, ao passo que os cientistas empregam anos em busca de informações por meio de pesquisas elaboradas e complexas, os jornalistas pretendem consegui-las com entrevistas (bem mais breves), procurando preparar seu material informativo em pouco tempo e sem dedicar o esforço que os pesquisadores precisaram empregar para conseguirem respostas satisfatórias aos questionamentos que os levaram à pesquisa. Além disso, aos jornalistas interessam os resultados e geralmente não são

³⁵ A informação de que se trata de tal homenagem está presente no início do dossiê descrito, página 32.

evidenciados todos os passos dados pelos cientistas para consegui-los, o que caracterizaria a frivolidade descrita no editorial e concorda com a ideia de imediatismo de que nos fala Heberlê (2012) apontada no capítulo 1 deste trabalho. Um exemplo de constante crítica com relação a esse comentário midiático e supostamente inadequado é a coluna *Bad Science*, veiculada no site do jornal britânico *The Guardian*, na qual seu autor, Ben Goldacre, dedica-se a evidenciar equívocos publicados por jornalistas sobre ciência, principalmente textos que propagam uma verdade científica baseada em estudos inconsistentes ou até mesmo a irrelevância da publicação de alguns artigos. Para ele, o erro está em os jornalistas visarem à publicação de notícias excêntricas (“*wacky*”), amedrontadoras (“*scare*”) ou almejem tratar de estudos recentes como revolucionários (“*breakthrough*”) (GOLDACRE, 2005). Para o colunista inglês, é a incapacidade dos jornalistas em entenderem a complexidade e as estatísticas publicadas em artigos científicos que gera tamanhas falhas, relata-nos Porto (2009). No entanto, como vimos, é dever do gênero noticioso interpretar fatos e dados, e é do editorial ir além e comentá-los. Essa tradução, assim como qualquer produção discursiva, é caracterizada por uma espécie de deformação resultante de uma seleção, ainda que não intencional, daquilo que é retido e, também, daquilo de que se abre mão quando da montagem do discurso e, depois, do texto que o representa. O cotidiano não pode ser plenamente espelhado com a materialização das ideias pelos discursos.

2 - Editorial de setembro e outubro de 2009: A aventura se torna realidade

A AVENTURA SE TORNA REALIDADE

Ana Beatriz Magno e Luiz Gonzaga Motta

Editores · Revista DARCY

1 A segunda DARCY nos ensinou aquilo que não percebemos na primeira edição: fazer jornalismo científico é difícil. Traduzir o hermético vocabulário da ciência em uma linguagem compreensível para o grande público é árduo. Não basta explicar de maneira didática. É preciso fazê-lo de forma ilustrada e atraente. É preciso conciliar o prazer do texto com a objetividade da ciência.

2 O desafio é grande. O segundo número está mais diversificado do que o primeiro. Em direção ao futuro, há uma reportagem assinada por Leonardo Echeverria sobre a epigenética, vanguarda da biologia que promete controlar mecanismos que ligam e desligam os genes e programam o script da vida.

3 Na direção oposta, vasculhando o passado, reportagem de Carolina Vicentin e Bernardo Rebello mostra como a reconstituição da música que animava os espetáculos do teatro grego ajuda a compreender nossa herança cultural. A métrica da tragédia grega era linear, repetitiva, assemelhando-se ao rap contemporâneo.

4 Para discutir o presente, DARCY traz um dossiê de 26 páginas sobre o Cerrado, bioma que ocupa 24% do território nacional. As terras e as águas que acolhem a capital do país sofrem dramática agressão ambiental em nome do desenvolvimento. Metade do território de Cerrado já foi devastado como mostra a repórter e editora de ciência, Priscilla Borges.

5 Reportagem de Joana Wightman e Lorena Castro traz um diagnóstico desanimador: não há planos de manejo, a fiscalização é precária. Sitiadas por fazendas e cidades, as unidades de conservação já não garantem a sobrevivência da flora e fauna nativas. Em consequência, mamíferos de médio e grande porte estão em extinção, como denuncia matéria da repórter Cecilia Lopes.

6 Não são apenas a flora e a fauna que estão ameaçadas. Populações originais da região, como os quilombolas, herdeiros naturais do território, estão confinados ou expulsos para dar lugar à especulação imobiliária. O repórter João Campos acompanhou por duas semanas o cotidiano de uma comunidade a 60 quilômetros de Brasília que luta para demarcar sua cobiçada terra. Durante a apuração, o próprio repórter foi intimidado e aconselhado a afastar-se. Retrato da violência na disputa pela terra.

7 Procuramos equilibrar as densas reportagens com matérias lúdicas. A seção *Arqueologia de uma ideia*, da editora Érica Montenegro, traz a história do banheiro. A seção *O que eu criei para você*, de Kennia Rodrigues, explica como um brinquedo inventado por um estudante do curso de Desenho Industrial pode estimular o desenvolvimento motor das crianças.

8 Esperamos dar forma a uma ousadia. Como dizia a carta dos editores da primeira edição, criar uma revista é uma aventura que começa imprevisível e amadurece na contínua construção. Boa leitura! 

O texto é permeado pelo apontamento das dificuldades de se fazer divulgação científica, já registrado na sua introdução. Seu título, “A aventura se torna realidade” denuncia uma dificuldade na execução da tarefa de publicar uma revista, comparando o exercício a uma aventura, ou seja, a um caminho que não é facilmente trilhado, é arriscado e exige que se esteja preparado para adversidades, mas que, no entanto, sua execução leva a um prazer pela descoberta resultante.

No par. 1, essa noção é explicitamente reforçada ao se dizer que “fazer jornalismo científico é difícil”. Essa exaltação da dificuldade nos leva a pensar em um direito privilegiado

do jornalista, que seria a pessoa apta a “traduzir o hermético vocabulário da ciência em uma linguagem compreensível para o grande público”, um trabalho considerado “árido”. Este trecho também nos remete à ideia de profanação: o jornalista é o profanador do discurso científico que tem como missão ressignificá-lo para que seja então levado ao público não especializado, sendo ele o profissional capacitado para tanto e, destarte, detentor do direito privilegiado de fazê-lo. Sobre essa dificuldade, Hernando (1992) diz que “um dos problemas de maior envergadura que enfrentam os divulgadores de ciência (...) é a transcodificação das mensagens científicas” (p. 100. Tradução nossa³⁶) e que “A natureza específica das linguagens da ciência obriga a sua ‘tradução’ à dos meios informativos. Mais exatamente, são as mensagens e não a linguagem o que os jornalistas de divulgação científica traduzem” (p. 100. Tradução nossa³⁷). A dualidade que compõe o discurso da *Darcy* fica clara em: “É preciso conciliar o prazer do texto com a objetividade da ciência”, o que também demonstra que há uma gramática própria do discurso científico que o deixa distante do público não especializado, caracterizando uma sociedade do discurso que está sendo profanada. O início do par. 2 também reforça essa ideia de que há um grande desafio em formular textos baseados no discurso científico, transformando-os em comentários, e o par. 8 corrobora essa noção ao classificar a revista como uma “ousadia”, o que também leva o leitor a entender que o discurso da ciência, fonte para as matérias da *Darcy*, não é propriamente voltado para o público não especializado e que sua tradução é uma tarefa audaz.

É constante também o reforço do cientista como possuidor do privilégio de discursar sobre pesquisas científicas, uma vez que é a fonte das matérias, o que lhe confere o *status* de possuidor privilegiado de conhecimento e de conhecedor da verdade. Nesse sentido, encontramos mecanismos de exclusão referentes à oposição entre o verdadeiro (conhecimento científico) e o falso (senso comum), o que poder-se-ia considerar como uma sobreposição de vontades de verdade.

³⁶ No original, em espanhol: “Uno de los problemas de mayor envergadura con que han de enfrentarse los divulgadores científicos (...) es la transcodificación de los mensajes científicos”

³⁷ No original, em espanhol: “La naturaleza específica de los lenguajes de la ciencia obliga a su ‘traducción’ al de los medios informativos. Más exactamente, son los mensajes y no el lenguaje lo que los periodistas científicos traducen”

Devemos também destacar a importância dada à pesquisa que aproxima a Música da Matemática (par. 3) — tratando-se a primeira como “linear”, aproximando das ciências naturais uma atividade não científica.

O editorial, na posição de dispositivo — associado a uma instituição que tem como alicerce o discurso da ciência, e esta, por sua vez, associada ao um saber considerado verdadeiro —, o editorial injeta em seu texto elementos que buscam dar à instituição significado que lhe seja favorável. Portanto, somam-se termos ligados ao jornalismo, como “apuração” (par. 6) e “explica” (par. 7), à expressões “genética (par. 2), “bioma”, “desenvolvimento” (ambos no par. 4) e “diagnóstico” (par. 5), diretamente associados às ciências naturais, assim como “desenvolvimento” (que aparece nos par. 4 e 7) e o verbo “criar” (par. 7 e 8), ligados ao fazer científico.

Outras indicações da influência do campo científico podem ser encontradas ao longo de todo o texto, a exemplo do trecho que descreve a matéria sobre as comunidades quilombolas (par. 6), na qual é assinalado que o jornalista se utilizou de método como a etnografia, comum às ciências sociais, para desenvolver sua investigação. O uso de um método reconhecido pela academia, por conseguinte, confere *status* de verdade ao resultado obtido. O embasamento no discurso científico pode ser também percebido no trecho que trata da epigenética (par. 2), em que se encontra uma implícita exaltação da instituição, uma vez que se expõe um estudo nela realizado que é voltado para o futuro e que é capaz de “controlar mecanismos que ligam e desligam os genes e programam o script da vida”, ou seja, o caminho para o desejo de longevidade comum a muitos indivíduos. Igualmente, a menção a uma seção intitulada “O que eu criei para você” (par. 7) também é sinal da influência do discurso científico e de uma intenção de posicionamento da instituição entre dispositivos que produzem verdade e sustentam o discurso científico. Em “O que eu criei para você” percebemos uma referência a um personagem (o “eu” que “cria”). Esse personagem, por sua vez, integrante da comunidade universitária, representa a própria UnB como instituição cujas pessoas a ela associadas “criam” para “você”: o leitor externo a essa comunidade acadêmica.

No par. 2 há também uma indicação da ciência como responsável por desenvolvimentos salvacionistas e avançados. Fala-se de uma reportagem que vai “em direção ao futuro” por falar de uma pesquisa que circula na “vanguarda” da biologia. A pesquisa tem uma “promessa”. Em declarando isso, há uma indicação de vontade de verdade que é aceita pelos repórteres. Esses, por sua vez, são tidos pelos leitores, como vimos anteriormente, como comprometidos com a veracidade das informações e com a atividade de cedê-las aos leitores. Assim, há o indício do sentido de uma verdade de fato para todo o público não especializado. Essa ideia de que a ciência vem em benefício da comunidade também pode ser encontrada no par. 7, que fala de uma criação realizada por um membro da comunidade universitária para o desenvolvimento de crianças, gerando o sentido de que o trabalho de pesquisa acadêmica traz resultados benéficos à sociedade.

Logo após, fala-se de uma matéria que mostra aos leitores a devastação do cerrado. O texto, no entanto, não foi escrito por um jornalista não especializado: é apontado que a *Darcy* possui uma editora e repórter de ciência para isso, especialista nesse tipo de texto, o que leva ao reforço de uma ideia de direito privilegiado e do comprometimento com a pretensa verdade, que é cedida ao leitor.

Os par. 4 e 5 nos trazem o recorte de um problema da atualidade para embasar seu texto. Essa contextualização é importante para o jornalismo porque dá destaque às informações contidas no texto, uma vez que as matérias passam a ser vistas como possuidoras de notícias sobre pesquisas que não devem ser desconsideradas, pois são ligadas a problemas atuais e de relevância.

A informação de que os repórteres foram expulsos do local onde estavam para apurar a matéria, sendo eles também vítimas da “violência na disputa pela terra”, que fica retratada no par. 6, leva à ideia de que são profissionais que trabalham com afinco para conseguir a informação que levarão ao leitor. O trecho produz sentido de que os riscos corridos são sinais de uma redação comprometida com a verdade (e que as informações do texto são, então, verdadeiras), passando pelo direito privilegiado do repórter em falar, já que só ele teve acesso a informações por terem presenciado pessoalmente a situação descrita, sendo testemunha dos fatos e vivenciando o momento para relatá-lo, o que nos leva a pensar também em um ritual para que a

informação possa ser passada. Da mesma forma funciona o excerto “criar uma revista é uma aventura que começa imprevisível e amadurece na contínua construção” (par. 8), que reforça a ideia de seriedade do trabalho do comunicador, que está atento e apto a amadurecer, a melhorar, ao mesmo tempo em que emana noções de um direito privilegiado, já que é, conforme indicado, um trabalho que demanda especialização tamanha é a dificuldade para exercê-lo.

3 - Editorial de novembro e dezembro de 2009: Reportagem na casa da ciência

REPORTAGEM NA CASA DA CIÊNCIA

Ana Beatriz Magno e Luiz Gonzaga Motta
Editores - Revista DARCY

- 1** Furo não dado é furo tomado. Significa que se o jornalista consegue uma informação exclusiva deve publicá-la o mais rápido possível. Do contrário, outro aventureiro o fará.
- 2** A redação da DARCY enfrentou horas nervosas nos dias que antecederam à publicação da revista que você tem nas mãos. Repórteres e editores desafiaram os riscos de serem furados e guardaram uma notícia espetacular por eternos dois meses.
- 3** No começo de outubro, João Campos, alma inquieta de repórter, fala mansa de goiano, entrou aliíto na sala dos editores e, sussurrando, colocou uma bomba sobre a mesa: “Encontrei desenhos do Niemeyer de prédios da UnB que nunca foram construídos.”
- 4** Sabíamos, até então, dos planos de Niemeyer para a universidade, conhecíamos a história da praça que jamais saiu do papel e havíamos visto nos jornais, em 2001, quatro desses desenhos. Não sabíamos, no entanto, que havia muito mais.
- 5** São 11 croquis e 50 esboços. O valor da coleção vai além do ineditismo e do resgate histórico: ela documenta o processo de criação do arquiteto e permite um mergulho na imaginação do criador. A lição do professor Oscar é o inverso do que poderíamos supor: seus traços começam complexos e evoluem para a elegância da simplicidade.
- 6** A descoberta de nosso repórter numa gaveta do Centro de Documentação da universidade nos obrigou a convocar especialistas e a mobilizar a brava equipe de 19 profissionais da DARCY. João checou a originalidade das imagens, recuperou a passagem do maior arquiteto brasileiro pelas salas de aula da UnB e entrevistou o centenário poeta das pranchetas.
- 7** O editor de fotografia, Roberto Fleury, formado na UnB como João, zelou pela reprodução dos desenhos castigados pelo amarelar do tempo, enquanto o designer Apoena Pinheiro tratava as imagens com zelo de artista.
- 8** Encerrada a apuração, Érica Montenegro, editora de textos, sublimou a barriga de nove meses onde carrega sua primeira filha, Alice, para planejar desde o formato da matéria até a estratégia de marketing para divulgá-la. Ieda Campos, relações públicas, ajudou na tarefa.
- 9** Érica, doce desde que não lhe digam que perderá uma parada, reagiu com pragmatismo de competidora quando soube que a *Folha de São Paulo* descobrira nosso segredo. “Vamos publicar no portal da UnB antes que a *Folha* publique”, sugeriu. Ninguém concordou.
- 10** Confirmamos para a *Folha* que tínhamos a história, mas que só passaríamos as fotos nas vésperas do lançamento da revista. O jornal publicou a informação em 24 de novembro e deu crédito para a DARCY.
- 11** Pois bem. Venceu a exceção: não tomamos o furo. DARCY mostra os 50 desenhos inéditos assinados pelo inventor dos palácios de concreto de Brasília, presenteia o leitor com quatro postais dos projetos e conta o que se passou com o professor Oscar nos anos 1960, no campus da UnB.
- 12** Mas DARCY, como a academia, não é feita só de passado. Apresentamos também um cardápio de reflexões sobre o futuro da educação, da juventude, do conhecimento e do meio ambiente.
- 13** Cecília Lopes, a caçula da equipe, entrevistou um pesquisador que estudou a abordagem oferecida pelos livros didáticos sobre o aquecimento global e concluiu que as lições são, no mínimo, dogmáticas.
- 14** O dossiê sobre inovação tecnológica apresenta produtos desenvolvidos nos laboratórios da universidade, casos dos inventos apresentados pelo repórter Bernardo Rebello, pela subeditora Carolina Vicentin e pelo chefe de reportagem, Leonardo Echeverria, valente timoneiro de nossas aventuras jornalísticas.
- 15** Fazer a terceira DARCY nos enche de orgulho. Dá gosto ver o amadurecimento de talentosos nomes como os dos designers Marcelo Jatobá, Helena Lamenza, Virgínia Soares e Ana Rita Grilo, responsáveis pelo desenho de 33 páginas.
- 16** Há duas novidades nas colunas dessa edição. Uma é a seção assinada pelo historiador José Otávio Guimarães, que contará os mistérios de se ensinar a ciência do tempo.
- 17** A outra é a estreia de Priscilla Borges em *O que eu criei para você*. Editora de Ciências da DARCY, Priscilla nos ensina, a cada edição, que é possível fazer reportagem de qualidade na casa do conhecimento científico.

Boa leitura! Feliz 2010!



Este texto trata principalmente da rotina jornalística e procura deixar claras as dificuldades enfrentadas pela equipe da redação para apurar, escrever e publicar uma matéria. Há nele uma constante afirmação da importância das notícias que estão sendo dadas, bem como das dificuldades transpostas para que chegassem ao leitor. Poderíamos supor que trata-se de uma espécie exteriorização de um ritual da circunstância, tendo em vista que as ilustrações de Oscar Niemeyer de que trata o texto só podem ser reveladas por consequência de um bom trabalho jornalístico, ou seja, havia informações até então inacessíveis, mas que o repórter conseguiu acesso a elas, transformou-as em textos e agora as repassa aos leitores (ideia também de profanação).

O texto é igualmente atravessado pela ideia de uma aventura, sendo aos repórteres associada a imagem de grandes desbravadores. Essa noção fica bastante clara em expressões como “aventureiro” (par. 1), “alma inquieta de repórter” (par. 2), “descoberta” (par. 3), “brava equipe de 19 profissionais da Darcy” (par. 5) e “valente timoneiro de nossas aventuras jornalísticas” (par. 13). Essas são expressões que fazem referência ao jornalismo como se ele fosse o percurso de um caminho difícil, sobre o qual não se conhece o que vem adiante, mas que resulta em descobertas. Então os repórteres têm *status* de pessoas audaciosas, que se arriscam e trabalham arduamente pela informação para o leitor, chegam inclusive a “sublimar uma barriga de 9 meses” na qual a editora de textos “carrega a primeira filha” (fato que usualmente gera excitação inigualável e até um certo nervosismo que levaria uma mulher a estar extremamente focada nessa gravidez. Par. 8). Ou seja, mais um reforço de uma vontade de verdade que se valida pelo esforço feito em nome da informação.

Quanto ao título, vemos primeiro que há uma ênfase na palavra “ciência”, escrita com fonte maior do que os outros vocábulos presentes na frase. Como se percebe no par. 16, que fala da UnB como a “casa do conhecimento científico”, e por ser esta uma revista que trata das pesquisas realizadas na instituição, há uma forte intenção de associar a universidade a esse tipo de conhecimento, colocando-a na posição de autora desse saber, bem como de criadora de produtos que ela desenvolve nos seus laboratórios, produtos de “inovação tecnológica” (par. 13),

significando que ela tem estrutura e conhecimento suficientes para criar esses “inventos” (par. 13) – palavra associada ao estereótipo do cientista, como vimos.

Ao dizer que “repórteres e editores desafiaram os riscos de serem furados e guardaram uma notícia espetacular por eternos dois meses” (par. 2), reforçando a ideia de exclusividade de imediatismo tratadas no Capítulo 1 desta dissertação, é dada uma alta importância à notícia das próximas páginas da revista, já que ela é considerada “espetacular” (par. 2). A expressão “eternos dois meses” denota que a informação tem caráter urgente, como se ela fosse capaz de causar grandes mudanças na vidas dos leitores. A expressão “uma bomba” (par. 2) corrobora esse sentido. Então, a equipe de reportagem da revista da *Darcy* teria consigo um grande segredo nunca revelado antes e, portanto, o direito privilegiado de falar. A “bomba” são desenhos de prédios da Universidade de Brasília que foram desenhados mas nunca haviam sido expostos, o que confere importância à instituição.

O par. 4 fala do valor da coleção de gravuras. Esse recorte funciona para estimular a leitura do texto, bem como para salientar os dados que foram coletados e agora estão sendo difundidos pela edição. Na busca pela verdade, especialistas foram consultados (par. 5) e é a autoridade de perito que valida as informações. O especialista aparece também como autoridade quando é fonte da matéria mencionada no par. 12. A ele é vinculado o verbo “estudar”, o que significa que houve um aprofundamento do conhecimento acerca do assunto de que trata.

No par. 6 se enfatiza que o editor de fotografia é formado na UnB. A exposição dessa informação produz o sentido de que a instituição é capaz de formar pessoas tão boas em suas profissões que podem trabalhar numa equipe com habilidade para montar uma matéria tão importante quanto esta de que estão tratando, ou seja, a universidade em questão lhe ofereceu boa formação acadêmica. Esse profissional que se formou na UnB está preparado para realizar um trabalho caracterizado como cuidadoso, assim como foi o trabalho do seu colega componente da equipe da revista *Darcy*, um designer que exerceu sua função com a dedicação de um artista (par. 6).

Ainda que a revista cite um remonte ao passado, no trecho “*Darcy*, como a academia, não é feita só de passado. Apresentamos também um cardápio de reflexões sobre o futuro da

educação, da juventude, do conhecimento e do meio ambiente” (par. 11), nota-se uma associação da publicação com academia e de ambas com a educação e o futuro, este comumente ligado ao campo científico, à tecnologia e às expectativas que os dispositivos ligados ao campo constantemente produzem.

4 - Editorial de agosto e setembro de 2010: Desculpas pelos transtornos

DESCULPAS PELOS TRANSTORNOS

Ana Beatriz Magno Editora-chefe - Revista DARCY
Isaac Roitman Presidente do Conselho Editorial

M¹édicos acham que são deuses. Jornalistas têm quase certeza. Pois bem, os deuses erraram e atrasaram a quarta DARCY. A responsabilidade é inteiramente da chefia e, no mínimo, devemos satisfação aos leitores.

Achávamos possível editar uma publicação da universidade independentemente do contexto da instituição. É impossível. A equipe de DARCY passou os últimos seis meses sob os efeitos da maior greve da história da UnB.

2 Os servidores da Universidade de Brasília estão parados desde 16 de março. Eles protestam contra o corte da URP, gratificação recebida por todos os funcionários desde 1991.

3 Na prática, o fim da URP reduziu em 26,05% o valor dos contra-cheques, provocou uma debandada de profissionais qualificados e radicalizou os grevistas. Fecharam biblioteca, garagem, almoxarifado...

4 O arrastar da paralisação provocou uma série de transtornos, sobrecarregou quem seguiu trabalhando e comprometeu parte significativa do cotidiano acadêmico e administrativo.

5 Até o fechamento deste número, na segunda semana de agosto, a greve não havia acabado. Com muito empenho de jornalistas e designers, conseguimos finalizar o exemplar que está em suas mãos.

6 O cardápio de pautas está bastante variado, com matérias de educação e de cultura e reportagens sobre descobertas científicas como a que conquistou a capa da revista.

7 O texto nasceu do encontro entre um médico, Antônio Teixeira, e um jornalista, Leonardo Echeverria, que, a propósito das primeiras li-

nhas desta carta, não sofrem de soberba.

8 Leonardo, 32 anos de idade e enorme capacidade para traduzir o que se passa nos laboratórios da academia, apresenta a saga do professor Teixeira em 43 anos de pesquisa sobre a doença de Chagas.

9 Teixeira venceu problemas de financiamento, superou perseguições políticas, driblou vaidades de colegas e acaba de descobrir um mecanismo de transmissão genética que pode mudar o pensamento científico sobre o tema.

10 A quarta DARCY vai além da ciência e mergulha no mundo da arte com ensaio fotográfico do professor Luis Humberto, patrono e mestre do fotojornalismo em Brasília.

11 É também da editoria de Cultura, o delicioso texto da jovem repórter Juliana Braga sobre as raízes do chorinho brasiliense desvendadas em dissertação de mestrado do Departamento de Música.

12 Brasília, aliás, aparece como coadjuvante no primeiro capítulo da nova série da revista **50 anos de UnB**. Daqui até o jubileu, em abril de 2012, contaremos a história de uma área da UnB. A primeira é a Arte.

13 Outras duas novidades entusiasмам nossa brava redação. Uma é a chegada da experiente jornalista Ana Lúcia Moura que assume a responsabilidade de editar os textos de DARCY.

14 A outra é a formação de um núcleo de profissionais exclusivos para a revista que, até então, dividia toda sua equipe com a Secretaria de Comunicação da UnB.

15 A partir de agora, a premiada e brilhante repórter Érica Montenegro entrega a coordenação de Comunicação Institucional da UnB ao professor Isaac Roitman e encara exclusivamente a rotina jornalística e administrativa da revista.

16 É uma tarefa árdua, porém essencial para que DARCY se liberte dos incêndios diários que trazem vida para a universidade, mas que podem sacrificar o destino de nossa publicação.

17 Érica chega e o professor Luiz Gonzaga Motta se despede da edição, mas não de nossas páginas e de nossa direção. Motta continua colunista e segue coordenando o conselho editorial junto com o presidente, professor Roitman.

18 Boa leitura e mais uma vez desculpas pelos transtornos do atraso. ■

No mês de setembro de 2009, o Tribunal de Contas da União determinou que a parcela referente à Unidade de Referência de Preços (URP) — reajuste que buscava recompor as perdas salariais acarretadas pelo plano verão — fosse recebida apenas pelos professores que ingressaram na docência do ensino superior até 2005. No mês seguinte, o Ministério do Planejamento bloqueou o acesso ao sistema em que os valores seriam cadastrados. A Universidade de Brasília teve protestos nos quatro campi, dos quais participaram professores,

alunos e funcionários. Os professores chegaram a paralisar o trabalho por três dias "e a diretoria da associação dos docentes da UnB publicou uma nota pedindo a prisão do reitor caso os salários não fossem pagos na íntegra" (ECHEVERRIA, 2010). Em novembro do mesmo ano, os funcionários da universidade entraram em greve até o início de dezembro, quando o Ministério do Planejamento sinalizou um acordo, mas, em fevereiro de 2010, o órgão determinou que apenas os filiados ao sindicato teriam direito à parcela, o que levou a reitoria da instituição a apoiar a luta pela URP. No dia 9 de março desse ano, professores e funcionários técnico-administrativos entraram em greve até que, tendo conseguido o reajuste salarial para a categoria, os professores voltam para as salas de aula no mês de maio, mas os técnicos, que não tiveram reajuste aprovado, continuaram com seus trabalhos suspensos até o final do mês de setembro. Foram 188 dias de paralisação, até então a maior pela qual a Universidade de Brasília já havia passado. Neste período, a redação da revista *Darcy* separou-se da Secom e os jornalistas terceirizados, que não entraram em greve, tentaram continuar o trabalho de elaboração da publicação³⁸, sendo que os servidores técnico-administrativos com função de jornalistas participaram da paralisação.

O momento histórico que expomos é base para o texto editorial 4 e explica porque, no par. 2, os editores dizem que é impossível editar uma publicação "independente do contexto da instituição" e que "a equipe de *Darcy* passou os últimos seis meses sob os efeitos da maior greve da história da UnB". Este também é o contexto que levou os autores do editorial a fazerem a comparação entre jornalistas e deuses (par. 1). Os editores colocam então que a equipe da redação da revista exerceu um empenho grande (par. 6), ao ponto de superarem os transtornos e conseguirem finalizar o exemplar da revista ainda antes do fim da greve, contradizendo os parágrafos anteriores que apontam à impossibilidade de uma redação trabalhar normalmente sob esse tipo de adversidade. O discurso conduz à ideia de que a equipe da redação dessa publicação se esforça bastante em nome da informação para que ela não falte ao leitor.

³⁸ Informação obtida em entrevista informal, não estruturada e aberta, realizada com a ex-editora-chefe da Revista *Darcy*, Ana Beatriz Magno, em 15 de junho de 2013.

O conteúdo da revista é abordado a partir do par. 7, no qual se fala de reportagens sobre descobertas científicas. Trata, então, indiretamente, da profanação por parte da revista *Darcy* — que teria o intuito de mostrar o que o corpo científico da instituição descobre, o que leva ao mesmo tempo à questão do ritual de transformação do discurso científico em discurso midiático — e do reforço da imagem que associa a instituição à ciência que “descobre” coisas.

No par. 1, médicos e jornalistas são comparados com deuses no sentido de se acharem superiores aos humanos mortais. No entanto, o médico e o jornalista citados no par. 8, ao contrário, “não sofrem de soberba” e por isso estavam trabalhando mesmo durante a greve: o jornalista, na redação e o médico, no laboratório da universidade, o que leva a pensar que esses personagens citados e ligados à instituição são trabalhadores mais aplicados que a mídia e contradizem o que se pensa sobre esses profissionais (que são superiores aos mortais). Esse dado gera simpatia por esses profissionais, que fazem parte do corpo de funcionários da instituição e trabalham em benefício da ciência e do público que não pertence à comunidade científica.

Sobre o jornalista, diz-se que ele tem uma “enorme capacidade para traduzir” (par. 9) o discurso hermético do campo científico, ou seja, de profanar o discurso científico, e que, como autor do discurso de DC midiático para revista, consegue elaborar um comentário que profana a sociedade acadêmica e seu discurso, que precisa ser “traduzido”, tamanha a diferença em relação ao discurso popularmente compreensível, utilizando-se do seu direito privilegiado de comunicar ao público pela mídia, mas, ao mesmo tempo, embasando o seu texto no direito privilegiado do pesquisador em falar sobre ciência, tendo esta como verdade que serve de pauta para a matéria disponível.

Sobre o médico, não só se comenta sobre sua pesquisa — que é descreta como tão séria e tão importante que “pode mudar o pensamento científico” (par. 10) sobre a transmissão genética, ou seja, um pesquisador da UnB que pode mudar a ciência mundial —, mas também se fala de uma personalidade corajosa, que “venceu problemas de financiamento, superou perseguições políticas e driblou a vaidade de colegas” (par. 10) — recordemos que anteriormente se falou que médicos “acham que são deuses” (par. 1) e que esse personagem “não sofre de soberba” (par. 8)

— levando-nos a imaginá-lo como um profissional que supera obstáculos em busca de um resultado válido para a sua pesquisa.

A ciência, que desvenda o passado para falar de uma situação presente, como é o caso da pesquisa sobre rodas de choro e das apresentações de choro em Brasília, está presente inclusive na editoria de cultura, que traz uma dissertação de mestrado sobre o tema (defendido em outubro de 2009). No dia 31 de agosto de 2010, para o lançamento desta edição, a revista *Darcy* promoveu uma roda de choro para comunidade universitária dentro do campus central³⁹.

A ideia de que fazer jornalismo científico “é uma tarefa árdua” (par. 17) está também presente nesse editorial e, assim como nos textos anteriores, a equipe é tida como brava (par. 14). Mas não só isso: aos leitores é indicado que se pode acreditar no que a revista diz porque sua equipe tem profissionais com “enorme capacidade” (par. 9), pessoal “experiente” (par. 14), que possui “responsabilidade” para exercer um alto cargo dentro do jornalismo, o de editor (par. 14), e é apoiada em professores da UnB, como o fotógrafo que é “patrono e mestre do fotojornalismo de Brasília” (par. 11). Uma dessas pessoas é, por exemplo, “premiada” e “brilhante” (par. 16) e ela, que antes fazia parte de um grupo maior, responsável pela comunicação organizacional da universidade, agora se dedica com exclusividade ao jornalismo da *Darcy* (par. 16, no qual se diz que Érica Montenegro fez parte da coordenação de Comunicação Institucional e que agora “encara exclusivamente a rotina jornalística e administrativa da revista”).

A expressão da vontade de verdade está também no apontamento de que o grupo que está à frente na redação é formado por professores.

³⁹ Notícia dada no Boletim online da Secom em: <http://unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3808>

5- Editorial de novembro e dezembro de 2010: Jornalistas e cientistas, o casamento necessário

JORNALISTAS E CIENTISTAS, O CASAMENTO NECESSÁRIO

D⁵ ARCY chega ao quinto número com três boas novas. A primeira razão para comemorações é editorial. Nossa redação atravessou o fechamento com uma deliciosa dúvida: que matéria iria para a capa? Pela primeira vez, tínhamos duas ótimas reportagens que mereceriam ocupar o espaço. São duas histórias nascidas em pesquisas da universidade, uma sobre diamantes e outra sobre escravidão; uma realizada por um jovem cientista e outra gerada pela experiência de um pesquisador sênior.

6 A reportagem dos diamantes trata dos estudos realizados por um mestrando da Geologia. Marcos Paulo Borges criou um método inédito para conter o comércio ilegal de pedras preciosas. Perito da Polícia Federal, o geólogo identificou uma espécie de DNA do minério, recebeu nota máxima pela dissertação e conquistou a direção da PF para aplicar a técnica no combate o tráfico.

7 A outra candidata à capa ocupa seis das 14 páginas do dossiê e revela as mais recentes descobertas de Flávio Versiani. Professor de Economia desde 1971, ele se debruçou sobre quatro mil documentos do século XIX e concluiu que a história da escravidão brasileira não é exatamente como aprendemos nos livros.

8 Os diamantes conquistaram a capa. Menos por critérios noticiosos e mais pelo dedicado talento de Miguel Vilela, 22 anos, autor da impactante solução gráfica que apresenta a revista. Miguel é nossa segunda boa nova. Está no sexto semestre de Publicidade e bateu às portas da redação porque queria aprender a fazer uma revista. Em menos de cinco meses, o aprendiz já tem lição para contar.

9 A terceira novidade combina com a primeira. Adoramos a sensação de escolher entre ótimas concorrentes e concluímos que nosso cardápio pode aumentar. Para isso, precisamos melhorar a relação com os pesquisadores. Diariamente, professores, alunos e funcionários procuram a Secretaria de Comunicação da UnB para divulgar eventos. São mesas-redondas, palestras, seminários, conferências, debates, lançamentos de livros.

10 Ainda são poucos, entretanto, os cientistas que rompem a timidez e divulgam suas descobertas. Alguns acham que seu trabalho não tem interesse jornalístico, outros que a pesquisa ainda não está concluída e muitos temem que nós, jornalistas, transformemos anos de estudos em manchetes sensacionalistas.

11 Para vencer esses obstáculos, estamos lançando uma campanha que nos aproxime de nossas fontes de informação. Estão todos convidados a sugerir "pautas" e temas para as futuras edições. Basta escrever uma mensagem para revistadarcy@unb.br com um breve resumo sobre o trabalho. Nossa equipe entrará em contato e desde já nos comprometemos a equilibrar a voracidade natural do repórter com o rigor cobrado pelos cientistas.

12 Precisamos conversar mais, visitar os laboratórios com mais frequência, sermos lembrados todas as vezes que um Departamento discutir um projeto. Com a melhoria da comunicação entre alunos, professores e jornalistas das áreas científica e cultural quem ganha é um terceiro personagem: o leitor.

13 DARCÝ é feita para leitores de dentro e de fora da universidade. É para ele que fazemos a revista, orgulhosos da missão da testemunhar a rotina de trabalho de uma universidade conectada com o futuro desde a sua inauguração há 50 anos e que agora refunda-se em cada sala de aula, em cada bancada, em cada novo prédio, como o Beijódromo.

14 Inaugurado na tarde de seis de dezembro com o nome de Memorial Darcy Ribeiro, o lugar que parece mistura de peteca com maloca nasceu do trabalho de velhos mestres da UnB: o arquiteto Lelé Filgueiras e o antropólogo Darcy Ribeiro. Darcy queria um prédio para abrigar seus documentos, imaginava um ambiente onde os estudantes lessem muito e namorassem um pouco. Entregou o edifício-utopia às mãos de Lelé. O resultado ficou quase tão bom quanto os beijos da juventude.

Boa Leitura!

Ana Beatriz Magno, Érica Montenegro e José Negreiros **5**

Este texto fala principalmente da preocupação que a equipe de comunicadores tem com relação ao desconhecimento dos cientistas quanto à importância do jornalismo para a divulgação científica, e chama os pesquisadores a sugerirem pautas para a revista. Por isso o título diz que há uma necessidade de união entre jornalista e cientistas, ou seja, entre a mídia e a ciência, reforçando uma importância à prática de DC.

No segundo parágrafo, fala-se de uma dúvida porque havia “duas ótimas reportagens” baseadas em “histórias nascidas em pesquisas da universidade”. O texto nos leva a pensar que na instituição tanto um jovem cientista quanto um pesquisador sênior com experiência têm produções de alta relevância, ao ponto de merecerem ambos o destaque que é ter sua pesquisa

como matéria de capa da revista. No par. 6, em dizendo "adoramos a sensação de escolher entre ótimas concorrentes", indica-se que sempre há boas informações provenientes das pesquisas realizadas na Universidade de Brasília, que é comum ter de se fazer escolhas para saber qual merece a capa. Neste caso, pode o leitor ser levado a compreender que são todas tão relevantes, e que a deliberação foi feita devido a um fator que independe da sua importância, tão difícil que teria sido decidir.

Para falar sobre o processo decisório, os editores contam a história de um estudante da graduação em Comunicação Social da Universidade de Brasília (par. 5) que estaria tão bem preparado a ponto de, ainda cursando a graduação, conseguir produzir uma "impactante solução gráfica". A experiência na redação da revista *Darcy* é tão enriquecedora que "em menos de 5 meses" ele "já tem lição pra contar", sendo ele ainda um "aprendiz", em um enaltecimento indireto do curso na instituição.

Sobre o jovem cientista, mestrando da UnB que é fonte de uma das matérias, diz-se (par. 3) que os resultados de sua pesquisa são tão bons que a Polícia Federal interessou-se por eles a ponto de elevar-lhe o cargo (o pesquisador é também policial federal) para que pudesse aplicar o método desenvolvido como resultado de seus estudos de pós-graduação. Há uma evidência de uma ciência utilitarista, sobre a qual falamos, nesse caso no combate ao crime. Esse mesmo trecho indica que foi possível a um pesquisador da universidade "criar um método" que é "inédito" (par. 3), indicação subliminar de que existe alta inovação nos estudos realizados dentro da universidade.

Sobre o pesquisador experiente, é explicitado (par. 4) que se trata de um professor da instituição que realizou um trabalho árduo ("se debruçou sobre quatro mil documentos") e que ele é capaz de descobrir e sobrepor os ensinamentos atuais a respeito da escravidão no Brasil (período histórico estudado desde muito cedo na vida escolar do país) com informações atualizadas, refutando as vigentes e as sobrepondo com novas verdades.

Os parágrafos seguintes intencionam deixar claro que existem muitas coisas acontecendo na UnB, principalmente relacionadas ao campo científico, a exemplo dos eventos citados no par.

6, mas que não são publicadas devido a uma suposta timidez dos cientistas (par. 7), ainda que existam descobertas em abundância (par. 7).

Esse texto, embora se direcione principalmente ao leitor que pertence ao público não especializado, remete-se, em parte e na verdade, a cientistas, e o leitor alheio à comunidade acadêmica passa a ser um “terceiro personagem” (par. 9). É um texto que chama os pesquisadores para sugerirem mais pautas de ciência relacionadas a pesquisas produzidas na instituição (par. 7), o que auxiliaria a *Darcy* a cumprir seu papel de mídia para a comunicação organizacional, ainda que diga que “quem ganha é um terceiro personagem: o leitor” (par. 9). Essa convocação produz também o sentido de que o cientista é uma fonte de uma verdade, de um direito privilegiado de se falar sobre ciência.

Também fica evidenciado certo temor pela profanação (e, portanto, a prática desse ritual) por parte dos cientistas e o indício do desinteresse dos membros deste campo pela profanação midiática, já que, como se indica, não há interesse deles em se aproximar de uma publicação de divulgação científica, mesmo que ela pertença à própria instituição onde realizam suas pesquisas, devido a um receio sobre o trabalho dos jornalistas (par. 7), o que leva a que os integrantes da revista não sejam “lembrados todas as vezes em que um Departamento discutir um projeto” (par. 9).

O apoio sobre estereótipos está novamente presente nos par. 7 e 8, que descrevem os jornalistas como profissionais “vorazes”, que transformam “anos de estudos em manchetes sensacionalistas” (par. 7) e que raramente “equilibram a voracidade natural do repórter com o rigor cobrado pelos cientistas”, colocando-os em contraposição com profissionais que se dedicam por muito tempo às suas pesquisas e exigem obstinação e exatidão no processo para a aquisição de bons resultados, reforçando o estereótipo do cientista sobre o qual já tratamos.

O par. 10 fala da UnB como “uma universidade conectada com o futuro”, e o trecho seguinte (par. 10) nos diz que ela é fruto do trabalho de “velhos mestres” que compõem a comunidade acadêmica da instituição. Além disso, possui um “edifício-utopia”, o que demonstraria que, por ser “utopia”, seria irrealizável, mas que, no entanto, a Universidade de Brasília conseguiu construí-lo e fazê-lo funcionar, produzindo o sentido de uma instituição forte

e poderosa no sentido de articular a feitura de obra tão complexa. A imagem do prédio moldada pelo editorial no par. 11 associa uma reunião entre intelectualidade (“estudantes lessem muito”) e bem-estar (“e namorassem um pouco”; “beijos da juventude”), construindo, então, a imagem de que a universidade seria uma instituição que possui pesquisas acadêmicas que podem mudar a ciência, mas, diferente do que se pode pensar sobre a academia, ela também está ligada a prazeres.

6 - Editorial de maio e junho de 2011: Onde os sonhos se encontram

ONDE OS SONHOS SE ENCONTRAM

1 Você consegue imaginar quantas ideias, sonhos, inquietações e projetos cabem dentro de uma universidade? Uma pista: nos quatro campi da UnB convivem 40 mil pessoas. A universidade, mais do que qualquer outra instituição, concentra o capital mais caro ao desenvolvimento do mundo: as pessoas que produzem o conhecimento.

2 Uma das definições mais simples para o termo universidade é a de uma comunidade autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas num nível superior. O conceito guarda um pouco da história dessas instituições.

3 As universidades surgiram no final do século XII, sem vinculação com os poderosos de então. Eram iniciativas de mestres desejosos de compartilhar seus saberes. Segundo Christophe Charle e Jacques Verger, em *História das Universidades* (1996), as primeiras instituições universitárias foram as de Bolonha (Itália), Oxford (Inglaterra) e Paris (França).

4 Pessoas de toda a Europa convergiram para essas cidades, em busca dos espaços consagrados ao saber. Diante da procura, os grupos reunidos em torno dos professores redigiram estatutos que regiam a convivência e mediavam as relações com a comunidade local. Assim, as universidades se formalizaram e se fortaleceram.

5 As instituições de ensino superior do século XXI estão organizadas em três eixos: o ensino, a pesquisa e a extensão. Além da transmissão de conhecimento entre gerações, as academias hoje promovem a inovação – pesquisa, e a prestação de serviços para a comunidade – extensão.

6 A revista DARCÝ surgiu do compromisso que a UnB tem com a pesquisa e a extensão. As reportagens da DARCÝ informam o que está sendo produzido nos laboratórios e nas salas de aula da Universidade. Divulga-se a ciência e, desta maneira, estende-se o conhecimento para além das fronteiras dos quatro campi. A produção acadêmica torna-se acessível a todos.

7 Ensinando, aprendendo, fazendo ciência ou prestando serviço à comunidade. Em todas essas áreas, estão pessoas: nossos pro-

fessores, alunos, funcionários e servidores. Desde o 2º número de DARCÝ, as reportagens são acompanhadas do quadro *Eu faço ciência*. Nele apresentamos o rosto e um breve currículo de quem trabalha gerando conhecimento.

8 Nesta 6ª edição, aumentamos a participação dos professores da UnB na produção da revista. Além dos antigos colunistas, também colaboraram para a realização deste número os professores Paulo Paniago, Tânia Montoro, Marco Antônio dos Santos Silva e Silvio Zamboni.

9 Paulo Paniago, da Faculdade de Comunicação, escreveu o perfil do matemático Diego Marques (p.18). Escritor, jornalista e pesquisador das intersecções entre a literatura e o jornalismo, Paniago capturou a pressa com a qual Diego, de apenas 27 anos, coleciona feitos acadêmicos.

10 À Tânia Montoro, da Faculdade de Comunicação, entregamos a missão de inaugurar a sessão *Eu me lembro* (p.66). A partir desta edição, DARCÝ sempre será encerrada com um depoimento redigido por um professor, aluno, funcionário ou ex-aluno sobre um dia inesquecível vivido na UnB (Se você quiser escrever, sintase convidado desde já). Com 35 anos de vivências na UnB, onde entrou como aluna, Tânia entregou um delicioso texto no qual conta às vezes em que encontrou o antropólogo Darcy Ribeiro.

11 O professor Marco Antônio dos Santos Silva, do Instituto de Biologia, é responsável pelas ilustrações que enfeitam a reportagem sobre a fabricação de novos remédios (p.22). O texto da repórter Juliana Braga relata as experiências que estão sendo feitas na pós-graduação de Ciências da Saúde para a invenção de medicamentos que combatam o câncer.

12 Silvio Zamboni, do Instituto de Artes (IdA), nos emprestou dez fotos de seu trabalho *Transparências*, para a sessão *Ensaio Fotográfico* (p.58). Zamboni embaralha realidade e fantasia, nos levando a um jogo de hipóteses e adivinhações sobre as cenas retratadas. Obrigada a esses generosos mestres que compartilharam conosco seus saberes. ■

O sexto editorial da revista *Darcy* enaltece fortemente a academia, e seu discurso, como veremos, é permeado pela crença de que a academia e a ciência são imparciais, objetivas, e que

produzem a única forma de saber que deve interessar à sociedade, reforçando sentido produzido historicamente, conforme exploramos anteriormente.

Já no título se fala da instituição como um lugar de encontro de sonhos diversos. A imagem produzida é a de que o conhecimento científico, na UnB, vira sonhos, contradizendo a ciência em sua racionalidade e sua ligação com as coisas materiais, talvez para amenizar a ideia de dureza e certa antipatia que possa existir na comunidade não acadêmica baseada no estereótipo do cientista como profissional alheio das interações sociais e ocluso em laboratórios (a qual apontamos em análise anterior); é na universidade que “ideias, sonhos, inquietações e projetos” (par. 1) tomam lugar.

No par. 1, a UnB é descrita como local que produz “o conhecimento” e desenvolvimento, e, posteriormente, aponta-se que seus professores são parte de uma equipe que “trabalha gerando conhecimento” (par. 7). O trecho também nos dá a imagem da instituição como sendo parte de uma sociedade na qual está o máximo em capital para o conhecimento, sendo que nela estão 40 mil pessoas espalhadas nos seus quatro campi. Os números, por sua vez, funcionam como indicativo da grandeza da instituição.

Fica muito clara a valoração da ciência como único saber verdadeiro evidenciada pelo artigo “o” (em “o conhecimento”, expressão presente nos par. 1 e 6) e a rejeição dos outros tipos de conhecimento, como se só houvesse uma forma de se conceber a realidade: a ciência. O artigo “o” coloca “conhecimento” como sinônimo de “ciência” (pois é o tipo de saber produzido na instituição e aquele a que se referem os editores). Por isso as pessoas que compõem o campo científico são as mais preciosas “ao desenvolvimento do mundo” (par. 1).

As universidades são definidas como “comunidades autônomas” (par. 6), talvez numa intenção de indicar que o trabalho realizado nelas se faz com a parceria de pessoas com o mesmo propósito, sendo elas independentes de pressões que possam ser exercidas por dispositivos que lhes determinem o que fazer ou como seguir seus trabalhos (reforçado no par. 3 em “sem vinculação com os poderosos de então”), que produzem conhecimento separado em disciplinas. Ora, como vimos, essa liberdade é impossível devido a todas as tensões que atingem o campo

científico e a rede no qual se insere, da qual faz parte também a academia e as instituições de ensino científico.

O editorial segue descrevendo o corpo acadêmico, formado por “mestres e alunos” (par. 3) que exercem a “transmissão de conhecimento entre gerações”, significando que abriga pessoas muito sábias que estão dispostas a ensinar (reforçado no par. 3 em “desejosos de compartilhar seus saberes”), bem como pessoas que estão dispostas a aprender. Elabora-se também a ideia de que sem esses “espaços consagrados ao saber” (par. 4), o conhecimento “superior”, ou seja, especializado, de ponta, não poderia ser passado adiante, já que têm a missão de “assegurar o ensino” (par. 2) das disciplinas ligadas à ciência, tal como se as instituições fossem seus guardiões. Essa missão e essa configuração se construíram dessa forma ao longo de anos, período passado que “guarda um pouco da história dessas instituições”. O fato de que “regiam a convivência e mediavam as relações com a comunidade local” (par. 4) dá ao interlocutor a ideia de que as universidades serviam para o bem das comunidades nas quais se inseriram, assim como hoje o fazem (ideia presente também em “promovem (...) a prestação de serviços para a comunidade”, par. 5). Trata-se de instituições importantes que se tornaram cada vez mais influentes e importantes porque “se fortaleceram” (par. 4) historicamente.

A generosidade e a maestria são imagens produzidas no par. 12 ao se dirigir aos professores que foram fontes de ilustrações e matérias. Eles são tratados como “generosos mestres”, o que quer dizer que são pessoas muito sábias — e têm, por isso, autoridade para discursar — que, por sua generosidade, pensando no bem comum, “compartilham seus saberes”.

Outros dois vocábulos nos chamam atenção neste parágrafo. Um deles é “conosco”. No contexto em que se encontra, este produz a impressão de que o jornalista tem ignorância equivalente à do leitor e que ele também precisa aprender com o “mestre”, o que gera uma conexão de empatia entre o emissor jornalista e o leitor, além do enaltecimento latente dos cientistas, que teriam conhecimento maior que do locutor e do interlocutor. A outra é a palavra “hipótese”, que é intimamente relacionada com o fazer científico.

O par. 6 torna evidente que a revista funciona com porta-voz da universidade, pois diz que “a revista Darcy surgiu do compromisso que a UnB tem com a pesquisa e extensão”. No

mesmo parágrafo se lê que “divulga-se a ciência e, desta maneira, estende-se o conhecimento para além das fronteiras dos quatro campi. A produção acadêmica torna-se acessível a todos”, colocando as intenções da revista de acordo com o que se entende sobre divulgação científica para benefício da sociedade.

A questão do direito privilegiado é bastante clara no par. 9, atribuído a ambos o jornalista e o cientista sobre os quais fala: o primeiro é também pesquisador ligado à Faculdade de Comunicação da UnB, e o texto indica sua especialização para efetuar o trabalho jornalístico; o outro é um pesquisador que “colecciona feitos acadêmicos”, personagem da matéria; é um cientista jovem, ligado à instituição, de “apenas 27 anos”, que merece um perfil devido a seu sucesso na academia, dando-nos a impressão do quão especializado é no assunto e da imponência da equipe da instituição.

Na seção “Eu me lembro”, uma jornalista da Faculdade de Comunicação entrega um “delicioso texto” (par. 10), que fala sobre como é “inesquecível” o encontro com o antropólogo Darcy Ribeiro, que foi o idealizador e primeiro reitor da Universidade de Brasília. Nesse caso, sua imagem é construída de forma que nos leve a pensar esse sujeito intimamente ligado à instituição como um sujeito bem quisto e de relevância.

No par. 11, uma pesquisa realizada na instituição é mencionada para apontar que possibilita a “fabricação de novos remédios” que podem curar o câncer. A ela se associaram termos como “fabricação”, “novos” e “remédios” (que remetem à ideia de criação, utilidade e produção; de novidades, indo além do que há hoje disponível; e de cura); “experiências” (inovação e busca); “invenção” e “medicamentos” (criação, novidade e medicina). É relevante apontar que se trata de uma doença que a mídia tem constantemente trazido como pauta e que por isso é um assunto bastante em voga.

7- Editorial de agosto e setembro de 2011: As nossas boas novas

AS NOSSAS BOAS NOVAS

D¹esculpe-nos o entusiasmo. Acabamos de voltar da 63ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Goiânia, e temos boas novas para contar. Em todos os discursos das autoridades presentes, o assunto divulgação científica apareceu. Dentro da academia e também no governo, há o consenso de que a sociedade brasileira precisa ser mais bem informada sobre os assuntos científicos.

2 Logo na abertura, o ministro Aloizio Mercadante destacou que os cientistas devem falar à sociedade. Helena Nader, presidente da SBPC, defendeu que eles querem sim falar e cobrou dos jornalistas a inclusão dos cientistas como fontes em discussões como a do Código Florestal. Nossa euforia se justifica por estarmos vendo algumas barreiras serem quebradas.

3 Por muito tempo, este foi um país em que as decisões de governo eram tomadas por homens de farda ou paletó em salas com ar-condicionado. A democratização política devolveu ao povo o poder de escolher seus representantes e, a partir de então, os candidatos tiveram de defender ideias e projetos e eleitos passaram a ter de prestar contas sobre seu trabalho.

4 A academia agora reconhece a importância de falar à sociedade. Os cientistas querem mostrar os resultados práticos dos investimentos em ciência. Desejam que a população tenha condições de debater e opinar sobre os rumos da pesquisa nacional.

5 Cientistas não são eleitos, conquistam seu lugar por mérito, mas sabem que num ambiente democrático também precisam legitimar seus trabalhos. A interface com a sociedade não é mais um desejo iluminista de democratizar o conhecimento, mas uma necessidade de sobrevivência.

6 É aí que a nossa publicação aparece na história. Com a proposta de divulgar a ciência produzida na Universidade de Brasília, Darcy rompe as paredes invisíveis que separam a sociedade dos laboratórios. Presta contas sobre as pesquisas realizadas na UnB e contribui para que as pessoas conheçam os avanços de ciência e tecnologia. Ou seja, estamos participando da mudança.

7 A articulação entre os gestores que traçam as políticas de ciência, tecnologia e inovação, os atores que produzem ciência e inovação tecnológica e os produtores de informação contribui para a ampliação da cultura científica de toda sociedade. Trabalhamos nisso e tentamos fazê-lo de maneira interessante, com texto cuidadoso, fotos bonitas e infográficos atraentes.

8 Nesta edição, o dossiê sobre Arquitetura, preparado pelos repórteres Thássia Alves, Juliana Braga e João Paulo Vicente, analisa a vida urbana no DF a partir de pesquisas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). As fotos de Luiz Filipe Barcelos, Alexandra Martins e Saulo Tomé e os infográficos de Apoena Pinheiro completam de maneira elegante e didática os textos.

9 A reportagem de Cecília Lopes parte de uma pesquisa da Psicologia para relatar as características que explicam o sucesso das pesquisadoras 1A da UnB. Também mostra como elas contornaram as dificuldades impostas pela cultura patriarcal para transformar a ciência num campo cada vez mais feminino.

10 Por fim, o imperdível texto de Tiago Padilha sobre Otto Gottlieb nos permite conhecer a personalidade de um dos principais nomes da ciência nacional. Falecido em abril último, Otto era reservado na vida pessoal, mas um monstro nos laboratórios. Tiago entrevistou especialistas internacionais, seguidores e familiares do químico para produzir um retrato sincero do cientista. É isso, aproveitem.

Ana Beatriz Magno, Érica Montenegro e José Negreiros



Este editorial exalta a importância dada para a divulgação científica na 63ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que aconteceu em julho de 2011, sendo que este é, em si, um evento de divulgação científica, aberto aos públicos acadêmico e de fora da academia. Dele participaram pesquisadores de diversas universidades do país, instituições de todas as regiões do Brasil e representantes do governo, tais como o então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. O tema da reunião foi o bioma do cerrado e, com exceção da conferência do laureado ganhador do 31º Prêmio José Reis de Divulgação Científica, nenhuma das conferências teve a DC como tema principal⁴⁰. No entanto, segundo os autores do editorial, há um consenso entre governo e academia a respeito da importância de se informar a sociedade sobre assuntos científicos. Iniciar o texto falando do entusiasmo da redação da *Darcy* demonstra ao leitor que a excitação é tanta que o jornalista não consegue conter-se com a alegria

⁴⁰ Cf.: <http://www.sbpnet.org.br/goiania/arquivos/programacao.pdf>

da notícia. Essa atitude serve para conferir importância ao trabalho exercido para publicação da revista em questão, reforçada no par. 4, principalmente onde se lê que os cientistas participantes do evento “desejam que a população tenha condições de debater e opinar sobre os rumos da pesquisa nacional”.

No segundo parágrafo existe uma evidência do direito privilegiado dado ao jornalista e ao cientista quando se lê que a presidente da SBPC “cobrou dos jornalistas a inclusão dos cientistas como fontes em discussões como a do Código Florestal”⁴¹. A passagem destacada no editorial em questão insinua que cabe aos cientistas opinar sobre questões como o Código Florestal e aos jornalistas fomentar a discussão entre membros do meio acadêmico, dando-lhes direito privilegiado de discursar sobre o assunto e de problematizá-lo junto à sociedade.

O terceiro parágrafo reforça a ideia de que a transformação da informação do campo científico em um discurso “interessante, com texto cuidadoso, fotos bonitas e infográficos atraentes” (par. 7) — o que caracteriza um ritual da circunstância para a profanação — funciona em benefício da “ampliação da cultura científica de toda sociedade” (par. 7), como meio para a prestação de contas (mostrar os resultados práticos dos investimentos em ciência”, par. 4), além do empoderamento pela informação para a tomada de decisões e o exercício da democracia (“que a população tenha condições de debater e opinar sobre os rumos da pesquisa nacional”, par. 4). Mas também ela é apontada como ferramenta útil para o campo científico, pois é um meio de “legitimar seus trabalhos” (par. 5), ideia endossada pelo excerto “a interface com a sociedade não é mais um desejo iluminista de democratizar o conhecimento, mas uma necessidade de sobrevivência” (par. 5), ideias que reforçam a discussão desta dissertação acerca da utilidade da DC para além do empoderamento social, mas também para favorecer a instituição.

⁴¹ Este conjunto de regras que versa sobre a preservação ambiental em propriedades rurais foi aprovado na câmara dos deputados em 25 de maio de 2011, próximo da data da Reunião, mas a polêmica durou por quatro anos até sua aprovação em outubro de 2012. O Código trouxe à tona diversas discussões em relação à proteção de áreas de mata nativa e fomentou a disputa entre ambientalistas e ruralistas no congresso nacional: enquanto os ambientalistas acreditavam que as mudanças no Código favoreceriam os desmatamentos, os ruralistas alegavam que a legislação até então vigente era muito rigorosa e prejudicaria a produção.

Cf. <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/12/aprovacao-do-novo-codigo-florestal-foi-assunto-importante-em-2012.html>

e <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/entenda-polemica-que-envolve-o-novo-codigo-florestal.html>

Este, de todos os editoriais, é o mais intencionado a tratar da profanação. No par. 6, os editores dizem que a revista informa a sociedade sobre “o que está sendo produzido nos laboratórios”, presta contas sobre as pesquisas realizadas na UnB e contribui para que as pessoas tenham conhecimento sobre ciência e tecnologia.

8 - Editorial de dezembro de 2011 e janeiro de 2012: Entusiasmo e prazer

ENTUSIASMO E PRAZER

“**A** vida é curta; o infortúnio, indubitável; a morte, certa. Mas na travessia, em seu trabalho, por que não carregar aqueles dois balões de gás nomeados Entusiasmo e Prazer?

Com eles, viajando para a sepultura, eu espero despistar alguns idiotas, afagar os cabelos de uma garota bonita, subir num caquizeiro.”

2 Pegamos emprestado palavras de Ray Bradbury para falar sobre ciência e jornalismo. O escritor estadunidense de *sci-fi* se refere ao prazer da escrita, mas nós aqui da DARCY aproveitamos o texto como inspiração para o nosso trabalho diário. Assim como ele, acreditamos que é muito mais divertido fazer as coisas com entusiasmo e prazer.

3 Na academia, a curiosidade, a inquietação e a criatividade são valorizadas como instrumentos de transformação social. Acompanhadas de teoria e método, que conferem capacidade de realização, as três características colocam a universidade na vanguarda social.

4 Isso faz com que nossos entrevistados – os pesquisadores da UnB –, estejam sempre carregando seus próprios balões Entusiasmo e Prazer. Nesta edição, tivemos a satisfação de conhecer os professores Carlos Tomaz, Joaquim Pereira Brasil Neto e Emerson Fachin Martins. Eles foram nossos guias num dos temas mais enigmáticos da ciência: o funcionamento do cérebro.

5 O professor Carlos, do Instituto de Biologia, estuda a construção das memórias, o professor Joaquim – também do IB, busca tratamentos para distúrbios cerebrais com estimulação transcraniana e o professor Emerson, da UnB Ceilândia, tenta desenvolver metodologia confiável para melhorar a vida das pessoas que passaram por acidentes vasculares cerebrais.

6 Cientes da importância do trabalho que desenvolvem, os três nos atenderam com presteza e paciência. O resultado do nosso encontro com eles é o dossiê sobre o cérebro que começa na página 31 desta edição. O trabalho reflete a dedicação destes pesquisadores à ciência e o nosso compromisso com a divulgação científica. Foi feito com seriedade, entusiasmo e prazer.

7 Nesta edição, também temos um perfil do cineasta e professor emérito da UnB, Vladimir Carvalho (página 12). No último 26 de setembro, Vladimir apresentou o filme *Rock Brasília* para a plateia do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. O entusiasmo do veterano – que pulava no palco do Teatro Nacional, comprova que vive melhor quem faz o que gosta.

STEVE E JOBS

8 A propósito deste mesmo assunto, mas sem querer estendê-lo para além da sua paciência, informamos que a redação DARCY conta com mais dois integrantes: o Steve e a Jobs. Eles são um casal de passarinhos da espécie garrininha que resolveu fazer um ninho num ar-condicionado desativado. Detalhe: o aparelho fica bem em cima da cabeça do nosso editor de Arte, o exótico e idiossincrático Apoena Pinheiro.

9 Depois de encontrar gravetos espalhados sobre sua mesa e dar um google, Apô descobriu que o garrininha é especialista em improvisar abrigo em ambientes urbanos. A espécie teve de aprender a se virar para sobreviver na cidade. Queremos acreditar que os garrinchinhas escolheram nossa companhia e identificaram na DARCY um ambiente seguro e inspirador. Veja o Steve aí em cima fazendo amizade com a coruja do calendário do Apô. ■

Ana Beatriz Magno, Érica Montenegro e José Negreiros

O título faz menção a uma citação do cineasta Ray Bradbury, transcrita no par. 1. Os sentimentos de entusiasmo e prazer são, no par. 2, relacionados ao jornalismo e ao fazer científico.

No terceiro parágrafo, é dito que a academia se vale de "curiosidade, inquietação e criatividade" e que realiza "transformações sociais". A construção de uma imagem positiva continua, no mesmo parágrafo, ao se dizer que ela tem "capacidade de realização" e que está à frente de tudo que é produzido e produtor da sociedade, corroborando com a ideia de ciência utilitarista e salvacionista que se fez ao longo da história. O sentido é também de que a universidade é o dispositivo que modifica e comanda a rede da qual a sociedade é núcleo, pois a instituição está na "vanguarda social". Neste trecho, palavras ligadas à pesquisa científica se fazem presentes, tais quais "instrumentos", "teoria" e "método".

Mais especificamente sobre os pesquisadores da UnB, o par. 4 nos fala que eles estão "sempre carregando seus próprios balões de Entusiasmo e Prazer", além de ser uma "satisfação" conhecer professores da instituição", indicando implicitamente que são profissionais que trabalham com satisfação e que por isso há deleite em conhecê-los. Em seu direito privilegiado de falar sobre ciência, eles foram "guias" dos jornalistas e o conhecimento que eles possuem está entre "um dos temas mais enigmáticos da ciência", o que leva o leitor a pensá-los como detentores de um conhecimento que lhe é distante tamanha sua complexidade e que, por isso, têm direito privilegiado de tratá-los. Seu trabalho, embora intrincado, é voltado para beneficiar a sociedade, uma vez que tem o intuito de "melhorar a vida das pessoas" (par. 5). O professor da universidade "estuda", "busca tratamento" e "desenvolve metodologias" (par. 5), expressões comumente associadas ao campo científico e que conferem um sentido positivo ao sujeito que executa essas tarefas, principalmente para associá-lo à busca da verdade.

A importância do trabalho desenvolvido pelos professores da instituição é exaltada no par. 6. Nele, mais uma, vez o cientista é representado como paciente com relação ao jornalista, pois o último supostamente não entende dos assuntos possivelmente complexos sobre os quais o pesquisador entende. Implica-se que o conhecimento dos três professores citados neste trecho é tamanho que é capaz de gerar um dossiê de várias páginas sobre o cérebro, tema que, como

apontado no par. 4, ainda não é conhecido por muitos – colocando o leitor em posição de inferioridade intelectual com relação à fonte da matéria.

O par. 6 também aponta para o compromisso com a divulgação científica, e características que conferem verdade ao trabalho do jornalista são adicionadas ao texto, tais quais "seriedade" (compromisso com a verdade) e "entusiasmo e prazer".

No par. 8, a descrição de um pássaro que apareceu na redação mistura a classificação científica ("da espécie...") com nome do senso comum ("garrinchinha").

9 - Editorial de fevereiro e março de 2012: Ciência, aventura e cotidiano

CIÊNCIA, AVENTURA E COTIDIANO

1 Já houve quem dissesse que ciência é assunto árido, incompreensível e, até por isso, chato. Já houve quem considerasse ciência um tema distante demais do cotidiano dos não-cientistas. Nós estamos cada vez mais convencidos de que nada disso é verdade. A ciência existe para melhorar a vida das pessoas.

2 O dossiê sobre alimentação que preparamos para esta edição está centrado em pesquisas feitas pelos Departamentos de Nutrição, de Biologia Molecular e de Serviço Social. O conhecimento científico acumulado permite dizer que boa parte dos problemas de saúde que temos estão relacionados à maneira como nos alimentamos. As novas pesquisas nos orientam no caminho de uma vida mais saudável.

3 Na reportagem *As receitas mais saudáveis do mundo* (página 30), escrita por João Paulo Vicente, apresentamos o trabalho das professoras Raquel Botelho e Verônica Ginani. Elas visitaram as cinco regiões brasileiras para avaliar a qualidade dos alimentos servidos em self-services. Saíram assustadas com a quantidade de sal e gordura que são adicionados às receitas a pretexto de dar-lhes mais sabor.

4 Raquel e Verônica não restringiram o trabalho à crítica. Em cada parte do país, descobriram quais eram os pratos mais populares e os adaptaram para uma versão saudável, com menos sal e gordura e sem prejuízo para o paladar. Agora, as professoras popularizam o método em oficinas de culinária, palestras e publicações. A dupla teve a gentileza de preparar os pratos que ilustram o dossiê e compartilhar as receitas conosco. O conhecimento produzido no laboratório chega a vocês, leitores, como sugestão de cardápio.

5 Também no dossiê, a reportagem *Delícias do Cerrado* (página 34) traz os mais recentes resultados das pesquisas das professoras Egle Machado Siqueira e Sandra Fernandes Arruda. No Laboratório de Bioquímica da Nutrição, elas desvendam as propriedades bioativas das plantas do cerrado. Além de saúde, o tema tem tudo a ver com sustentabilidade. À medida que aumentam as informações sobre o ecossistema que habitamos, mais argumentos ganhamos para defender a preservação dele.

6 O material informativo se completa com as reportagem *Um café e a conta* (página 42), escrita por Mariana Vieira, e *Prato cheio de discussão* (38), de João Paulo Vicente. Mariana e João lidaram com temas cientificamente polêmicos, vantagens do café e obesidade, para mostrar que o conhecimento é uma construção contínua e coletiva, que inclui uma necessária e saudável revisão a preceitos anteriormente estabelecidos.

7 E é justamente sobre isso que nos fala o neurocientista Sidarta Ribeiro. Ex-aluno da UnB, o renomado pesquisador aceitou o convite para escrever a coluna *Eu me lembro*. O texto imperdível está na página 66 e revela os primeiros passos dele na aventura do conhecimento.

8 Nesta revista, estamos lançando uma campanha comemorativa dos 50 anos da UnB (veja anúncio na página ao lado). O convite é para que vocês, leitores, nos enviem fotografias feitas nos campi. As melhores imagens serão escolhidas pela equipe da DARCÝ para ocupar as páginas de ensaio fotográfico da próxima edição. Boa leitura e até breve. 

Ana Beatriz Magno, Érica Montenegro e José Negreiros

No título é feita a conexão entre aventura (já comentamos anteriormente sobre a imagem da ciência como uma aventura), ciência e cotidiano, ligação que se contrapõe ao pensamento de que esse tipo de conhecimento é distante da vida dos não-acadêmicos, estereótipo enfatizado no primeiro parágrafo em: “já houve quem considerasse ciência um tema distante demais do cotidiano dos não cientistas”. No primeiro parágrafo há também uma oposição entre o estereótipo de que “a ciência é assunto árido, incompreensível e, até por isso, chato” e a noção “de que nada disso é verdade. A ciência existe para melhorar a vida das pessoas”, que reforça a constante ideia da importância das pesquisas nesse meio para o desenvolvimento e de seu utilitarismo e salvacionismo.

No texto há uma frequente impressão de um aspecto de bondade quando se refere ao cientista, de generosidade, de que ele trabalha para “melhorar a vida das pessoas” (par. 1), de que tem “gentileza” (par. 4) e disposição para “compartilhar” (par. 4) informações. Com a doação do saber científico e o cumprimento da função do jornalista, o conhecimento chega ao leitor (“o conhecimento produzido no laboratório chega a vocês”, par. 4), conhecimento útil produzido nos laboratórios da UnB. O trecho também dá a ideia do ritual de transformar o conhecimento do laboratório em texto para o público não especializado.

No par. 2, são evidenciadas pesquisas realizadas em departamentos diversos da UnB, direcionando o interlocutor a acreditar na integração dos estudos de disciplinas distintas, imagem reforçada pelo par. 6 onde se lê: “o conhecimento é uma construção contínua e coletiva”.

O trecho também destaca a existência de um “conhecimento científico acumulado” (par. 2) que permite conclusões sobre “boa parte dos problemas de saúde que temos”, sendo que as pesquisas da instituição são atuais (“novas pesquisas”) e “orientam no caminho de uma vida mais saudável” (par. 2). Observemos que em 2011 a FAPESP lançou uma publicação sobre o interesse público em ciência e tecnologia que aponta: “Os temas científicos e tecnológicos de maior interesse para o público entrevistado (como já revelado em grande parte das pesquisas em outros países) são aqueles ligados à medicina e à saúde” (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011). Em pesquisa encomendada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, o segundo tema de principal interesse pelos entrevistados na mídia é saúde (42%

muito interessados e 39% interessados), estando atrás apenas de meio ambiente (BRASIL, 2010). Assim, é pertinente associar os estudos a uma vida saudável, além do quê, a longevidade é buscada por muitas pessoas e a saúde é parte desse atributo.

A conexão entre as pesquisas realizadas na universidade e uma utilidade pública também é estimulada pelo texto do par. 3, que fala de professoras que realizam estudos em todo o Brasil, ou seja, uma pesquisa que não interessa apenas à comunidade próxima da instituição. O trecho também salienta que as pesquisadoras não estão confinadas nos laboratórios e que saíram para lugares distantes (conexão com o termo “aventura”, no título). Além disso, puderam “avaliar” a qualidade da comida de todo o país, produzindo o sentido de que elas têm conhecimento suficiente para julgar, a ponto de ficarem “assustadas” com o desconhecimento que encontraram. Ideias de uma ciência prática também estão presentes no par. 4, que destaca que elas “não restringiram o trabalho à crítica”, adaptando-o para o cotidiano (palavra destacada no título) a fim de melhorá-lo. A pesquisa é voltada para resultados que trouxeram uma vida mais saudável sem que seja distante do cotidiano e nem “chata” (par. 1), já que comer aquilo que nos agrada é um grande prazer, mas geralmente os alimentos saudáveis são considerados menos saborosos. No entanto, as receitas apresentadas pelas pesquisadoras são de “uma versão mais saudável” porém “sem prejuízo para o paladar” (par.4).

Vimos então que, segundo pesquisas, saúde e sustentabilidade estão entre os temas mais interessantes para os brasileiros. O par. 5 nos leva a conectar a ciência com esses temas e deixa os leitores cientes de que a UnB tem professores com pesquisas que possuem resultados recentes sobre esses assuntos, dignos de um dossiê jornalístico. O texto implica que há um benefício à sociedade uma vez que as pesquisas trazem mais capacidade de argumentar para preservar o ecossistema. Assim, a união entre ciência e jornalismo resultaria na defesa dos interesses dos leitores, pois a informação pode torná-los mais fortes (capazes de “defender”, par. 5). O sentido produzido é de que o jornalismo ajuda a difundir informações possíveis pela pesquisa científica e que trabalha para informar, sendo, então, aliado da comunidade externa à academia.

O par. 6 produz a imagem de uma equipe de cientistas que tem a coragem de estudar polêmicas sobre a nutrição e de jornalistas que têm coragem de lidar com elas, reforçando o

pensamento de que é um compromisso com a sociedade. Tamanha é a coragem dos cientistas e a importância da pesquisa realizada que ela leva a uma “necessária (...) revisão a preceitos anteriormente estabelecidos”, o que quer dizer que ela vai mudar o conhecimento adquirido até os dias de hoje, alterando, assim, a verdade vigente com sua vontade de verdade.

O parágrafo seguinte (par. 7) fala de um “renomado pesquisador” cujos primeiros passos foram dados na UnB. Entende-se que os primeiros passos são os mais importantes para se trilhar um caminho, pois exigem coragem e determinação, ainda mais quando se trata de uma “aventura” (“do conhecimento”), além de serem decisivos: é a partir dos primeiros passos que se determina a qual caminho se rumará. Nesse caso, foi na instituição que o cientista estabeleceu suas bases para ser o proeminente neurocientista que o texto indica que é hoje. Fica também subentendido neste parágrafo que o texto escrito pelo repórter da equipe da revista tem tamanha importância e causa tamanha fascinação que é “imperdível”, pois revela a história de uma pessoa “renomada”, num ritual de profanação que deixa o leitor próximo a um ilustre de uma sociedade do discurso tão hermética aos olhos do público não especializado, aliado ao elogio a um profissional cientista que é parte da sua comunidade de profissionais. Além disso, neste ponto também a ciência é tratada como “o conhecimento”, indicando tacitamente que é a única forma válida de saber.

10 - Editorial de abril e maio de 2012: Parabéns pelo futuro

PARABÉNS PELO FUTURO

H¹á uma coleção de jargões para cartas e cartões de cinquenta anos. Todos, de alguma forma, tratam o aniversariante como uma criatura experiente, com currículo gordo, cabelos prateados, alguém muito mais próximo do passado do que do futuro. Não são citações dignas de prefácios, parecem epílogos, falam de tempo de balanço, hora de retrospectiva, de revisão.

2 A Universidade de Brasília é a cinquentenária do mês, completa seu jubileu em 21 de abril, e desde fevereiro a equipe da revista DARCÝ tenta escapar dos bordões. Pensamos uma forma diferente de dar parabéns, e queremos falar mais sobre o que virá do que o que passou. Acompanhamos grupos de pesquisas, ouvimos jovens e antigos cientistas, entrevistamos professores e estudantes para montar uma pauta que retrate o futuro que está nascendo das pesquisas feitas na UnB.

3 Não, não optamos pelo jornalismo adivinhatório. Temos enorme respeito pela História da instituição criada nos anos 60 graças ao encontro de duas genialidades tão diferentes, o espalhafatoso Darcy Ribeiro e o discretíssimo Anísio Teixeira. Achamos tão importante resgatar esse passado que há seis números publicamos reportagens sobre a origem de departamentos, institutos e faculdades da UnB.

4 Esta, no entanto, é uma edição comemorativa da revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília. Nossas reportagens aqui querem celebrar o que virá, que Brasília, que Brasil, que mundo os pesquisadores estão construindo em suas bancadas, seus computadores, seus trabalhos de campo e em suas salas de aula.

5 Para isso, nossa equipe desbravou os quatro campi, mas foi muito além deles e encontrou uma Universidade de Brasília que existe bem para lá das quatro linhas do quadrilátero do Distrito Federal. Nossos repórteres acharam e acompanharam projetos da universidade em seis estados, tanto da área científica quanto cultural.

6 Assinada pelo talentosíssimo João Paulo Vicente, as reportagens que começam na página 27 mostram trabalhos da UnB realizados por todo Brasil. Uma delas trata de pesquisa feita pelo Centro Interdisciplinar de

Estudos em Transportes (Ceftru) em 29 portos brasileiros para avaliar a qualidade ambiental das regiões portuárias. João, 25 anos, formado na UnB, dono de responsabilidade espartana – daqueles que chega cedo e sai tarde da redação – não se contentou em ouvir análise dos especialistas. Viagrou até Itajaí, em Santa Catarina, e junto com a fotógrafa Emília Silberstein, registrou o cotidiano do porto melhor avaliado pelo estudo.

7 Também inquieta, Thaís Antonio, 29 anos, foi a cinco cidades em três estados, Acre, São Paulo e Paraíba para cobrir as formaturas dos estudantes do Ensino a Distância. Voltou para Brasília impressionada com o impacto que a Universidade provoca no destino de pessoas que jamais teriam acesso a cursos de graduação numa instituição pública.

Outra que se emocionou durante os trabalhos de apuração foi a estreante Daniela Gonçalves, 22 anos. Ela visitou seis projetos de extensão tocados por professores e estudantes da Universidade. Um deles, o de dança para portadores de deficiência, provoca arrepios só de olhar as fotos.

8 Esses são apenas alguns dos exemplos desta edição especial da DARCÝ. O leitor vai conhecer também depoimentos de ex-alunos que saíram do campus para o sucesso profissional nas mais diversas áreas do conhecimento, poderá rememorar alguns dos episódios mais significativos da universidade e se deliciar com o texto de Naiara Leão sobre o ICC, Instituto Central de Ciências, prédio desenhado por Oscar Niemeyer e carinhosamente chamado de Minhocão pela comunidade da UnB.

9 Aqui estão 68 páginas de matérias e artigos planejados para comemorar a realidade da universidade que Darcy Ribeiro sonhou ser uma usina de futuros. Para nós, de DARCÝ, é uma honra trabalhar aqui e editar o décimo número da revista no mês do cinquentenário da Universidade de Brasília. Para nós, a UnB não é uma senhora de meio século. Ela é uma menina cheia de promessas com apenas cinco décadas. Boa leitura e parabéns a toda comunidade UnB.

Ana Beatriz Magno e Érica Montenegro

Ainda que esse texto editorial tenha foco maior no trabalho dos repórteres, é possível encontrar traços da construção de uma imagem institucional ligada a ciência e pesquisa. O título felicita a instituição pelo futuro. Estas são congratulações feitas por profissionais (editores) próximos das notícias sobre pesquisa e ciência presentes na instituição que podem levar o leitor a pensá-la como uma modificadora da realidade futura de forma positiva, conforme a ideia de ciência salvacionista, utilitarista e voltada para o progresso que é reiteradamente construída ao longo dos anos. O par. 2 fala de “grupos de pesquisas”, “jovens e antigos cientistas”, “professores e estudantes” e de um “futuro que está nascendo das pesquisas feitas na UnB”, tratando-se de uma aproximação entre instituição, cientistas e pesquisas e da formação de um sentido de permanência e planos futuristas. Eles se reforçam ao dizer que há a construção de uma cidade, um Brasil, um mundo por parte dos pesquisadores da UnB, dispensando a eles o dever de

os arquitetar e os modificar, pensando não só em pesquisas de influência local e sim de grande influência.

No parágrafo seguinte (par. 3), é dito que essa instituição foi fruto do “encontro duas genialidades”, insinuando sua importância desde os planos para sua criação. Em seguida, é reforçado (par. 4) o estereótipo de que os pesquisadores trabalham “em suas bancadas, seus computadores, seus trabalhos de campo e em suas salas de aula”, trecho concordante com o estereótipo já discutido anteriormente.

Mais adiante, uma vontade de verdade é expressa ao se referir aos repórteres como desbravadores (par. 5), coerente com a ideia de aventura e inquietude (reforçada no par. 7) conferida a cientistas e repórteres em textos anteriores. Também se aponta para projetos da UnB espalhados por todo o país (“em 6 estados”, par. 5, e “trabalhos da UnB realizados por todo o Brasil”, par. 6), o que dá ao leitor a ideia de se tratar de uma grande instituição, produtora de um número grande de pesquisas que chegam a extrapolar os quatro campi localizados no Distrito Federal (em Brasília, Planaltina, Ceilândia e Gama). O trecho que fala de “uma pesquisa feita em 29 portos brasileiros” (par. 6), além de reforçar essa ideia, leva-nos a imaginar que a UnB possui conhecimentos suficientemente atualizados para que seus pesquisadores possam “avaliar a qualidade ambiental” desses aparelhos por seus “especialistas”, reforço de uma supremacia, uma vez que são capazes de se colocar como juízes para determinar sobre ações como corretas ou não.

Também a vontade de verdade se expressa em dizer que o jornalista “formado na UnB” é “dono de responsabilidade espartana — daqueles que chega cedo e sai tarde da redação” (par. 6) e que, ainda que tenha especialistas como fonte, ele foi além em busca da veracidade da notícia, demonstrando que a checagem é rígida, o que lhe confere direito privilegiado de discursar sobre o assunto, assim como à repórter de que fala o par. 7, que foi a cinco cidades em três estados muito distantes entre si, tratando-se, então, de uma equipe supostamente engajada com a verdade das notícias que publica na revista institucional e com o público leitor.

O par. 9 fala de um texto “delicioso”, que tem como tema o principal prédio acadêmico da Universidade de Brasília, o Instituto Central de Ciências (ICC), ao qual é dada relevância por

ter sido desenhado por Oscar Niemeyer. Uma estrutura que tem ligação com a ciência a partir do seu nome e, ainda assim, recebeu um “apelido carinhoso” da comunidade universitária, significando simpatia por parte da comunidade acadêmica.

11 - Editorial de junho e julho de 2012: As crianças já entenderam

AS CRIANÇAS JÁ ENTENDERAM

1 Outro dia, João Pedro, 8 anos, caiu de uma árvore de três metros e quebrou os dois braços. Ele gosta de subir até o último galho. Uma hora ia acontecer. Quinze dias de gesso. O lado bom:

ele adora verde, lá fora, natureza, ar puro. Maria Beatriz, 7 anos, também se joga. Na água, a praia dela. Sua maior alegria foi conhecer uma ariranha, no tanque do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), cercado por um parque com árvores bem grandes, em Manaus. Ela vai à piscina duas vezes por semana e quer ser professora de natação.

2 Beatriz e João, filhos, respectivamente, de José e Ana, autores desta carta, são meninos daqueles que ensinam a família como cuidar do ambiente com frases do tipo “fechem a torneira enquanto escovam os dentes, senão a água do planeta vai acabar”. Crianças absorvem com o coração informações sobre os cuidados com a natureza; adultos vão ao supermercado, trocam sacolas plásticas por sacos de papel, mas logo reduzem a discussão a respeito da preservação do planeta a uma briga sobre preferências por times de futebol.

3 Ou seja, a nova geração já pôs em prática a visão de mundo inspirada no uso racional dos recursos naturais, enquanto na cabeça das autoridades, a quem cabe transformar esses conceitos em regulação, atitudes e políticas públicas, ainda prevalece o estatuto da velha economia. Nem a crise que desorganiza as finanças e a governança global tem sido capaz de sensibilizar líderes de nações com papel definitivo nesse processo, como os Estados Unidos e a Inglaterra, a tomar medidas destinadas a promover as mudanças indispensáveis.

4 A revista *DARCY* perguntou, então, aos estudiosos da UnB que participaram com suas pesquisas da Rio+20, o que fazer para nos aproximarmos mais rapidamente desse amanhã, refletido na agenda da reunião mundial. Também

foi atrás de pesquisas, histórias e propostas que já fazem parte do mundo regido pela boa prática da sustentabilidade. As respostas estão no dossiê *A Terra das Crianças*, de 17 páginas, a partir da página 31.

5 No Córrego do Meio, vizinha a Sobradinho, bem perto da Esplanada dos Ministérios, encontramos Flávio Paulo Pereira, autor de um bem sucedido método de alfabetizar e ensinar números que toma emprestado material didático gerado pela natureza, a partir do nome de árvores típicas da região Centro-Oeste – **A** de Articum, **B** de Barbatimão, **C** de Caliandra. A cartilha se chama ABCerrado e a “taboada”, Matomática. Professor de uma escola localizada na área rural, “Pau-Pereira” e sua turma percorrem trilhas e às vezes têm aula ao ar livre, em contato direto com a terra, as plantas, riachos. É muito interessante.

6 No asfalto, tivemos uma conversa apaixonante com duas educadoras formadas pela Universidade de Brasília que se dedicam a produzir conteúdos criativos para aproximar as novas gerações do debate sobre a vida dos bichos, a economia verde e os fenômenos climáticos. Trata-se de uma nobre missão, apoiada em técnicas de jogos infantis e recursos digitais. Quando, daqui a 10, 20 anos, esses alunos estiverem na cabine do piloto, como gestores do país mais rico do mundo em recursos naturais, seguramente eles serão mais aptos para agir.

7 No século passado, especulava-se que no futuro – onde estamos hoje – só haveria ciência. A religião, com suas exigências de fé, teria sido ultrapassada por fatos decorrentes dos saltos tecnológicos que alimentam a História. Previsão ligeira. A paixão que a abordagem da sustentabilidade suscita tem o dom de interditar as atitudes racionais. Visão conservadora prejudicial a todos. Às cidades, à energia, à biodiversidade. Principalmente aos homens e, entre esses, aos mais pobres. Boa leitura! 

Ana Beatriz Magno e José Negreiros

Nesse editorial, com a ocasião da reunião Rio+20, que congregou representantes de nações de todo o mundo no Rio de Janeiro para discutir o tema do meio ambiente, a preservação

é o assunto principal. Os primeiros parágrafos não fazem conexão com a instituição ou o campo científico, mas servem como introdução para apontar que os estudiosos da Universidade de Brasília participaram do evento não apenas como ouvintes, mas com apresentação de estudos, ou seja, como especialistas com direito privilegiado de tratar do assunto num momento marcado pela reunião de personagens influentes, o que significa também o acesso a eles concedido para participar de um ritual específico para tratar desse assunto.

Analisando o que nos diz o par. 4, o fato de jornalistas procurarem respostas perguntando “aos estudiosos da UnB que participaram com suas pesquisas da Rio+20” sobre “o que fazer para nos aproximarmos mais rapidamente desse amanhã refletido na agenda da reunião mundial”, podemos pressupor a intenção de indicar que esses cientistas possuem respostas sobre um futuro melhor, reforço da ideia de uma ciência ligada ao futuro e que atua para o progresso. Além disso, a utilização do termo “mundial” para caracterizar o evento valoriza o encontro e, portanto, adiciona importância aos profissionais da instituição. Esses profissionais consultados tinham conhecimento suficiente para garantir as respostas, e com elas foi elaborado um dossiê cujo título, *A Terra das Crianças* (p. 4), remete-nos a associações comuns com a infância tais quais: a ideia de preservação do meio ambiente para a garantia da qualidade de vida das futuras gerações, de um futuro melhor que se deseja deixar para elas e de pessoas inocentes que tendem a imaginar o porvir sempre de maneira positiva e feliz, sem planejá-lo com maldade ou destruição. Dessa forma, as respostas e sugestões dos pesquisadores da UnB seriam capazes de realizar esse amanhã melhor conforme os desejos de uma criança.

Mais adiante, o par. 6 trata de educadoras formadas pela universidade que trabalham com crianças e se dedicam a produzir conteúdos que as levem a debater sobre “a vida dos bichos, a economia verde e os fenômenos climáticos”, dando-nos a ideia de que há um trabalho voltado para o melhoramento do futuro, ainda mais porque se aponta que esses alunos, quando adultos, “serão mais aptos para agir”. Tais assuntos remetem a assuntos da biologia, economia, geografia e sustentabilidade, que, além de ligadas a disciplinas acadêmicas, são tema da semana de C&T da UnB (sustentabilidade, economia verde e erradicação da pobreza), que aconteceu em outubro do mesmo ano. A essas profissionais estão associadas palavras como “dedicam”, “produzir” e

“nobre missão” (par. 6), que induz à ideia de se tratar de profissionais engajadas nas melhorias propostas. Também se menciona que sua “missão” (ideia de compromisso) está “apoiada em técnicas” (par. 6). Temos aí uma ligação com o campo de ciência e tecnologia.

O parágrafo seguinte se inicia com: “No século passado, especulava-se que no futuro — onde estamos hoje — só haveria ciência” e continua apontando para a crença de que os saltos tecnológicos que alimentam a história seriam destruidores da fé e que ciência e sustentabilidade seriam contrárias uma à outra. Esta edição tem a intenção de mostrar que, ao contrário do que se especulava, há pesquisas científicas que se desenvolvem no âmbito da UnB que quebram essa “visão conservadora” e que não se afasta da “paixão” pela preservação das cidades, da energia, da biodiversidade e do homem, sendo ela, pelo contrário, útil para mantê-los.

12 - Editorial de agosto e setembro de 2012: Bem-vindo ao clube, Darcyzinho!

BENVINDO AO CLUBE, DARCYZINHO!

Ana Beatriz Magno e José Negreiros

“Eu me fiz comendo papel”

1 Como terá sido o menino Darcy Ribeiro? Apesar da vida e obra transparentes que teve, cedo ele virou lenda. Sabe-se muito de suas inquietações intelectuais e um nadinha da infância em Montes Claros – seis páginas em *Confissões*, de 1997, seu último livro. Darcyzinho era assim: “Ali pelos catorze anos deu-se a virada, fiquei besta. Dei de ler. Li todos os romances que rodavam pela cidade de mão em mão, inclusive alguns com assinatura de meu pai”, conta o inquieto primeiro reitor da UnB.

2 Ou seja, ele gostava de brincar de gente grande, como toda criança: “Larguei a meninada, só queria saber de leitura, falar com adultos, de ver jogar xadrez e de mal jogar. Na época em que a garotada namorava e dançava, caí nesse intelectualismo”. A lembrança nos inspirou o lançamento do DARCYZINHO, “gibi” de ciência para crianças, uma ideia que nasceu junto com DARCY, a revista, e aguardava apenas uma oportunidade para mostrar-se.

3 Para produzir o conteúdo, convidamos a bióloga Nurit Bensusan, autora de três livros e sete jogos de cartas para a turminha que acaba de entrar no mundo das letras. O Grande Circular, time de designers parceiros, ocupou-se do projeto gráfico, revelando a UnB para aqueles que se preparam para frequentar nossos campi. Em obediência à nova Lei de Cotas, 50% desses alunos virão obrigatoriamente da rede pública do ensino médio do Distrito Federal, um universo de 82 mil leitores potenciais da DARCY. É com a emoção descrita pelo revolucionário antropólogo em suas confissões que entregamos o nº 1 de DARCYZINHO, pronto para tornar-se uma celebridade na 9ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, de 15 a 21 de outubro.

4 Vem com mais um brinde aos nossos leitores: um dossiê dedicado

a colecionadores. Tem 27 páginas com seis reportagens sobre a contribuição da UnB à sustentabilidade, economia verde e erradicação da pobreza, a agenda da semana de C&T.

5 Outra contribuição deste nº 12 é a reportagem de Naiara Leão, “A Nanoguerra Contra o Câncer”. Constata a repórter: “Felizmente parece ter chegado a hora de entregar parte da mercadoria, quase ficção, encomendada há 30 anos no campo da nanotecnologia. No Instituto de Ciências Biológicas (IB) da UnB, a doutoranda Simone Karst obteve resultado extraordinário no tratamento do câncer de pele com a aplicação de remédio manipulado, na forma de partículas submicroscópicas.

6 Para que Simone pudesse completar esse percurso estratégico, foi preciso muito mais do que agitar gordura e água num becker. Desde 1997, a plataforma de testes do IB vem adquirindo projeção internacional, especialmente no capítulo sobre toxicologia, um dos mais sensíveis, no qual atua a pesquisadora Zulmira Lacava, orientadora da tese. Por meio de ampla rede de troca de dados, parceria empresarial, seminários no exterior e horas de experiência *in situ*, o instituto alcançou autêntica certificação em tratamento com nanopartículas.

7 No Brasil, três universidades – entre elas a UnB, com generoso orçamento de R\$ 9 milhões –, 50 projetos, algumas patentes já registradas e uma firma que está produzindo industrialmente desenvolvem moderno padrão de fazer ciência. Nesses segmentos e em outros, a UnB domina a cadeia do conhecimento e está apta não apenas a participar, como também a competir no mundo da alta tecnologia. ■

PS: DARCYZINHO é ideia de Bia, coautora desta carta (JN).

O início deste editorial trata da vida de Darcy Ribeiro em sua infância, numa tentativa de associar a imagem pretendida da instituição à do seu primeiro reitor: um sujeito descrito como inquieto intelectualmente. No entanto, não faremos uma análise mais detalhada desse trecho por não estar ligado à divulgação científica. Basta-nos apontar que uma rotina relacionada aos estudos, à leitura e à intelectualidade é fortemente atribuída a ele.

A partir do segundo parágrafo, o sentido é de que à ciência é outorgada importância tal que a ela é dedicada mais um veículo. Dessa vez, a instituição mostra-se preocupada em levar esse tipo de saber para as crianças, visto que Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor, fora um leitor voraz na infância (“A lembrança nos inspirou o lançamento da *Darcyzinho*”, par. 2).

A pessoa de quem se fala no par. 3, Nurit Bensusan, é mestre em Ecologia pela UnB, defendeu seu doutorado em Educação na instituição em 2012 e sobre ela são realçados os fatos de que é “autora de três livros e sete jogos de cartas para a turminha que acaba de entrar no mundo das letras” (par. 3), inclinando o interlocutor a pensá-la como bióloga engajada com o ensino lúdico voltado para crianças, com publicações na área que agregam valor de verdade e qualidade à publicação infantil (*Darcyzinho*). A notícia do lançamento da revista infantil é motivo também para publicizar a 9ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, evento de divulgação científica da instituição, que então se coloca, mais ainda, disposta a comunicar ao público não especializado sobre pesquisas científicas. O parágrafo seguinte (par. 4) evidencia “a contribuição da UnB à sustentabilidade, economia verde e erradicação da pobreza”, aproveitando o ensejo para anunciar o tema do evento e dando *status* utilitarista e benfeitor aos estudos que realiza. Como observamos na análise do editorial anterior, a infância e esses temas são, por diversas vezes, intimamente ligados.

O trabalho dos cientistas da instituição é tema dos parágrafos seguintes, que nos levam a pensar que há 30 anos se esperava um resultado no campo da nanotecnologia, uma conclusão tão fantástica que é comparada à “ficção científica” (par. 5), e que a UnB agora possui. Uma doutoranda com estudos na instituição “obteve resultado extraordinário no tratamento do câncer de pele” e, conforme já mencionamos, o tratamento do câncer é tema de constante interesse da sociedade. Sua pesquisa, ao contrário do saber adquirido pelo senso comum, por exemplo, exigiu

um “percurso estratégico” (par. 6) e uma investigação complexa, na qual “foi preciso muito mais do que agitar gordura e água num becker” (par. 6; trecho que se aproveita de imagem ligada ao estereótipo dos cientistas) e necessitou de “horas de experiência *in situ*” (par. 6), associando-a a um fazer complexo. O apontamento de que “desde 1997, a plataforma de testes do IB vem adquirindo projeção internacional” (par. 6) leva o leitor a vincular um *status* elevado para o instituto, que a revista mostra ser amplamente reconhecido pela comunidade científica de todo o mundo, que lhe conferiu “autêntica certificação em tratamento com nanopartículas” (par. 6). Esse último excerto também produz o sentido de posse de saber verdadeiro, pois há “certificação” (creditação pela sociedade científica) “autêntica” (na qual se pode acreditar).

O sentido de que há engajamento de um grupo ligado à sociedade científica e à econômica que acredita na grandeza do trabalho realizado na UnB — que, como aponta o texto, não é formada por poucos — é produzido ao se mencionar que este se realizou graças a “ampla rede de troca de dados, parceria empresarial, seminários no exterior” (par. 6)

Por fim, destacamos a “generosidade” do orçamento dispensado à ciência mencionada no par. 7, valor que somente três universidades no Brasil (par. 7) dispensam para a ciência, ligada à ideia de desenvolvimento de um “moderno padrão de fazer ciência”, reforçando a ideia exposta em editorial passado que coloca a UnB na vanguarda do conhecimento, ainda mais quando se lê: “Nesses segmentos e em outros, a UnB domina a cadeia do conhecimento” (novamente interditando as outras formas de conhecimento e validando apenas o científico). Também se pretende convencer o leitor de que há muitos projetos sendo desenvolvidos, com resultados novos e originais e que geram retornos financeiros, com sucesso no mercado — vide os trechos “50 projetos, algumas patentes já registradas e uma firma que está produzindo industrialmente” e “está (a UnB) apta não apenas a participar, como também a competir no mundo da alta tecnologia” (par. 7).

Sigamos para os elementos que podemos encontrar em comum em todos os editoriais ou em muitos deles. Iniciamos por apontar que nesse gênero, ainda que por vezes os textos que a ele pertençam possam ser anônimos, como uma espécie de texto representativo de toda a equipe da

redação, na revista *Darcy* são assinados pelos editores. Nesse caso, cumprindo sua função de assessores de comunicação organizacional, são os responsáveis por disseminar, além da opinião da equipe, um posicionamento da própria instituição e, assim, da comunidade científica que lhes serve como fonte, dando ao autor uma característica peculiar: trata-se de um caso de *hiperenunciação*, definição de Maingueneau (2005) para eventos em que o locutor é um veículo para um discurso que, na verdade, vem carregado de sentido emanado de fato por um sujeito alheio que lhe atravessa o texto. No caso analisado, esse sujeito explícito são os editores, que se colocam na posição de jornalistas produtores de divulgação científica e discorrem sobre a edição para o leitor. No entanto, esses o fazem como assessores de comunicação: a UnB e a comunidade científica falam por meio do editor/assessor de comunicação, que toma a palavra para reproduzir suas ideologias. Há então mais de um enunciador — o editor, explícito, e a universidade e os cientistas, implícitos — que se apresenta simultaneamente.

Ainda sobre o autor, utilizando as definições de Charaudeau (2012) sobre os tipos de narradores possíveis em um discurso de acordo com sua posição social, é possível classificá-lo de formas diferentes. Sobre o jornalista (explícito) podemos dizer que “o informador possui notoriedade” (p. 52). Dele se exige que as informações de utilidade pública sejam todas expostas e ele é digno de fé. Denominando-se editor e discursando com um, ele recebe credibilidade e notoriedade devido a sua função, à qual historicamente a sociedade associou valores como responsabilidade para com a notícia e seriedade na escolha e transmissão de informações importantes, visando ao bem da comunidade. Ainda assim, aponta Charaudeau (2012), esse tipo de enunciador não está livre de serem-lhe atribuídas intenções manipuladoras.

No Capítulo 1 discutimos sobre os meios de comunicação de massa e os informadores, no que foram citados os jornalistas, que se colocam, no caso dos textos analisados, como simples mediadores entre o público e a comunidade acadêmica e suas pesquisas, sendo eles então testemunhas (CHARAUDEAU, 2012). Assim também são os cientistas, se tomados como autores (implícitos), pois não baseiam seu discurso em crenças, sendo que, após realizarem seus estudos e conseguirem os dados que publicaram, tendo como alicerce a metodologia científica, passam a ser simples relatores de fatos.

Se tomarmos a UnB como enunciadora (implícita), ela é classificada como “informadora especializada” (CHARAUDEAU 2012, p. 53), menos suspeita de estratégias manipuladoras.

É claro que todo organismo especializado é suscetível de tirar benefícios de sua atividade, mas por sua finalidade e instaurar-se como lugar patrimonial, isto é, como lugar-espelho das produções da sociedade para a própria sociedade (...), a informação que colocam à disposição (...) apresenta-se como digna de fé. (CHARAUDEAU, 2012, P. 53)

Ainda com vistas a tratar do autor, nossas análises nos permitem perceber que foram elididos sinais de intenções de cunho pessoal do cientista e/ou institucionais. “A informação é dada como *evidente* (...). Essa posição de apagamento do sujeito e de aparente neutralidade do engajamento produz efeito de objetivação e de autenticação” (Charaudeau, 2012, p. 54). A verdade científica que se apresenta é pertencente a ela mesma porque não depende, aparentemente, do autor e de suas preferências. Mas o autor jornalista, por sua vez, “explicita seu engajamento sob o modo da *convicção* afirmando a confiança que deposita em sua fonte” (CHARAUDEAU, 2012, p. 54. Grifos do autor), evidenciando constantemente a importância dada às pesquisas e à universidade pela comunidade científica.

A respeito de questionamentos colocados no primeiro capítulo, tendo como base os estudos de Charaudeau (2012), podemos afirmar que o voluntarismo da publicação de informações sobre o que é considerado como “o” saber pelos jornalistas da revista está ligado à construção de uma imagem de virtude para si.

Levando em consideração os mecanismos de controle do discurso materializados nos textos, é possível classificá-los como “comentário” (FOUCAULT, 2012b), pois o que vemos nos textos em questão é justamente a reutilização do discurso científico pairando sobre o discurso jornalístico, que diz, finalmente, algo além do seu sentido oculto (FOUCAULT, 2012b). Neste caso, “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento da sua volta” (p. 25). Este acontecimento, por sua vez, é o que definimos anteriormente como profanação.

Observamos que, enquanto o discurso científico oculta seu sujeito, que “enuncia de outro lugar, postando-se numa outra perspectiva, seja a da impessoalidade em busca de uma objetivação dos fatos ou de um apagamento da responsabilidade pela enunciação” (BRANDÃO,

2012, p. 57, 58), os editoriais não só deixam evidentes as marcas dos sujeitos que discursam como também os nomeiam, nomeando também os cientistas que figuram como fonte.

Outra característica que é inerente ao discurso jornalístico é que ele, como todos, é adaptado ao “outro”, sendo que este “envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já construídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo)” (BRANDÃO, 2012, p. 59). Formado pelo público não especializado, o “outro” exige a fuga da gramática elaborada pelo campo científico para a abordagem de temas ligados a essa área do saber.

Os textos apresentam claramente o entrelaçamento de expressões ligadas aos campos midiático e acadêmico, a exemplo dos termos ligados ao campo científico e ao estereótipo do cientista presentes nos textos, tais quais *historiador, antropólogo, neurocientista e químico*, os recorrentes termos *laboratório e academia*, os verbos *inventar, desenvolver, criar, descobrir, concluir, estudar* em suas conjugações, as palavras *conhecimento, pesquisa(s), pesquisador(es), desenvolvimento, descoberta(s), mestre, mestrado, dissertação, doutor, tese, instrumentos, ciência e cientista(s), estudo(s), estudiosos, ensino, teoria, método, inventos, especialista(s), resultados, mesas-redondas, palestras, inovação, seminários, conferências, publicações, projeto(s), biodiversidade, racional, intelectuais e intelectualismo, espécie* (ligada à classificação científica dos seres vivos), *DNA, minério, nanotecnologia, becker, nanopartículas, ecossistema*, expressões como *mecanismo de transmissão genética, inovação tecnológica, funcionamento do cérebro, lançamentos de livros, fabricação de remédios, invenção de medicamentos, avanços de ciência e tecnologia, estimulação transcraniana, propriedades bioativas, suas bancadas, seus computadores, seus trabalhos de campo, partículas submicroscópicas, percurso estratégico, plataforma de testes, cadeia do conhecimento* e ações como *identificou uma espécie de DNA, criou um método, combatam o câncer, estuda a construção das memórias, busca tratamentos para distúrbios cerebrais, desenvolver metodologia, desenvolvem moderno padrão de fazer ciência*, além dos nomes de prédios, faculdades e institutos da Universidade de Brasília, que, pela constante alusão ao discurso científico, servem como fortalecedores da imagem ligada à ciência como conhecimento e da instituição como ligada à ciência.

As formas de organização e exclusão do discurso podem ser percebidas em todos os textos editoriais acima. Percebe-se neles a influência da organização do discurso científico em disciplinas, pois essas permeiam todos os textos para apontar os ramos da ciência em que os jornalistas encontraram as informações fornecidas nas matérias, como se a validação fosse concedida pela verdade conferida a essas ramificações do conhecimento acadêmico. Uma disciplina é, inclusive, título de uma seção da revista (*Arqueologia de uma ideia*, citada no Editorial 2).

Os lugares de fala e recepção imaginados pela redação e a instituição (partes do hiperenunciador) para a comunidade acadêmica e o público podem ser percebidos. Notemos:

No discurso, as relações entre esses lugares objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (BRANDÃO, 2012, p. 44)

Dado o direito privilegiado ao se priorizar os cientistas e professores da universidade como fontes de informações, podemos inferir que há uma hierarquização subliminar que reforça um posicionamento diferente entre os cientistas e o público leitor, não especializado, colocando o primeiro em superioridade quanto à posse de saber. Os constantes elogios à comunidade acadêmica nos levam a pensá-la como o “sujeito que deve iluminar o leigo⁴², que é subjugado a uma posição inferior” (FLORES; GOMES, p. 202). Como vemos, a noção de direito privilegiado é também atribuída aos jornalistas, pois são constantemente apontados como profissionais especializados em realizar o trabalho constantemente descrito como árduo de levar a notícia ao público após a transformação do discurso científico em texto midiático. Ou seja, o cientista é a fonte da informação, que, por isso, possui o direito privilegiado de falar sobre ciência, e o jornalista tem o direito de usar a mídia para comunicar, assim como está autorizado também a falar desse conhecimento devido a sua especialização.

⁴² Nesta passagem, Flores e Gomes usam a expressão “leigo” para designar o indivíduo não especializado nas disciplinas da ciência.

A expressão de uma vontade de verdade, além daquelas apontadas ao longo das análises individuais, fica por conta da citação dos nomes dos diversos cientistas que produzem pesquisas na instituição e são fonte de informações: “A presença numerosa de nomes de prestígio empresta ao discurso da divulgação um ‘efeito de real’ do discurso da ciência, ao mesmo tempo em que lhe assegura a autoridade e a seriedade da voz que diz a verdade” (ZAMBONI, 2001, p. 52). O mesmo podemos pensar da citação dos nomes dos jornalistas que trabalharam para a publicação desta edição. Trata-se de explicitar o responsável, como que sem temor quanto ao resultado da obra.

Também é comum encontrarmos nos textos menções de pesquisas que reconstituem o passado, mas não sem posteriormente relacioná-los com o presente e/ou o futuro, como a que “vasculha o passado” e nos permite “compreender nossa herança cultural” (Editorial 2, par. 3). A ciência, neste caso, está para dar resposta sobre o desconhecido, fazendo, inclusive, ligações que antes não se imaginavam para obter as explicações para o presente: entre a música e a matemática, por exemplo. No editorial 3 (par. 6), conta-se de uma “reprodução dos desenhos castigados pelo amarelar do tempo”. No entanto, mais adiante essa imagem de uma instituição que trabalha o passado é colocada em par com a imagem de uma instituição e de uma revista que são visionários do futuro. Na edição 5, os editores falam de um dossiê que trata de “revelar as mais recentes descobertas” de um professor de economia que atua na instituição há quase 30 anos (desde 1971). O remonte do passado foi feito sobre 4.000 documentos do século XIX e o trabalho sobre o passado gerou uma conclusão que muda a forma como aprendemos sobre a escravidão brasileira, insinuando que as informações sobre esse período da história do Brasil passadas em sala de aula aos estudantes ainda na escola mudarão de agora em diante. Em outros casos, a inclinação sobre o passado serve para produzir resultados que podem mudar o que entendíamos sobre ele.

ENTENDIMENTOS E DESFECHO

A presente dissertação de mestrado constitui um estudo acerca do discurso de divulgação científica que nos trouxe resultados surpreendentes. Não se pretende com ela negar os benefícios da divulgação científica para a sociedade, mas mostrar outra possibilidade, outro sentido que esse discurso apresenta. O trabalho desvia da ideia da concessão de informação para benefício do público, versão que é comumente difundida nos livros e estudos sobre esse gênero textual, e rumo para encontrar seu benefício para a instituição, que pode lançar mão da divulgação científica como recurso em seu proveito. Destarte, o presente trabalho aponta para a necessidade de interação entre diversos campos: “Todas as áreas e setores da sociedade passaram a desenvolver práticas e reflexões sobre sua interação com as demais áreas e setores, testando possibilidades e inventando processos interacionais para participar segundo suas próprias perspectivas e interesses” (BRAGA, 2012, p. 37) e discute acerca da DC como atividade da própria instituição pesquisadora, presente na revista *Darcy*, um periódico publicado por universidade brasileira de proeminência com o intuito declarado de efetivar essa interação.

Essa visão que se apresenta não é a mesma que se projetou para a pesquisa. Conquanto a DC possua essa característica de empoderar a sociedade, e seu estudo sobre essa característica seja abundante, a ideia inicial modificou-se após contato com novas literaturas e, por conseguinte, novas noções: “à medida que o indivíduo vai lendo sobre o assunto de seu interesse, começa a identificar conceitos que se relacionam até chegar a uma formulação objetiva e clara do problema que irá investigar” (STUMPF, 2010, p. 53). Os rumos trilhados nos levaram a perceber progressivamente uma nova possibilidade, que é apresentada neste trabalho.

A análise de um discurso de profanação aparecia com o intuito de compreender como ele agiria no sentido de servir a uma instituição provavelmente preocupada em cumprir sua função social de educadora e de instituição pública que é (e, portanto, do povo), ainda que não intencionalmente (afinal, o sentido dos discursos por vezes escapa à vontade do seu autor e produz sentido pelo contexto em que se insere). Contudo, nossos estudos nos levaram a perceber

outra característica imanente nos textos da revista *Darcy*.

O campo científico, que é alicerce para o discurso analisado — juntamente com o midiático — mostra-se conflituoso interna e externamente, e as relações estudadas para a construção de um discurso de verdade levam a presumir uma possível intenção em se aproximar de outro discurso ao qual se conferiu (e a ele ainda é conferida) a responsabilidade por anunciar fatos igualmente tidos como verdadeiros.

O estudo sobre os dispositivos permite a compreensão da rede em que se insere a ciência, rede que se espraia para englobar também instituições de ensino superior e pesquisa e chega a envolver a mídia. O veículo revista, midiaticizador de discursos, é, então, parte dessa malha, e seu editorial, dotado de ideias de hierarquia de saber — e, portanto, de poder —, é propagador de sentidos.

Observações sobre a vontade de verdade buscada pelos discursos de conhecimento e o exame da história de constituição do discurso científico levaram-nos a pensar que este não teria somente a intenção de levar a humanidade a conhecer da realidade, mas, sim, objetivos que vão para além de um saber disseminado visando ao bem-estar social. O trabalho abriu-nos portas para percebermos a existência de uma sociedade exclusivista, que, em tornando seu discurso esotérico, conquista decerto poder pela autorização que passa a ter de discursar, resultado de direitos concedidos a seus membros pela sociedade, mas que atualmente tende a envolver-se no sentido inverso.

Primeiro, pensamos o conceito de profanação associada a esse empoderamento da comunidade não especializada. Ele foi mantido, afinal, o descerramento desse discurso velado e sua cessão àqueles a quem antes não havia sido outorgado acesso, a desobediência à gramática que lhe foi dada como própria, é, como descrevemos, ainda uma profanação e, debruçando-nos sobre nosso objeto, pudemos reforçar a intenção de restituir ao uso comum aquilo que, por meio de mecanismos de interdição e reforço, foi segregado. No entanto, partindo do reconhecimento de que o autor é, ao mesmo tempo, interno e externo ao texto, sendo ele também contexto, entende-se que, independente do intuito de fato que poderia ter o autor, o discurso de divulgação científica produz também outro sentido e acaba por validar esse discurso primeiro, que é

profanado e, com isso, valida também a principal instituição que o produz.

Se a comunicação e a difusão científica não necessitam fazer concessões em seu discurso para que possam circular, visto que têm foco nos especialistas, a divulgação científica, por sua vez, negocia com o público não especializado suas formações discursivas, mirando seus objetivos de emissão de informação, negociando também com as normas da redação jornalística e da linha editorial da revista em questão.

Sobre a escolha do veículo, concluímos que a revista de divulgação científica, pelo seu poder de penetração no público não especializado, maior que a penetração de trabalhos científicos, pode aproximar leitores e instituição de forma a falar-lhes com mais afinidade e produzir sentido sobre as “vantagens” que a manutenção das pesquisas e da própria instituição vem trazer. Além disso, ainda que seu texto seja, ao contrário do discurso esotérico da ciência, aproximado do discurso do senso comum, goza de autoridade historicamente creditada à sociedade do discurso que se tornou a ciência e à mídia como principal informadora da sociedade.

Em comum, o discurso científico e o informativo da mídia possuem a “problemática da *prova*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 61. Grifo do autor). O primeiro comprova sua pretensa verdade com o uso de elementos lógicos racionais, mas não possui interesse em elaborar seu texto de forma a cativar o enunciatário. O segundo certifica a veracidade de suas informações ao enunciar suas constatações, utilizar-se de testemunhos, reconstituindo e descrevendo os fatos. Para isso, leva em conta uma dissimetria imaginada entre o autor, de posse de informações, e o receptor, ignorante destas.

Vemos em nossas análises que essa imagem construída do outro trata de um leitor desconhecedor que necessita dos serviços oferecidos pela universidade no sentido de pesquisar para o seu desenvolvimento e, também, de informá-lo por meio de discurso mediatizado, ainda que o emissor não saiba o conteúdo do conhecimento de seu destinatário. Existe tanto a construção do sentido de que o destinatário não pode ter compreensão daquilo que se faz na universidade, tamanha sua complexidade, como de que essa produção é benéfica à sociedade não especializada, que pode levá-la a optar pela manutenção dos investimentos na instituição.

É primordial ressaltar a importância da difusão de uma hegemonia acadêmica em meio aos dispositivos que produzem a ciência, bem como desta como saber superior, no intuito de ter a sociedade como aliada de suas ideias e de conseguir com maior eficácia a persuasão da sociedade para a continuidade ou até o incremento dos investimentos destinados a essas organizações. Também faz-se importante destacar os apontamentos realizados sobre a difusão da hegemonia acadêmica, necessária em discurso, que deve observar, numa sociedade que busca a participação popular, a importância de manter uma imagem de pouco autoritarismo e baixo poder. Neste sentido, a atmosfera amigável da publicação e a linguagem jornalística, familiar e cotidiana, denotariam similaridade para com o público externo à academia.

As aparências da liderança democrática deverão ser mantidas, mas com o tempo o esnobismo não se tornará oficial e a massa da população, surpresa, não será levada ao seu lugar apropriado? (...) A retórica liberal — como manto para o verdadeiro poder — e a celebridade profissional — como uma distração de *status* — permitem à elite do poder manter-se, convenientemente, fora das luzes da ribalta. Não é certo, de forma alguma, nesta conjuntura histórica, que a elite não esteja satisfeita em não ser célebre. (MILLS, 1981, p. 110)

Este estudo permite perceber que é possível aliar o poder de persuasão pertencente ao gênero jornalístico e a confiança dedicada *a priori* aos jornalistas à credibilidade que a academia possui, por fazer parte da elite epistemológica vigente, para que a comunicação organizacional cumpra sua tarefa de manter a imagem institucional em posição de destaque, servindo como ferramenta, inclusive, para o contorno de crises. A DC como é feita na atualidade é o espelho de uma sociedade restrita que produz conhecimento de acordo com o saber hegemônico e que, resguardada por uma instituição detentora de saber-poder, produz sentido que legitima a ciência moderna e as instituições que dela se ocupam.

Nosso *corpus*, os editoriais da *Darcy*, é capaz de nos conduzir pela busca de sentidos emanados pela mídia que se propõe a resguardar a imagem institucional. Os editoriais se caracterizam pela manutenção do caráter dialogal da interação natural melhor que nenhum outro tipo de texto midiático (BOLÍVAR, 1997) e, por isso, levam o leitor a recorrer constantemente a esquemas de interpretação já fixados na conversa cotidiana. Inferimos então que o discurso noticioso em veículo midiático possibilita à Universidade de Brasília aproximar-se do público

que lhe paga as contas: a sociedade interna e externa aos muros da instituição, pois, em se utilizando de discurso jornalístico, transforma as informações cerradas no discurso acadêmico em elementos de uma comunicação de fato social. Desta forma, não somente a DC reformula a gramática, como também sentidos do discurso científico, resultando em um *comentário*. A comunicação organizacional é ponte entre público interno e externo e uma das chaves para que a imagem da instituição quando divulga ciência seja de caridosa, altruísta, pois compartilha todo o saber que possui com a sociedade não especializada.

Primeiro, porque é um informador aparentemente voluntário. O formato jornalístico dá-se devido a características do veículo (revista), da distribuição (público externo), da diagramação e da linguagem (jornalística) que nos levam constantemente a associar o autor à imprensa desvinculada de organizações, o que tende a encobrir sua característica de hiperenunciação. Destarte, pode haver esquecimento por parte do leitor sobre a elaboração do texto por uma unidade de comunicação institucional, cujo objetivo do trabalho se volta para atender às necessidades de comunicação do próprio órgão do qual faz parte (a universidade). A ocultação do discurso da universidade — bem como da comunidade acadêmica a ela relacionada — que atravessa o discurso dos editores também produz sentido, pois o prestígio dispensado ao jornalismo de que a instituição lança mão propicia o atravessamento da ideologia organizacional e dissimula qualquer intenção propagandística.

Esse autor oculto também é contexto e, analisando com mais cautela os textos, a fim de que ele possa ser percebido, como foi feito neste trabalho, é possível ver que está ligado à crise pela qual a universidade passou pouco antes da criação da revista, e que age em interesse da reformulação da sua imagem. O *corpus* nos mostra que os primeiros editoriais de *Darcy* versavam com mais veemência sobre as pesquisas da UnB e exaltavam a ciência em detrimento do senso comum. Com o passar do tempo e o distanciamento do fato, foi-se afrouxando esse tema, e outros, como projetos de extensão e personagens de fora da instituição, passaram a figurar nos editoriais, e a religião e o senso comum passam a ser reconhecidos também como fonte de verdade, ainda que com sutileza.

Mesmo assim, é notável a constante vontade de associação entre a Universidade de Brasília e o saber científico. A comparação do saber proveniente do senso comum com disciplinas, consideradas complexas, dos cientistas com aqueles que estão “fora dos laboratórios”, leva a pensar numa tendência a demonstrar que a universidade produz saber intrincado, numa tentativa de, assim, atribuir-lhe valor. A noção de altruísmo decorre também, então, da imagem mental que se forma para retratar a instituição de pesquisa e a comunidade que a compõe como elaboradores de benefícios para a sociedade. A ciência utilitarista de Descartes, sobre a qual a dissertação trata, em especial no seu segundo capítulo, é evidente nos textos. Há um constante apontamento das influências que os resultados de pesquisas realizadas na UnB terão sobre as práticas cotidianas da sociedade, sua saúde e seu bem-estar.

Os estereótipos, para isso, são por vezes convencionalmente utilizados. O reforço da ideia de trabalhos dentro de laboratórios e associações com disciplinas e tecnologia é constante, bem como a de descobridores de novas formas de pensar assuntos como o cérebro e a saúde. No entanto, vê-se que a associação com falta de dinamismo e isolamento, também comum ao estereótipo do cientista, é reiteradamente contraposta com a construção de personagens pesquisadores dinâmicos, bravos, empreendedores de aventuras.

A imagem universitária trabalhada também é a de que se constitui em um espaço dinâmico e agradável, de vanguarda do pensamento e do conhecimento, informações recorrentes nos editoriais. Indica-se, também, que é instituição autônoma e independente de influências políticas e “dos poderosos” (particularidade apontada no editorial 6), o que, diante dos nossos estudos acerca dos dispositivos, sabemos que seria impossível.

Mas, principalmente, vemos nos textos, se voltarmos nossos olhares para a produção dos sentidos que emanam de uma assessoria de comunicação, a aceitação tácita e exclusiva da ciência como “o” conhecimento válido e da universidade como “casa do saber”, significando que “o” saber (como se só houvesse um) ocupa e pertence a essa instituição. O discurso de DC une a verdade científica dada historicamente ao poder da mídia de penetração, bem como sua característica de autenticidade dos fatos que transmite para ter *status* de disseminador de verdade.

Assim, percebemos que há uma vontade de verdade latente, que busca ser autenticada pelo uso de um veículo que se aproxima do jornalismo, mas que é elaborado pela própria instituição. Nos editoriais de *Darcy*, o discurso de profanação enaltece a instituição ao convocar o cientista como fonte, atribuindo-lhe *status* de enunciador de informações verdadeiras, e realiza um constante elogio, que permeia todos os textos, ao apontar as dificuldades e o afincamento na produção de cada edição.

Sabemos que esta pesquisa não encerra em si todas as observações possíveis sobre o discurso do veículo analisado e sabemos que há ainda muito a ser explorado, mas também acreditamos de que há nela uma contribuição para se pensar a análise do discurso de textos de divulgação científica a serviço da comunicação organizacional, e confiamos que esta dissertação pode ter como novidade essa união que propusemos entre a comunicação organizacional e a DC e esta, por sua vez, aliada às questões de saber-poder.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- _____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 96 p.
- AGUIAR, Sonia. O papel das universidades na midiática das ciências: cenários, processos e estratégias. In: FAUSTO NETO, Antonio (Org.). **Midiática da Ciência**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 15-39.
- ALBAGLI, Sarita. Divulgação Científica: informação para a cidadania? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 3, n. 25, p.396-404, set. 1996.
- ALMEIDA, Ana Luísa de Castro; PAULA, Carine Fonseca Caetano de; BASTOS, Fernanda de Oliveira Silva. Identidade, Imagem e reputação: processo de construção de sentido no contexto das organizações. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Organizacional: Linguagem, gestão e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 79-93.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ARONOWITZ, Stanley. **Science as Power: Discourse and Ideology in Modern Society**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1988.
- BACON, Francis. **Novum Organum**: Ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. Pará de Minas: Virtualbooks, 2000. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/ensinofts/cts/francis_bacon_novum_organum.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011.
- BARRETO, Vicente de Paulo. **As máscaras do poder**. São Leopoldo: Unisinos, 2012. (Coleção AI).
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, São Paulo, v. 8, n. 15, p.1-12, ago. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492>>. Acesso em: 09 dez. 2013.
- BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia Educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação Social**, Campinas, v. 30, n. 109, p.1081-1102, set. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.
- BOLÍVAR, Adriana. La negociación de la evaluación en editoriales de periódicos. **Boletín de Filología**, [s.l.], v. 36, p.7-24, jan. 1997. Disponível em:

<<http://www.boletinfilologia.uchile.cl/index.php/BDF/article/view/21479/22777>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. Tradução de: Les usages sociaux de la science: por une sociologie du champ scientifique.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu - Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BRAGA, José Luiz. Circuito versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). **Mediação e midiaticização**. Salvador: Edufba, 2012. p. 31-52. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6187/1/MIDIATIZACAO_repositorio.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 2012.

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. . **Seminário de Jornalismo Científico faz a pré-abertura da SNCT na Bahia**. 2010. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/326287.html>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil**: Aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Instituto de Pesquisas de Comunicação Jornalística e Editorial, Departamento de Jornalismo e Editora, 1988.

_____. Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma longa trajetória. In: PORTO, Cristiane de Magalhães (Org.). **Difusão e Cultura Científica**: Alguns Recortes. Salvador: Edufba, 2009. p. 113-126.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. São Paulo: Penso Editora, 2013. Cap. 7. p. 107-118.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madri, Espanha: Alianza Editorial, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHERVEL, André. L'histoire des disciplines scolaires: Réflexions sur un domaine de recherche. **Histoire de l'éducation**, França, v. 38, p.59-119, 1988. Disponível em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hedu_0221-6280_1988_num_38_1_1593>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CÍRCULO DE VIENA. **Wissenschaftliche weltanschauung: der wiener kreis**: The Scientific Conception of the World: The Vienna Circle. Viena: Asociación Ernst Mach, 1929. Disponível em: <<http://evidencebasedcryptography.org/pdfs/viennacircle.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

DESCARTES, René. **O discurso do método**: Para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Porto Alegre: L&pm, 2014. (Coleção L&pm).

ECHEVERRÍA, Leonardo. **Pela URP, UnB enfrentou maior greve de sua história**. 2010. Publicada no boletim online de notícias da Secom UnB. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4230>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. Magazine. In: ENCYCLOPÆDIA Britannica Online. Online: Encyclopædia Britannica Inc., 2014. p. 1. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/356421/magazine>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

ESPINOSA, Pastora Moreno. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del Diario El País. **Ámbitos: Revista internacional de comunicación**, Sevilla, Espanha, v. 10, n. 9, p.225-238, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.aloj.us.es/grehcco/ambitos09-10/pastora.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e organizações. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 8. p. 136-146.

FLORES, Natália Martins; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Blogs no campo científico: subjetivação e profanação. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 29, p.199-215, dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. **A Ordem do Discurso**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

_____. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012c.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP. Percepção pública da ciência e da tecnologia no Estado de São Paulo. In: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP. **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010**. São Paulo: Fapesp, 2011. p. 1-51.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: Introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1985. (Produção d).

GARCIA, Maria Manuela Alvez. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, p.64-72, maio 1996. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/414.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

GOLDACRE, Ben. **Don't dumb me down.** 2005. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2005/sep/08/badscience.research>>. Acesso em: 08 set. 2005.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na Comunicação e na Ciência Política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.49-64, jul. 2007.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. A configuração Metodológica Inicial. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V.. **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 95-98.

HEBERLÊ, Antonio. Interações possíveis na midiaticização da ciência. In: FAUSTO NETO, Antonio (Org.). **Midiaticização da ciência**: Cenários, desafios, possibilidades. Campina Grande: UEPB, 2012. p. 127-141.

HERNANDO, M. Calvo. **Periodismo científico**. Madri, Espanha: Editorial Paraninfo, 1992.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: Ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Coleção ob).

JANE, Beverley; FLEER, Marilyn; GIPPS, John. Changing children's views of science and scientists through school-based teaching. **Asia-pacific Forum On Science Learning And Teaching**, Hong Kong, v. 8, n. 1, p.1-11, jun. 2007. Disponível em: <https://www.ied.edu.hk/apfslt/v8_issue1/janfleer/>. Acesso em: 28 jun. 2014.

KELLER, Albert. **Teoria Geral do Conhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

KERSAUDY, François. A corrida pela bomba atômica. **História Viva**, São Paulo, n. 59, p.1-6, set. 2008. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_corrida_pela_bomba_atomica_imprimir.html>. Acesso em: 18 fev. 2015.

KUHN, Thomas S.. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação Organizacional**: Linguagem, gestão e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

_____. **Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEBRUN, Gerard. O conceito de paixão. In: NOVAES, Adauto. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 12-32.

LEIBRUDER, Ana Paula (Org.). O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, Helena Nagagime. **Gêneros do discurso na escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Cap. 6. p. 229-269.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p.88-95, abr. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652003000100009>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de Hiperenunciador. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v. 10, n. 10, p.75-97, jan. 2005. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1101/870>>. Acesso em: 12 dez. 13.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima. **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. 232 p. (Forum de C).

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MONTEIRO, Graça França (Org.). A Notícia Institucional. In: DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: Teoria e Técnica**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. p. 115-135.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o Passado e o presente: As visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista Acb**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.189-206, 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/432/551>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **C. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p.27-38, maio 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: BARROS, Fernando de Moraes (Org.). **Antologia de textos filosóficos**. São Paulo: Hedra, 2007. p. 23-52. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/caderno_filo.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014.

NORMAN, Jeremy. **"Relation," the First Printed European Newspaper**. 2014. Disponível em: <<http://www.historyofinformation.com/expanded.php?id=45>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Terezinha de. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.113-129, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a07>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

OPPENHEIMER, Robert. **Science and the common understanding**. Nova Iorque: Oxford Press, 1954. Texto completo em <https://archive.org/stream/scienceandthecom007308mbp#page/n9/mode/2up>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORMASTRONI, Maria Julieta Sebastiani. Trabalho extra-escolar e tempo livre. In: KREINZ, Glória; PAVAN, Crodowaldo. **Divulgação Científica: Reflexões**. São Paulo: Publicações Njr, 2003. p. 97-103.

OROSA, Berta García; GARCÍA, Xosé López; SANTORUM, Santiago Gallur. Análisis de la adaptación a la red en los editoriales on line de cinco países europeos. **Revista Latina de Comunicación Social**, La Laguna, Espanha, v. 1, n. 68, p.485-501, dez. 2013. Disponível em: http://www.revistalatinacs.org/068/paper/986_USC/20_Orosa.html. Acesso em: 11 dez. 2014.

PARRY, Roger. **A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Tradução de: The ascent of Media: from Gilgamesh to Google via Gutemberg.

PECQUERIE, Bertrand. **First newspaper dates back to 1605 (not 1609)**. 2005. Em: World Association of newspapers and news publishers. Disponível em: <http://www.editorsweblog.org/2005/03/01/first-newspaper-dates-back-to-1605-not-1609>. Acesso em: 24 nov. 2014.

PESSOA JUNIOR, Osvaldo. **A Ciência Grega**. 2000. Elaborada a partir dos livros Early Greek Science: Thales to Aristotle (1970) e Greek Science after. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/cienciagrega.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

PORTO, Cristiane Magalhães (Org.). **Difusão e Cultura Científica: Alguns Recortes**. Salvador: Ufba, 2009.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (Org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. Cap. 10. p. 353-392. Volume 3.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RICHELIEU, Cardeal Duque de. **Testamento político**. Online: Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/richelieu.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **O Pensamento Científico e a Ciência no Século XIX**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. (Volume II). Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/HISTORIA_DA_CIENCIA_VOL_II_TOM_O_II.pdf. Acesso em: 20 maio 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Henrique César da. O que é divulgação científica? **Ciência e Ensino**, Campinas, v. 1, n. 1, p.53-59, dez. 2006.

SILVA, Priscila da. **O estatuto do corpo nos dispositivos foucaultianos**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Filosofia, Filosofia, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014. Disponível em: <<http://humanas.unifesp.br/filosofia/dissertacoes-defendidas-versao-final/dissertacao-priscila-da-sil>>. Acesso em: 11 set. 2014.

SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia?** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SINGH, Ajai; SINGH, Shakuntala. What is a good editorial? **Mens Sana Monographs**, Mumbai, India, v. 4, n. 1, p.14-17, jan. 2006. Disponível em: <http://www.msmonographs.org/temp/MensSanaMonogr4114-5541578_152335.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. O cientista na animação televisiva:: discurso, poder e representações sociais. **em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.131-148, jan. 2006.

SOUZA, Artemio Reinaldo de. **Santos e Pecadores: Comunicação versus crise na era da informação**. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2007.

STUMPF, Ida Regina C.. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 3. p. 51-61.

TOZO, Lucas Suárez de Oliveira; SOLON, Ari Marcelo. Dogmática jurídica: Caracterização de um conhecimento jurídico historicamente construído. **Revista Estudos Jurídicos Unesp**, Franca, v. 14, n. 19, p.281-308, jan. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Emili/Desktop/Dialnet-DogmaticaJuridicaCaracterizacaoDeUmConhecimentoJur-3996712.pd>. Acesso em: 13 jun. 2014.

TRINDADE, Hélió. Saber e poder: Os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p.122-133, set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300013&lng=pt&nrm=iso&tlng=p>. Acesso em: 10 maio 2014.

VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 17-26.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Ciência: da filosofia à publicação**. Botucatu: Tipomic, 2004. 233 p.

WAGENSBERG, Jorge. **O Gozo Intelectual: Teoria e prática sobre a inteligibilidade e a beleza**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. Tradução: Simone Mateos.

XAVIER, Allan Moreira et al. Marcos da história da radioatividade e tendências atuais. **Química Nova**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.83-91, jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000100019&lang=pt#back>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, Jornalistas e a Divulgação Científica: Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica**. Campinas: Autores Associados, 2001. 167 p.

ZIMAN, John Michael. **O conhecimento confiável: Uma exploração dos fundamentos para a crença na ciência**. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Pa).